

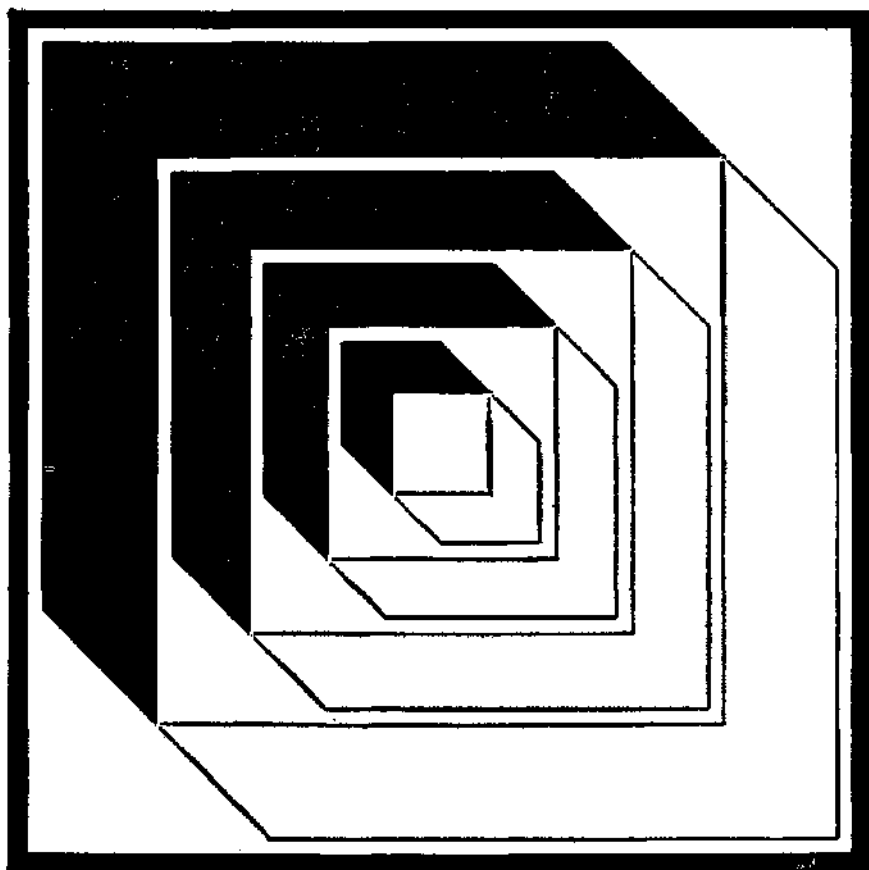
LUIZ VIANA FILHO



ação da palavra

BRASÍLIA — 1977

LUIZ VIANA FILHO



ação da palavra

BRASÍLIA—1977

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
— União para a Democracia	5
— Saudação ao General Mark Clark	21
— O Fundo de Participação	27
— O Ministério da Previdência Social	37
— Carta de 20-8-75, ao Senador Petrônio Portella — Sugestões para a ARENA	51
— Ministro Mário Andreazza	57
— Os Contratos de Risco	63
— A Biografia de D. Pedro II	71
— Os Difíceis Caminhos da Distensão	73
— Documentos Brasileiros	87
— A Bahia e o Governo da União	89
— A ARENA e a Revolução	103
— A Presença do Presidente na Política	111
— O Projeto Sertanejo	123
— José de Alencar	125
— A Arquidiocese da Bahia	131
— As Memórias do Senador Daniel Krieger	133
— A Região Amazônica e o Brasil	139
— O Problema Amazônico	145

UNIÃO PARA A DEMOCRACIA (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ainda pouco familiarizado com as praxes, as tradições, os hábitos desta ilustre Casa, a que hoje pertenço pelo honroso voto dos meus conterrâneos da Bahia, quero, inicialmente, pedir a V. Ex^a e aos colegas que me relevem qualquer falta, qualquer deslize com que, porventura, involuntariamente, contrarie as boas e melhores tradições do Senado. Mas, se estou pouco familiarizado com a Casa, nem por isso tenho deixado de acompanhar, com o devido interesse, o desdobramento dos fatos políticos que estão marcando a vida brasileira nestes últimos meses. Confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, ao chegar a esta Casa, trazia eu a convicção de que nos iria caber, e ainda acredito nos caberá, a tarefa de nos empenharmos, juntos — e quando digo juntos, Sr. Presidente, não me refiro apenas a nós da ARENA, mas, a nós todos que representamos o Brasil, da ARENA e da Oposição — na tarefa relevante de reorganizar, de encaminhar para o seu estágio definitivo, a democracia do País. Devo confessar a V. Ex^a que, sobretudo, dois motivos me levavam a essa convicção; não era aquela velha aspiração de que todos participamos e de que V. Ex^a, Sr. Presidente, é um dos mais ilustres e mais antigos líderes no País desde 1932. Não, Sr. Presidente. O que me animava agora, inicialmente, eram as palavras reiteradas do Senhor Presidente da República. Não posso mesmo deixar de ler alguns trechos da Mensagem de Sua Excelência, referentes à dissensão política desejada pelo eminente Chefe da Nação.

Realmente, na última Mensagem dirigida ao Congresso Nacional dizia ele:

“Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do País permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais conseqüente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E,

(*) Discurso proferido em 12-3-75.



por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogrediu, uma vez que, na dinâmica social, a estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos.”

Ao que acrescentou o eminente Presidente Ernesto Geisel:

“Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu Governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas.”

Sr. Presidente, palavras tão claras, tão lúcidas, quando parte de uma personalidade como a do Presidente Ernesto Geisel, devem significar alguma coisa. Sabemos que Sua Excelência, através de uma longa vida — em que os problemas nacionais nunca o afastaram dos seus deveres e das suas preocupações militares — caldeada em episódios múltiplos da política brasileira, alçou-se a uma altitude moral cada vez maior.

Não há neste País quem não saiba a altitude moral, a integridade pessoal que caracteriza, sem jaça, o Presidente Ernesto Geisel.

Não podiam, portanto, ser gratuitas — ou serem apenas ditas para efeito de publicidade ou para o noticiário dos jornais no País ou no exterior — afirmações tão categóricas quanto essas feitas pelo eminente Presidente, que teve o cuidado, como tem sempre, de caminhar devagar, porque entre as características do Presidente Geisel está aquela de ser um homem que não retrocede.

Pode disso o País estar consciente e convicto: os passos que o Presidente Ernesto Geisel der em direção à Democracia não retrogradarão: ele não é homem de retroagir, nem de regredir; ele é um homem de andar ponderado e gradualmente, mas de andar sempre para a frente. Tanto assim, Sr. Presidente, que, como se previsse já a arguição feita nesta Casa, querendo estabelecer um paralelo, ou um símile entre a situação do Presidente Ernesto Geisel e a dos seus antecessores, os eminentes Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, teve o cuidado Sua Excelência de, nesta mesma Mensagem, logo colocar os destinos que marcam, realmente, as posições diversas que tiveram cada um daqueles Presidentes e que, também, são distintas da situação em que assumiu o Governo o Presidente Ernesto Geisel.

Não sei se preciso ler tudo, mas não faz mal que, aqui, lembre alguma coisa.

Diz Sua Excelência:

“No Governo Castello Branco, ante a derrocada econômica que ameaçava o País, o esforço principal do Estado não poderia deixar de realizar-se no campo econômico-financeiro e, muito especialmente, nessa zona híbrida da segurança econômica cujo signo maior é o combate à inflação. Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas. Costa e Silva, apesar do lema de “humanização do desenvolvimento” que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico. E Médici, apesar do primado indiscutível da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde já empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial.”

Ora, Sr. Presidente, bem diversa é a situação em que hoje se encontra o Presidente Ernesto Geisel para, realmente, conquistada uma maior segurança no País, poder acenar com novos passos em busca da institucionalização da Revolução e da Democracia. Digo da Revolução e da Democracia, Sr. Presidente, porque realmente elas são inseparáveis; nasceram juntas e realmente quando chegarmos ao fim da Revolução elas estarão juntas, tremulando nos mais altos mastros do País.

Foi em nome da Democracia que V. Ex^a, Sr. Presidente, levantou Minas Gerais; foi em nome da Democracia que as Forças Armadas do Brasil se uniram para fazer a Revolução e esses ideais estão vivos e são permanentes. Entretanto, não podemos fazer com que, em nome desses ideais, sacrifiquemos outros princípios que também são fundamentais e vitais à permanência do Brasil, entre eles o da segurança, o da ordem pública neste País.

Não é possível que se queira fazer da democracia uma estrada que leve à desordem, que leve à anarquia, que leve ao caos econômico, ao caos financeiro e social.

Entretanto, não era apenas esse lado que eu via, para imaginar que fâmos todos chegar aqui e dar as mãos, em busca desse ideal democrático. Também acreditava que o Partido da Oposição, o MDB, tendo conquistado as importantes votações — direi mesmo vitórias — em largas áreas da população e do território nacional, vencidas certas etapas de sua vida, poderia chegar a esta Casa já despido de certos preconceitos, já despreocupado de cortejar certas forças que estão voltadas para a dissensão nacional. Assim acreditava

na atuação do MDB, pela vitória que teve, pela posição que tem hoje no País, como Partido de Oposição, mas também como um Partido nascido na Revolução — porque, tanto quanto nós, o MDB é um Partido da Revolução e deve, portanto, ter consciência das suas responsabilidades, que são tanto maiores quanto maior for a sua força política no País.

Entretanto, Sr. Presidente, quando seria de esperar que esta conjuntura — de um lado a palavra do Presidente da República, de outro as responsabilidades maiores do Partido da Oposição — favorecesse o aparecimento de um clima de confiança, de confiança recíproca, o que temos visto aqui é justamente o contrário. Ao mesmo tempo em que se elogia o Senhor Presidente da República, ao mesmo tempo em que se louvam as suas palavras, cercam-se S. Ex^a de dúvidas, de desconfianças, de interrogações. Pelo menos, no meu entender, é o que tem emergido de muitos dos discursos aqui proferidos pelos representantes da Oposição.

O Sr. *Luiz Cavalcante* — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. *Luiz Cavalcante* — Folgo em ver V. Ex^a, homem que toda a Nação conhece, de estatura política absolutamente nacional, enfileirar-se entre os que, como todos nós neste plenário, anseiam pela normalidade democrática. Mas, um tanto cético que sou, tenho para mim, meu nobre colega, que os aspectos conjunturais pesarão bem mais do que quaisquer outros aspectos, ou propósitos pessoais, na concretização deste nosso anseio. De modo que se me afigura absolutamente correto o ponto de vista do Sr. Roberto Campos, ao dizer que “a normalidade democrática é muito mais uma conquista difícil do que um prêmio fácil”.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Não tenho dúvidas de que esse caminho é áspero, difícil e de que será longo. É necessário porém, que nós demos os primeiros passos, mas que os demos confiantes, sabendo da sinceridade de cada um, sabendo que, quando se propõe a uma abertura política sem prejuízo, naturalmente, dos grandes ideais da Revolução, o Senhor Presidente da República o faz sinceramente, com plena consciência das suas responsabilidades, com plena consciência dos seus deveres para com o País e para com a democracia.

O Sr. *Franco Montoro* — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Franco Montoro — Em nome da Liderança do MDB, desejo trazer a nossa contribuição, para que V. Ex^a conheça melhor o pensamento do Movimento Democrático Brasileiro. Essa desconfiança que V. Ex^a viu em algum pronunciamento. . .

O SR. LUIZ VIANA — Eu não vi, ela foi enunciada aqui.

O Sr. Franco Montoro — . . . não corresponde, absolutamente, ao pensamento e às palavras dos representantes do MDB. Pelo contrário, falando em nome de toda a Bancada, na abertura dos nossos trabalhos, tivemos oportunidade de citar e incorporar ao nosso discurso, em nome da legenda, exatamente o trecho, que V. Ex^a leu, do Senhor Presidente da República. Reafirmávamos nossa confiança em que fossem dados os demais passos necessários à normalidade e para esse trabalho — que, como disse V. Ex^a e como pensa o País, é tarefa não de um Partido, ou de um homem, mas de todos nós — oferecíamos a colaboração leal e patriótica do MDB, para um encontro de fórmulas, de normas de Direito Público que assegurassem a indispensável convivência da democracia com a segurança no Brasil. Respeitamos, como todos os brasileiros o fazem, a figura do Presidente da República. Mas isso não nos impede de afirmar que muitos passos devem ser dados. Deram-se passos decisivos. A atuação do Senhor Presidente da República foi elogiada pelo MDB, mas não podemos, evidentemente, achar que bastam as intenções ou os atos de S. Ex^a. É preciso que toda a Nação se incorpore a esse movimento e, mais do que isso, que normas concretas, de ordem pública, eliminem os entraves que ainda existem para possa normalidade democrática.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Mas não o faço sem observar que, o que emerge dessas palavras, para aqueles que têm acompanhado os debates desta Casa, é que o MDB aparece bifronte. Ouvimos o eminente Senador Marcos Freire. Que dizia ele, nos seus discursos? Fazia o confronto da situação do Presidente Ernesto Geisel com os Governos anteriores, para concluir que, assim como aqueles Presidentes, desejosos de implantar uma ordem democrática, não o haviam conseguido, também o Presidente Ernesto Geisel sofreria os mesmos cerceamentos.

Essa foi a conclusão do discurso do eminente Senador Marcos Freire. E é justamente o que não me parece — perdoem V. Ex.^{as} esta apreciação — o caminho melhor, o caminho mais frutuoso para que alcancemos aquele estado democrático, aquele estado de direito a que todos nós aspiramos.

O Sr. Marcos Freire — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Marcos Freire — Infelizmente, talvez por deficiência minha na exposição que fiz, V. Ex^a não tenha entendido...

O SR. LUIZ VIANA — Nas duas exposições que V. Ex^a fez.

O Sr. Marcos Freire — Retifico: nas exposições que fiz nesta Casa, talvez não tenha conseguido expressar exatamente o objetivo de meus pronunciamentos, porque paralelos não fiz entre o Governo do Presidente Ernesto Geisel e o dos Governos anteriores. Na verdade, o que procurei demonstrar, neste plenário, foi a similitude dos poderes discricionários existentes após o golpe de 1937 e aqueles poderes igualmente discricionários atualmente existentes através do Ato Institucional nº 5 da Carta outorgada de 1969. Os subsídios aqui trazidos, inclusive pelo nobre Senador Jarbas Passarinho, apenas comprovaram que a procedência dos nossos temores, de que tão-somente intenções não bastam para que possamos chegar à normalidade democrática. Este, no final das contas, o núcleo das exposições que fiz. Não me cabe, de fato, prever se o atual Governo vai ser ou não mais bem sucedido do que os anteriores nos propósitos, aqui assegurados, de redemocratização que todos esses governos teriam dito. Portanto, sem querer interromper o discurso de V. Ex^a, apenas esclareço a posição por mim assumida nesta Casa, para que sobre ela não pairem quaisquer dúvidas.

O SR. LUIZ VIANA — Oxalá V. Ex^a continue por este caminho, porque, realmente, o que se depreende das suas manifestações é que V. Ex^a, em vez de abrir um crédito de confiança, a que o General Ernesto Geisel tem direito, pela sua vida, pelo seu passado e pelo seu caráter, V. Ex^a fez um jogo de interrogações, um jogo de dúvidas, um jogo de desconfianças e que — acredito — não levam a nada de frutuoso para a vida pública do Brasil.

O Sr. Marcos Freire — Permite-me V. Ex^a outra intervenção?

O SR. LUIZ VIANA — Sabe V. Ex^a muito bem, porque vem da terra de Joaquim Nabuco, aquela famosa frase por ele deixada no "Estadista do Império": "O mal das revoluções é que elas não se fazem sem os exaltados, e com eles é impossível governar".

Não são apenas as revoluções que sofrem desse mal. Também as oposições sofrem do mesmo mal, e temo que a Oposição a que V. Ex^a pertence se exalte demasiadamente em certos setores, prejudicando a conciliação nacional, que V. Ex^a ontem pregou e que todos nós desejamos.

O Sr. Marcos Freire — Permite V. Ex^a um aparte, já que estou sendo reiteradamente citado por V. Ex^a?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O *Sr. Marcos Freire* — Não vejo nenhum mal que a Oposição, nas Casas legislativas, faça inquirições, levante dúvidas, expresse, até mesmo, desconfianças. Pelo contrário, parece-me próprio do papel da Oposição, sobretudo quando, decorridos mais de dez anos do movimento político-militar de 1964, toda a história registre avanços e recuos nos propósitos e nos ideais defendidos por aqueles que, à época, fizeram o referido movimento. Portanto, aqui estamos não para dar ou negar créditos de confiança a pessoas, mas para exatamente aguardar comportamentos objetivos que comprovem a disposição e, principalmente, a efetivação da normalização democrática que vem sendo anunciada pelo Governo. Quanto ao fato de pertencer eu a certas áreas que V. Ex^a considera de elementos exaltados, permitir-me-ia dizer que, num Partido de Oposição como um Partido do próprio Governo, não se deve desejar a uniformidade de atuação dos seus elementos, porque nós representamos o povo, o povo — poderíamos dizer — em todas as suas inquietações pelo destino de sua Pátria, e cada qual, variando com o seu temperamento, com a sua formação e com a sua índole, deve lutar como melhor lhe parece seja de sua obrigação.

O SR. LUIZ VIANA — Gosto de registrar no meu discurso a confissão de V. Ex^a, de que o seu Partido está dividido.

O *Sr. Marcos Freire* — V. Ex^a está inteiramente equivocado.

O *Sr. Dirceu Cardoso* — Completamente equivocado.

O *Sr. Marcos Freire* — V. Ex^a está completamente equivocado. Lamento que V. Ex^a procure distorcer as minhas palavras. Na verdade, o que falei foi a diferença de atuação.

O SR. LUIZ VIANA — Foi V. Ex^a mesmo quem disse que os Partidos são múltiplos, têm opiniões variadas...

O *Sr. Marcos Freire* — Isto é outra coisa. Não é divisão de Partido. É heterogeneidade de temperamento.

O SR. LUIZ VIANA — O importante, nobre Senador Marcos Freire, é que o País também quer saber — e V. Ex^a me perdoe a impertinência da minha indagação — o que o País quer saber é como está a Oposição diante da subversão. Na mensagem, o Presidente Geisel fez referências, aqui expressas, aos guerrilheiros de Caparaó, do Vale do Ribeira, Xambioá, Marabá, em Goiás e no Pará. Justamente é isto que o País quer saber: quais os elementos que apóiam ou não esses movimentos.

O *Sr. Franco Montoro* — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O *Sr. Franco Montoro* — Com esta pergunta V. Ex^a insinua, mais uma vez, fato que merece a nossa total e radical repulsa.

O SR. LUIZ VIANA — Perfeitó!

O *Sr. Franco Montoro* — Esta pergunta insinua...

O SR. LUIZ VIANA — Não insinua nada. A resposta é que deve esclarecer.

O *Sr. Franco Montoro* — ... algo para o qual é preciso uma resposta definitiva. O Movimento Democrático Brasileiro nada tem a ver com a subversão. O MDB a repele na teoria e na prática...

O SR. LUIZ VIANA — Ótimo...

O *Sr. Franco Montoro* — Então, diante desse fato, V. Ex^a não tem o direito de perguntar, ...

O SR. LUIZ VIANA — Tenho o direito de perguntar, porque o País quer saber.

O *Sr. Franco Montoro* — ... não tem o direito de insinuar, porque teremos também nós o direito de perguntar qual a posição da ARENA diante daqueles que querem que os Atos Institucionais permaneçam, e não a normalidade democrática. Esta pergunta também poderia ser feita a V. Ex^a ...

O SR. LUIZ VIANA — A mim, não.

O *Sr. Franco Montoro* — ... e aos representantes da ARENA, em nome da qual V. Ex^a fala neste momento. Se V. Ex^a quer sinceramente aquela convivência a que se referiu no início de suas palavras, há de respeitar a palavra das lideranças que aqui falam, no propósito de um entendimento leal. Os partidos, pelos seus programas, pelas suas afirmações, ao afirmarem que querem a democracia, a querem realmente. Não querem a subversão da esquerda, como não querem a reação da direita...

O SR. LUIZ VIANA — Vê V. Ex^a quanto a minha pergunta é útil.

O *Sr. Franco Montoro* — Estas duas posições devem ser afirmadas claramente. Queremos a legalidade democrática, queremos uma autêntica democracia, e não podemos aceitar nem os desvios da esquerda, nem os desvios da direita. Essa linguagem deve ser clara. Da parte dos responsáveis pelos Partidos não pode caber a insinuação e a dúvida que ficaram no ar com as palavras de V. Ex^a.

O SR. LUIZ VIANA — Não podiam ficar no ar, quando V. Ex^a estava presente, para tão bem enunciar, com clareza, o seu pensamento, e com V. Ex^a me congratulo, se for realmente o pensamento unânime do seu Partido.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. José Lindoso — Nobre Senador Luiz Viana, V. Ex^a estréia, nesta tribuna, trazendo a palavra da Bahia, para encantamento da inteligência do Senado e para esclarecimento e roteiro necessário aos caminhos da política brasileira. O discurso de altitude que V. Ex^a está pronunciando merece o nosso entusiasmo, o nosso aplauso e o nosso mais profundo respeito. O importante, em tudo isto, neste debate, é que, quando a nobre Oposição alardeia a necessidade de se abrir caminhos para a liberdade, quando, realmente, bate em uma porta aberta, como ontem referiu o Senador Jarbas Passarinho V. Ex^a, no decorrer de um debate, dentro da lógica simples de um debate, faz uma indagação que é de ordem histórica e da maior responsabilidade: qual a clara e positiva posição, da Oposição, diante da subversão que se apresentou neste País, flagelando tantas famílias, a todos nós, de todos os lados? Qual é a exata posição, diante dessa circunstância em que se desenvolveu uma guerra revolucionária, quando o Presidente Geisel considerando praticamente encerrado esse período da guerra revolucionária, inicia o processo de normalidade democrática? A palavra autorizada de V. Ex^a como brasileiro, como estudioso e como estadista, traça, realmente, roteiros para esses caminhos e a nobre Oposição se inflama, nega-se a si mesma porque aquela Oposição que pede o diálogo, recusa-se a responder uma palavra singela mas profundamente necessária aos nossos roteiros históricos — qual é a exata posição nossa, do Congresso, da Oposição e da ARÉNA relativamente à subversão, neste País?

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente...

O Sr. Petrónio Portella — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Petrónio Portella — Tenho para mim que escusado seria, aqui, acrescentar à palavra de V. Ex^a a minha palavra de líder. V. Ex^a fala em nome do nosso Partido...

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^a

O Sr. Petrónio Portella — ... para expressar bem a posição dele em face de grupos radicais, quer seja da direita, quer seja da esquerda. Somos contra a subversão, queremos um regime constantemente

aperfeiçoado, de forma que se conciliem os anseios de liberdade com a necessidade da segurança. V. Ex^ª expressou esse pensamento de forma magistral, razão pela qual nós não precisamos dizer qual seja o nosso roteiro. O roteiro é aquele já traçado, inúmeras vezes, pelo preclaro Presidente da República, General Ernesto Geisel.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido ao aparte de V. Ex^ª que dá novo vigor às minhas palavras.

Sr. Presidente, se por vezes fico mais veemente, disso quero de logo reiterar as minhas desculpas ao eminente Líder da Oposição nesta Casa, o meu velho amigo Senador Franco Montoro, peço que disso tomem nota os mais novos desta Casa — os mais novos —, aqueles que felizmente ainda não envelheceram e terão oportunidade de ver o Brasil muito mais próspero, mais rico, mais tranqüilo, oferecendo melhores condições de vida e de tranqüilidade para os seus filhos.

Eu quero dizer a estes jovens Senadores que eu, há quarenta anos — e V. Ex^ª sabe que isso é verdade — ingressei no Parlamento nacional e àquele tempo — ai de mim — era o mais jovem dos Deputados federais. Pois bem, Sr. Presidente, ao longo desses 40 anos, a que assisti? Assisti, realmente, àqueles recuos a que se referiu o eminente Senador, mas a causa principal desses recuos, a causa principal dessas agonias da democracia esteve, sempre, na maneira por que os elementos radiciais do Brasil de 1935 até 1964 conduziram a política nacional.

Quem não se lembra o que foi 1935, que abriu as portas para 1937? Quem não se lembra o que foi, aqui, 1945, com Getúlio e a Constituinte? Quem não se lembra o que foi 1954, que acabou no suicídio do Presidente Vargas? Era, justamente, a época em que os elementos radiciais tomavam conta do País com os seus *slogans* e, inevitavelmente, provocaram a reação das forças da extrema direita. Depois, tivemos ainda o episódio Jânio Quadros, Sr. Presidente, tivemos os anos de 1963 e 1964, e em todos eles a causa fundamental daqueles desfechos, daquelas reações, foi a maneira imprudente de agir — é a palavra certa, Sr. Presidente, porque os elementos radicais não compreenderam que, realmente, a nossa democracia, longe de ser a democracia inglesa, a democracia americana, como desejamos que ela um dia seja, ela era, e ainda é, Sr. Presidente, aquela plantinha tenra, a que se referiu, numa das suas grandes orações, o eminente Sr. Octávio Mangabeira. Pois é, Sr. Presidente, não querem tomar conhecimento de que a plantinha é tenra e de que não vai suportar vendavais, intempéries, inquéritos, lutas exageradas, que apenas contribuirão para exacerbar ânimos.

O que quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que se a Oposição tão justamente, e por isso deve ser louvada, se preocupa com os direitos humanos, nós não nos preocupamos menos com esse direito, nem nós nem o Presidente da República. E poderia, aqui, evocar um episódio histórico quando, ainda em 1964, chegada ao Palácio do Planalto uma denúncia de violência contra presos políticos em Fernando de Noronha e em Porto Alegre, logo o ex-Presidente Castello Branco designou o Chefe da sua Casa Militar, pessoa da maior integridade e da sua maior confiança, para se deslocar àqueles pontos do território nacional em ampla e completa investigação sobre a matéria. E ainda deve haver no País — e aqui há o testemunho do ex-Governador Paulo Guerra — os que se lembrem de que em lá chegando, o Presidente convocou o representante máximo da Ordem dos Advogados, ou do Instituto, não me lembro bem, o Presidente do Tribunal de Justiça e levou-os a Fernando de Noronha, visitou os presídios de Recife, daí resultando não somente a transferência de todos os presos políticos para Recife, mas, também, os de certos estabelecimentos, onde existem normas de regalias, de fiscalizações, que contribuíram, fundamentalmente, para que cessasse qualquer possibilidade de violência contra presos políticos.

O Sr. Fausto Castello-Branco — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Fausto Castello-Branco — Talvez, o aparte, neste instante, retire o brilho e o alto sentido da oração de V. Ex^a ...

O SR. LUIZ VIANA — Não apoiado.

O Sr. Fausto Castello-Branco — ... mas tendo percorrido as altas funções, os altos postos do País, como percorreu, e para não fugir, também, ao exemplo profissional, eu quero dizer e testemunhar, neste momento, que V. Ex^a está trazendo uma transfusão de sangue, mas uma transfusão de sangue tipo universal. Sangue para todos os Congressistas, sangue para a ARENA, para o MDB e, talvez, para o Brasil, quem sabe. É o que esperamos de V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, há quarenta anos, portanto, que assisto a isso e quero, na narrativa do episódio a que acabo de me referir, dar o testemunho, a certeza, de que, se alguma violência houver no País, pode ficar a Oposição certa de que alguém há de se preocupar com ela, em primeiro lugar, e esse alguém será o Presidente Ernesto Geisel.

Ninguém tenha dúvida, ninguém imagine que haverá uma violência no Governo do Presidente Geisel, com a sua complacência,

com a sua tolerância, com os seus braços cruzados. Isso não é ele, não é do seu feitio, não é da sua formação, não é das suas convicções.

Pode, portanto, não somente a Oposição, mas, sobretudo, o Brasil, estar seguro, estar certo de que tem na chefia do seu Governo alguém que é tão sensível a qualquer violência, a qualquer arbitrariedade quanto àqueles que mais o sejam entre os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (*Magalhães Pinto*) — Comunico a V. Ex^a que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex^a toleraria que eu fizesse uma pequena conclusão, com a generosidade que lhe é habitual?

Sei que V. Ex^a me lembra, agora, um conterrâneo seu, o Presidente Antônio Carlos, que presidiu a Câmara, em minha época. Quando chegava o tempo e via que o orador ainda teria alguma coisa a dizer, costumava adverti-lo: "o tempo, o tempo, o inimigo".

Estou vendo que V. Ex^a me adverte de que esse inimigo me bate às portas. Mas, peço a V. Ex^a que deixe a porta um pouco encostada, para que eu possa concluir o meu discurso, com a benevolência de V. Ex^a e dos meus colegas.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra.

O Sr. Agenor Maria — Disse V. Ex^a que a democracia, no Brasil, é uma plantinha tenra. Posso afirmar a V. Ex^a que o comunismo foi uma semente que não encontrou, no solo brasileiro, o terreno fértil onde pudesse evoluir. E jamais encontrará, porque a formação do povo brasileiro é, antes de tudo, cristã. Disso tenho certeza e posso afirmar a V. Ex^a, em nome do meu Estado, do Estado do Rio Grande do Norte, que quando os comunistas tinham condições de ir para praça pública, de serem eleitos, de terem voto do povo, não encontraram, no povo da minha terra, a guarida dessa semente que eu tenho certeza jamais vicejará em solo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a. Entretanto, eu faria um pequeno reparo: nem por isso devemos dormir, porque muitos dos que dormiram acabaram assassinados pelos comunistas.

Sr. Presidente, devendo atender a V. Ex^a, quero dizer que nós, nós da ARENA, já temos traçados os nossos caminhos. O nosso caminho é aquele apontado pelo Presidente Geisel, nas suas mensagens, no II Plano Nacional de Desenvolvimento. É o caminho que leva

à prosperidade do Brasil; é o caminho que leva os brasileiros a alcançar, em 1979, uma renda *per capita* de mais de mil dólares; é o caminho que leva o Brasil, em 79, a exportar mais de quarenta bilhões de dólares.

Pergunto, Sr. Presidente — e pergunto, não com malícia; pelo contrário, longe de mim qualquer malícia — justamente para saber se teremos a colaboração necessária para realizar esse objetivo de cobrir, nesse período de tempo, a área da fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, nobre colega.

O Sr. José Sarney — Antes de V. Ex^a concluir o seu brilhante discurso, é um dever de consciência que eu preste uma homenagem a V. Ex^a, embora truncando, neste trecho, um pedaço de seu discurso. Quero dizer que o Senado está maior com a presença de V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado, V. Ex^a

O Sr. José Sarney — Historiador dos maiores deste País, escritor consagrado, estadista e uma personalidade invulgar, na História política brasileira, assim é do meu dever, de boa praxe parlamentar, embora dando um aparte a V. Ex^a, prestar esta homenagem, que é a homenagem que todo o Senado Federal presta a V. Ex^a nesta tarde. Queria dizer, respondendo ao Senador Marcos Freire, que pediu que demonstrássemos fatos da conduta do Presidente Ernesto Geisel — acho que o maior fato que podíamos prestar é a presença do Senador Marcos Freire nesta Casa, com seu talento, defendendo as suas idéias, fruto de eleições livres que o Presidente Ernesto Geisel assegurou. Esta, sem dúvida, seria a primeira e a maior abertura que Sua Excelência teria que fazer ao País, dando ao povo o direito de fazer o que o povo fez, engrandecendo também esta Casa, com a numerosa Oposição que aqui está e com a voz do Senador Marcos Freire. Se ele quer um ponto mais objetivo da fidelidade democrática, do caminho firme a percorrer pelo Presidente Ernesto Geisel, ele tem: é a sua eleição e as eleições de 15 de Novembro.

O SR. LUIZ VIANA — Ao agradecer o aparte de V. Ex^a, não perco a oportunidade de lembrar aquela afirmativa de V. Ex^a, que tão bem traduz os propósitos e as determinações do nosso Partido. Não permitiremos que a Revolução seja trazida para qualquer pretório, não porque tenhamos qualquer pretório, seja o da história ou o dos contemporâneos, porque os serviços que a Revolução prestou ao Brasil são hoje palpáveis. Tomamos um País na anar-

quia financeira, na anarquia social e na estagnação econômica, hoje, o que temos é um País em pleno caminho do desenvolvimento. É isto que não será interrompido, Sr. Presidente, é justamente essa caminhada do Brasil. Essa caminhada que o Brasil tem feito para se transformar numa grande potência, que possa dar aos seus filhos aquele bem-estar, aquela segurança, aquela tranquilidade que todos desejamos.

Ao que aspiro, porém, neste momento, é que o MDB, também nos acompanhe nessa caminhada. Ainda ontem, o Senador Marcos Freire, na sua brilhante oração, referiu-se a Caxias, dizendo que devíamos tomar o caminho da reconciliação. Pois aqui estamos, para essa reconciliação. Mas, ela terá que ser feita, e acredito que será feita, sem que o Brasil conheça qualquer abalo na sua estabilidade social, política, financeira, econômica, até porque, — e é isso que eu quero, por último, dizer aqui nesta Casa — não há democracia, não há liberdade se não houver a ordem. E para concluir, Sr. Presidente, não quero fazê-lo com palavras minhas mas quero fazê-lo lendo aqui o maior de todos nós, o maior que já honrou esta Casa e este País, que foi Rui Barbosa. É, justamente, no artigo que, por uma singularidade feliz, se intitula "Civis e Militares", que ele assim enuncia o seu pensamento:

CIVIS E MILITARES

De todos os sinais por onde um regime pode afirmar a sua aceitabilidade, e um povo demonstrar a sua civilização, o primeiro é a ordem, o segundo a obediência às leis. Sem a paz não há legalidade possível. Sem uma e outra não se concebe a liberdade. Toda forma de governo, que não assegurar ao país ao menos aquelas duas condições elementares de existência policiada, ou é organicamente defeituosa, ou não se acomoda à nação, que a adotou; e, quer num caso, quer no outro, pelo primeiro, ou pelo segundo motivo, está destinada a cair.

Terrível alternativa a da sociedade humana, que não puder alcançar a tranquilidade, senão perdendo as instituições livres. Mas o certo é que estas serão sempre absolutamente incompatíveis com a violência e a anarquia. Pela desorganização e pelo tumulto triunfa invariavelmente o predomínio da força.

Portanto, Sr. Presidente, é para isso que queremos convocar o MDB, o MDB com as responsabilidades que lhe deram as vitórias

de 15 de Novembro, para que se junte a nós, não a desconfianças, não nas interrogações, mas no trabalho construtivo, para que possamos dar a este País a ordem, em primeiro lugar, pois sem ela não teremos a democracia desejada. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O Sr. Luiz Viana — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (*Magalhães Pinto*) — Tem a palavra o nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o nobre Senador Marcos Freire se referiu a mim para fazer um reparo, quanto ao ano de 1945, poderia ter sido muito mais simples se S. Ex^{ta} me houvesse interpelado sobre o que eu queria dizer com essa data.

Em 1945, realmente, houve um movimento nacional que ainda vinha dos campos da Itália, mas o que precipitou 1945, foram os radicalismos dos comunistas, a cuja frente se encontrava o Sr. Prestes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

SAUDAÇÃO AO GENERAL MARK CLARK (*)

O SR. LUIZ VLIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Marechal Cordeiro de Faria, Sr. General Mark Clark, Srs. Ministros, Srs. Oficiais Gerais, ex-Comandantes, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras:

Trinta anos! Trinta anos, Senhor Presidente, volvidos após a data memorável, fim de uma das guerras mais brutais, entre as que têm lacerado a humanidade. Trinta anos passados sobre o dia em que se encerrou aquela sombria página da História, para que da lúgubre noite do anunciado cativo de um milênio emergisse o sol da esperança e da liberdade. Hoje, nesta festa, tudo é luz, tudo são flores, a traduzirem o nosso reconhecimento, e aqui estamos reunidos como homens livres, senhores do destino de uma nação livre. Mas, para que isso se tornasse realidade, quanta luta, quanto sofrimento, e também quanta grandeza. Foi mister que, ao longo de seis anos de incertezas e de sacrifícios, homens de todos os continentes se dispusessem a morrer em defesa de alguns ideais mais valiosos do que a vida. E graças ao holocausto de milhões de seres, que afrontaram todos os perigos e sofrimentos, foi possível deter e abater os que se propunham a mergulhar o mundo na ignomínia da escravidão. Bem haja, Senhor Presidente, a memória daqueles cuja bravura e abnegação nos permitiu ver a aurora que eles não conheceram, a aurora que apenas iluminou os seus túmulos.

Hoje, decorridas três décadas, sobre o evento memorável, orgulha-nos saber que entre os que ajudaram a redimir a humanidade, contam-se os integrantes da Força Expedicionária Brasileira, melhor diria os nossos "pracinhas", cuja bravura jamais será excessivo exaltar-mos. Por certo, e como sempre ocorre, não faltavam os incrédulos, para os quais jamais combateríamos, sendo mais fácil uma cobra fumar do que os nossos soldados pisarem o solo do Velho Mundo. Eles, entretanto, lá chegaram. Era, aliás, a segunda vez em que, neste século, o Brasil fiel à vocação do seu povo, se aliava aos que

(*) Discurso proferido em 9-5-75.

não permitiriam que a liberdade desaparecesse da face da Terra. Representantes das nossas três armas -- Marinha, Exército e Aeronáutica -- cruzaram o Atlântico em defesa dos generosos ideais que ainda uma vez uniam os partidários da paz e do respeito nas relações internacionais.

E ostentando orgulhosamente, como símbolo de determinação e de heroísmo, a cobra que fumou em terras da Europa, os nossos "pracinhas" desfraldaram a Bandeira do Brasil sob os céus da Itália, lutando ombro a ombro com soldados de outras nações, em particular ao lado do V Exército dos Estados Unidos, cujo eminentemente Comandante, o General Mark Clark (Palmas.) nos honra com a sua presença nesta solenidade, acompanhando-o o General Gabriel Dissoway, credor do apreço e do reconhecimento da nossa Força Aérea.

Comandante das forças aliadas desembarcadas em Salerno, caberia a ele, após árdua jornada através da Itália, redimir a primeira capital européia sob o jugo nazista, a eterna Roma. Esse o libertador que hoje saudamos agradecidos, e emocionados por haver Deus o conservado para, juntos, celebrarmos este grande dia da Liberdade.

Saudamo-lo como se nos dirigíssemos a um velho amigo, tantos os laços que o vinculam ao Brasil, de cuja admiração e reconhecimento são testemunho as condecorações com que o agraciou em várias oportunidades. Coube, aliás, a este mesmo Congresso a rara iniciativa de conceder-lhe o título de General Honorário do Exército Brasileiro, cuja espada recebeu das mãos do então Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa. Saudando-o, portanto, não fazemos mais do que reiterar antigos sentimentos há muito consagrados pelos representantes do povo brasileiro.

Em 25 de Agosto de 1944, dia de Caxias, dirigiu-se ele à tropa, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, estas palavras que nos soam como admirável vaticínio sobre as lutas que travaríamos com as forças do nazi-fascismo: "Vós os derrotareis e aniquilareis em toda a parte onde os encontrardes. Vós vos cobrireis de glória e escrevereis um belo e brilhante capítulo na história da vossa amada Pátria, o Brasil ... (Palmas.) Grandes dias vos esperam." Em verdade era a glória que os esperava.

A glória que eles bravamente conquistaram, compondo uma das mais belas páginas da história militar do Brasil. Palmo a palmo pelejaram através de cerca de quatrocentos quilômetros, que se estendem de Lucca a Alessandria, nos vales dos rios Sérchio, Reno e Panaro até alcançar a histórica planície do Pó. Sobre o que foram os oito meses de luta em que se afirmou a capacidade militar dos nossos soldados assim se externaria o Marechal Mascarenhas de Moraes: "Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possi-

bilidades materiais, porém, plenamente consentâneo com a noção de dever e amor à responsabilidade, revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escalões da hierarquia.

Do denodo com que se bateram os nossos soldados é prova eloquente as pesadas baixas sofridas pelos nossos efetivos. Nem por outra razão o General Crittenberg, que bem de perto acompanhou as ações da Força Expedicionária Brasileira, afirmou que os seus feitos teriam lugar proeminente quando se escrevesse a história da Segunda Guerra Mundial. De fato, num curto lapso de tempo, grandes títulos de glória se incorporaram ao patrimônio das nossas mais fulgentes tradições militares, e disso dão alto testemunho Monte Castelo, Montese, Fornovo, Castelnuovo, Camaiore, e tantos outros lugares em que pelejaram e venceram os que enalteceram o Brasil, abrindo os caminhos da democracia.

Se não há que destacar nomes, tal a exaçoão com que cada qual cumpriu o seu dever, muitas vezes até o superando, nem por isso estamos desobrigados de lembrar os oficiais-generais que tão extraordinariamente encarnaram as mais altas virtudes dos nossos militares, a começar por Mascarenhas de Moraes, o chefe admirável e admirado, padrão de segurança e de equilíbrio, principalmente nos momentos mais difíceis da campanha. (Palmas.) Ao seu lado contou ele com Zenóbio da Costa, (Palmas), em quem a impetuosa coragem tornava esmaecidos outros nobres traços do infante; Cordeiro de Farias (Palmas), cuja juventude era apenas atributo a lembrar os generais de Napoleão, tal a soma de qualidades que lhe exotnam a singular personalidade de militar e de cidadão e Falconieri da Cunha, (Palmas), figura magnífica de organizador sempre à altura das missões.

Havendo ajudado a salvar o mundo não poderiam os nossos soldados encerrar a gloriosa peregrinação antes de também libertarem o Brasil. Nem se conceberia que, tendo pelejado e morrido, combatendo o nazi-fascismo, permanecessem indiferentes diante da Pátria subjugada pela ditadura implantada em 1937, e que a própria guerra, contraditoriamente, prolongaria para que se não perturbasse a luta em favor das democracias.

Bem mais tarde, ao dirigir-se, em Belo Horizonte, a uma Convenção de ex-combatentes, o Presidente Castello Branco, (Palmas), vindo também dos campos de batalha, é de quem escreveria o Marechal Mascarenhas de Moraes haver sido o seu "grande e emérito auxiliar no planejamento das operações e nos estudos de situação durante a Companhia da Itália", assim lhes recordaria os gloriosos dias vividos: "Na Segunda Grande Guerra, combatemos pela democracia no mundo e pela paz entre as nações. Talvez nada exprima melhor os sen-

timentos que nos animaram naqueles dias tormentosos do que a Mensagem do Presidente Roosevelt, em 1941, sobre as quatro liberdades fundamentais... Foram essas quatro liberdades fundamentais — e creio que muitos dos aqui presentes ainda se recordarão da intensidade e da esperança com que ecoaram entre os amigos da Liberdade — foram elas que o Presidente Roosevelt opôs vitoriosamente à promessa enganadora daquela paz de mil anos sob a tutela do nazismo. Liberdades que ele bem disse não serem *uma utopia para o próximo milênio*. De fato elas aí estão, fortes e fecundas, assegurando aos povos os benefícios da democracia, hoje viva e vigorosa graças ao sacrifício daqueles que tombaram nos campos de batalha, mas que é mister defender e preservar cada dia, inclusive contra aqueles que, a trazendo freqüentemente na boca, não a têm na consciência.”

Em verdade sacudidos pelos que regressavam laureados pela vitória, e aos quais logo se haviam unido fiéis amigos da liberdade, ruíram no Brasil, em outubro de 1945, os muros da opressão. Do mesmo modo que, em 1964, para impedir o sacrifício da democracia, houve que reunir e levantar o mesmo espírito que se inspirava nos campos de batalha. Contudo, tal como acontecido em muitos outros povos, também aqui a paz seria difícil e penosa. Se, para a quase totalidade dos brasileiros era a democracia aspiração definitiva e insubstituível, para reduzido e obstinado grupo representava apenas a ponte para se chegar a outra ditadura. Seria ela assim não uma oportunidade de equilíbrio e compreensão entre concepções diversas, mas descuidada e desprotegida caminhada para a sua própria destruição. Infelizmente, uma realidade da qual surgiria o insuperado conflito que ainda hoje, passados trinta anos, nos inquieta na busca de solução justa, equânime e conciliadora.

A hecatombe, a par dos sofrimentos, poria a nu, em toda a sua brutal extensão, os males de uma sociedade marcada pelo egoísmo e pela cupidez, e jamais permitiria que o mundo voltasse a um passado definitivamente sepultado. De um mundo varrido pela dor, dever-se-ia esperar brotasse a flor da solidariedade entre os homens. Em verdade, porém, ao longo do tempo que nos separa daquele dia de vitória, em lugar da marcha batida para a democracia e a liberdade, muitos caminhos se abriram diante de um mundo surpreendido, por vezes atônito, ante as contradições que lhe eram apresentadas. E ainda hoje dir-se-ia que o homem não logrou colher tranqüilamente a recompensa sonhada e merecida.

Dir-se-ia que havendo ganho a guerra há três décadas, por igual período estamos em busca de encontrar a paz, tal como a desejaram os que se sacrificaram nos campos de batalha.

Não importam, porém, as dificuldades, e até mesmo as decepções. Fiéis ao sacrifício e à bravura dos que em terra, no mar, e no

ar, tanto honraram nossas tradições de coragem, de lealdade, de exação no cumprimento do dever, o que os brasileiros almejam, e em particular as gerações mais novas, é encontrar no exemplo de quantos oficiais, soldados, ou cidadãos, contribuíram para a construção de um mundo melhor, inspiração para continuarem a lutar pela paz e pela democracia. A luta, inseparável da própria condição humana, não nos atemoriza ou aflige. Basta-nos a consciência de pelejarmos o bom combate, desdobramento daquele mesmo travado pelos que, em jornadas sucessivas e magníficas, tão alto ergueram a nossa bandeira. Angustia-nos, sim, imaginarmos que pudessem aqueles que lutaram e sofreram indagar de nós, mesmo com o silêncio dos mortos, o que fizéramos do seu sacrifício. Por que e para que teriam eles morrido? A pergunta, entretanto, não nos atemoriza, pois aqui estamos para dizer-lhes que, agradecidos e comovidos por tudo quanto fizeram pelo Brasil e pela Humanidade, continuamos seguindo os seus passos para construir uma grande nação livre. A nação com que eles sonharam, e na qual a posteridade encontrará os mesmos ideais daqueles que, há trinta anos, valente e abnegadamente, viraram uma das mais trágicas páginas da História, para que se iniciasse uma era iluminada pelo sol da esperança.

Glória, Senhor Presidente, aos que lutaram para que hoje, celebrando-os e reverenciando-os, nos fosse permitido nos reunirmos nesta Casa, símbolo mais alto da democracia no Brasil. Glória, Senhor Presidente, a quantos, sem distinção de raça, de credo, ou de nacionalidade, fizeram dos seus sacrifícios a trincheira invencível da liberdade, cuja vitória comemoramos com entusiasmo igual ao dos que a saudaram em maio de 1945, tanto verdadeiro que a glória, por ser eterna, é indiferente ao tempo. Este passa — a glória permanece imaculada, para coroar os heróis cujas vidas imoladas continuarão a ser exemplo e inspiração para os que aspiram um mundo de paz e fraternidade para todos os povos. (*Palmas prolongadas.*)

O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apresentado ao País o II Plano Nacional de Desenvolvimento, tornou-se evidente o propósito do Presidente Ernesto Geisel, no sentido de, realmente, dar à região Nordeste as condições necessárias para o aceleramento do seu desenvolvimento. Mas, se essa intenção se tornou verdadeiramente manifesta, inequívoca, não há dúvida de que, pelo muito que é necessário fazer, pelo conjunto de medidas que são reclamadas pelo Nordeste para atingir um desenvolvimento superior àquele previsto para o País, no quinquênio que se estende até 1979, era também óbvio que medidas adicionais deveriam e deverão ser tomadas, para que se alcance aquele desiderato.

Realmente, prevista uma inversão de cem milhões de cruzeiros para a região Nordeste, pelo Plano, acredito que somente essa cifra não seria bastante para que se lograsse atender aos propósitos manifestados pelo Governo.

Daí, certamente, Sr. Presidente, pelo conhecimento que tem dos problemas nordestinos, o interesse já manifestado nesta Casa, por vários Srs. Senadores, sem distinção de Partidos, do MDB e da ARENA, solicitando a atenção do Governo para outras iniciativas pertinentes à nossa região.

No Congresso mesmo, em relação ao Fundo de Participação — a que me vou referir — duas emendas transitam, uma de autoria do Senador Marcos Freire e outra de autoria do Deputado Jutahy Magalhães. Visam elas restabelecer o Fundo de Participação, medida pela qual, Sr. Presidente, há muito me bato.

Reiteradamente em discursos, entrevistas à imprensa, em artigos de jornal, tenho manifestado que, qualquer coisa que se desejasse fazer, ou se deseje, realmente, fazer em favor do Nordeste, do Norte

(*) Discurso proferido em 20-5-75.

e também de Minas Gerais, seria restabelecer o Fundo de Participação na sua integridade, isto é, tal como foi concebido.

E por que tenho reiteradamente dito isto? Tenho reiteradamente dito isto porque, havendo acompanhado o preparo, a votação da Constituição de 1967, que criou, ou ratificou, ou reiterou o ICM, eu sabia que o mundo financeiro, que os autores do ICM, os Ministros Octávio Gouvêia de Bulhões e Roberto Campos, tinham plena consciência de que esse imposto era prejudicial para os Estados menos desenvolvidos, para os Estados mais pobres, os Estados mais fracos. Então, como compensação para esse fato, estabeleceu-se, imaginou-se, criou-se o Fundo de Participação. O Fundo de Participação, na realidade, é isso, ou foi assim concebido, isto é, uma fórmula para compensar os Estados mais pobres, mais fracos e menos industrializados, do ônus que teriam com a criação do ICM. Entretanto, pouco depois de 1967, o Governo, numa medida que se disse na época ser transitória, de emergência, uma contingência da situação financeira do País, reduziu drasticamente aquele Fundo em 50%. Cinquenta por cento do Fundo de Participação que, em alguns casos, chegou a representar para os Estados mais fracos, mais pobres, como o Acre e o Maranhão, até mais de 50% de toda a receita do Estado, o que significa que a redução em 50% diminuía 25% da receita global do Estado.

Em boa hora, Sr. Presidente, o Governo do General Ernesto Geisel, ouvido naturalmente o Ministro da Fazenda...

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex^a um aparte, Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. José Sarney — Nobre Senador Luiz Viana, quero apenas trazer a esta Casa o testemunho da posição de V. Ex^a ao tempo da redução do Fundo de Participação. V. Ex^a, então Governador da Bahia, foi o comandante de todos nós, Governadores do Nordeste que, no momento conturbado da política brasileira, os dirigíamos ao Presidente da República, como nos ensinava o Padre Vieira, não pedindo, suplicando, mas até mesmo exigindo e protestando. E V. Ex^a, à frente dos Governadores do Nordeste, teve oportunidade de expor ao Presidente os riscos daquela medida, as suas conseqüências para os Estados do Nordeste. A solução que foi encontrada, ao longo do tempo, para — vamos dizer assim — disfarçar o erro da medida de redução do Fundo de Participação, foi um brutal endividamento dos Estados daquela região, com empréstimos externos, a fim de suprir os recursos que, pela Constituição, estavam destinados aos nossos Estados. Naquela época tivemos oportunidade de sugerir — e desejo repetir, sob o comando do lúcido, do grande patriota, da grande inteligência, do grande brasileiro que é V. Ex^a

— a criação do Fundo, também com a participação do ICM, de todos os Estados do Brasil. Seria uma maneira de evitarmos que as distorções com o ICM continuassem a empobrecer, cada vez mais, os Estados menores. Devo lembrar, ainda — porque ouvi do Presidente Castello Branco e de V. Ex^a que o Fundo de Participação dos Estados e Municípios tinha uma finalidade que era a de restaurar os municípios, as comunidades municipais desassistidas, sem recursos e, por isso, impossibilitadas de criar lideranças. Ele tinha uma finalidade política, porque nos municípios, havendo recursos, começavam a chegar os líderes municipais que tinham condições e a política deixava de ser apenas a política da clientela, a política fiscal, a política policial, para ser, realmente, uma política de planejamento, com recursos disponíveis e constantes da Constituição brasileira. Assim, o discurso de V. Ex^a, hoje, nesta Casa, traz não apenas a linha de coerência, mas a justiça da luta que V. Ex^a travou naquele tempo, assim como a certeza que tínhamos todos nós de que se tomava uma providência errada; e tanto era errada aquela providência que o Presidente Geisel, em boa hora, a procura retificar.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Desejo apenas fazer uma ressalva para assinalar que, naquela época, eu não fui mais do que um companheiro dos demais Governadores do Nordeste, na nossa peregrinação até ao Presidente da República, no sentido de nos poupar dos prejuízos advindos com a drástica redução verificada no Fundo de Participação dos Municípios.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Itamar Franco — Apenas para trazer o meu depoimento, porquanto deixei a Prefeitura de Juiz de Fora para concorrer ao Senado. Assisti, como V. Ex^a acabou de dizer, o que significou para os prefeitos a Emenda Constitucional nº 18 — reforma tributária que na Constituição de 1967 veio revigorar os municípios, consolidando aquilo que a Constituição de 1946 fez com os municípios brasileiros. Foi com tristeza que nós, prefeitos, depois de assistirmos ao revigoramento do Municipalismo brasileiro, com a Constituição de 1967, assistimos à redução de 50% do Fundo de Participação dos Municípios, em 1969. Veio, agora, o Governo do Presidente Geisel alterar essa política. Nós, que fomos prefeitos de uma cidade bastante industrial, mas, sobretudo, de uma área de influência de pequenos municípios, sentimos que os prefeitos daquelas cidades menores — de cidades não industrializadas — sofreram tremendamente, com a redução do seu Fundo de Participação. A tal ponto que, hoje, os municípios brasileiros voltaram a se enfraquecer, já que sobre os municípios brasileiros se joga, hoje, o problema da educa-

ção, da saúde e, inclusive, como no caso da Prefeitura de Juiz de Fora, problemas na área de segurança nacional com o corpo de bombeiros e o pronto-socorro municipal. Razão pela qual, quando o Governo do Presidente Geisel revigora o Municipalismo brasileiro, como elemento da Oposição, não falando pela Oposição, mas, como elemento dela, congratulo-me com V. Ex^a, neste instante.

O SR. LUIZ VIANA — Muito agradeço o aparte e o apoio que V. Ex^a dá ao meu discurso.

Prosseguindo, desejo dar algumas indicações para que se tenha uma real medida da importância que tem a iniciativa governamental.

Tinha colhido alguns números sobre as perdas que haviam sofrido os Estados nordestinos, os Estados do Norte, com a redução do Fundo de Participação.

Diria, por exemplo, que, em números redondos, o Nordeste, entre 1969 e 1974, perdeu três e meio trilhões de cruzeiros. Esta foi a importância que deixou de ser entregue aos Estados, aos Municípios, do Nordeste, entre 1969 e 1974.

Ora, quem sabe o que é a pobreza nordestina pode avaliar o que isso representou para os Estados, para os Municípios, na sua capacidade de atenderem às necessidades de serviços básicos, de serviços de infra-estrutura. Porque o desenvolvimento do Nordeste, tal como está equacionado, hoje, terá que ser feito por duas vias, ou por dois setores: o setor público que é o setor dos Estados, dos Municípios, dando as bases, dando a infra-estrutura, dando os serviços básicos, ao tempo em que a iniciativa privada, atendida sobretudo pelos incentivos fiscais, estimulada pelos incentivos fiscais, deverá trazer aquela industrialização que permitirá ao Nordeste um crescimento mais acelerado do que aquele que ocorre no Centro e no Sul do País.

Mas, para logo tratar de Minas Gerais — a Minas do nobre Senador que por último aparteu, o Senador Itamar Franco — eu diria a S. Ex^a que Minas perdeu, nesse período, um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros. Embora Minas seja um Estado rico, um Estado forte, um Estado grande, eu sei que um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros fazem falta a Minas Gerais.

O Piauí — o Piauí pequeno, pobre, sofrido — perdeu duzentos e vinte e sete milhões. A Bahia, um Estado dentro do Nordeste, um Estado que faz boa figura, mas não está em condições de perder, como perdeu, um trilhão e cem bilhões de cruzeiros. Sergipe perdeu cem milhões e o Maranhão, que realmente é um Estado já em vias de desenvolvimento, perdeu trezentos e oitenta milhões de cruzeiros nesse período.

Acho que esses números que desejei trazer ao conhecimento do Senado dão bem a idéia do prejuízo que houve para o Nordeste. E também para o Norte. Tenho igualmente os números do Norte, que sofre como nós. Somente em 1974, o Norte perdeu trezentos e oitenta e oito milhões de cruzeiros; duzentos e cinqüenta e sete milhões, em 1973, e cento e noventa e sete milhões, em 1972.

O Sr. Itamar Franco — Imagine V. Ex^a se fôssemos jogar a correção monetária nesses valores.

O SR. LUIZ VIANA — Nem saberíamos como estes Estados estariam vivos e se mantendo com a redução drástica do Fundo de Participação.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador? (*Assentimento do orador.*) — O Brasil quando exporta para o exterior, não exporta tributo. Pelo contrário, facilita a exportação. Internamente, porém, é diferente: exporta-se a mercadoria e o imposto. Podemos constatar o empobrecimento do Nordeste buscando as estatísticas de 1970. A renda *per capita* de São Paulo, em 1970, por conta do ICM, era de duzentos e noventa e quatro cruzeiros e cinqüenta centavos, quando a do Nordeste era de apenas trinta e três cruzeiros e cinqüenta centavos. Os nove Estados do Nordeste não chegaram a recolher um bilhão de cruzeiros, quando houve um *superavit*, em São Paulo, acima de três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Com esta espécie de política e esta legislação madrastra que se impôs ao Nordeste, o que se vê são todos os produtos deficitários e o rico do Nordeste descapitalizado, a classe média empobrecida e a pobreza, sem nenhuma perspectiva, passando fome. Posso afirmar a V. Ex^a que, no meu Estado, no Rio Grande do Norte, não sei como vamos resistir. Acredito até que se essa política tributária, madrastra, inoportuna, continuar por mais dois anos, posso confessar a V. Ex^a que não sei aonde vamos parar. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex^a Chamaria a atenção que a iniciativa tomada agora pelo Governo, e apresentada aqui por elementos de todas as bancadas, já é um passo ou será realmente um passo importante para que minoremos esta situação de miséria, de pobreza, de sacrifício que V. Ex^a nota no Rio Grande do Norte, que noto na Bahia, outros notam no Piauí, outros no Amazonas, e assim por diante.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a outro aparte? (*Assentimento do orador.*) — O que desejávamos é que a política adotada pelo País com relação a outros países se adotasse para os Estados. Não é uma Federação? Simplesmente isto. Nada mais estamos pe-

dindo do que se faça no Brasil o que se faz, em termos de exportação, com outros países.

O SR. LUIZ VIANA — Com relação ao Imposto de Exportação, que V. Ex^a falou, realmente um dos fatores de empobrecimento do Nordeste, foi a sua supressão. O Imposto de Exportação que há algum tempo era cobrado pelos Estados, deixou de sê-lo. Assim, alguns Estados do Nordeste que exportam bastante, têm a sua economia baseada em exportação, foram privados desse imposto.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Luiz Viana, essa reformulação do Fundo de Participação, que se vai finalmente atingir, deve ser creditada, neste momento, ao Congresso Nacional. V. Ex^a recordou que o debate desta matéria se originou da apresentação da emenda do Senador Marcos Freire, com o nosso apoio no Senado, e da emenda semelhante do nobre Deputado Jutahy Magalhães, na Câmara dos Deputados. Realmente, em razão da apresentação dessas duas emendas, o Governo se tornou sensível a essa reformulação e resolveu anuir à alteração constitucional, embora dentro de uma gradatividade constante desta outra emenda, que foi ou vai ser apresentada e para a qual emprestamos o nosso apoio decidido. Acredito que, nesse episódio em defesa da reformulação do Fundo de Participação, o Congresso Nacional se situou muito bem, mostrando a sua sensibilidade para um problema de tal magnitude.

O SR. LUIZ VIANA — Eu preferia creditar a emenda, sobretudo, ao fruto do bom entendimento entre o Executivo e o Legislativo, isto é, o Executivo com o conhecimento que tem da matéria, dos recursos de que poderia dispor e daquilo de que poderia abrir mão e sensível às emendas apresentadas, conveio naquela fórmula que atende aos nossos desejos e às possibilidades do Tesouro. V. Ex^a sabe que não estamos atravessando um ano brilhante. A recessão que existe — a recessão internacional — também se faz sentir aqui. Por outros motivos, o Governo diminuiu certas alíquotas de impostos de forma que a receita federal, de certo modo, tem baixado e a concordância do Governo representou, portanto, uma demonstração efetiva de sensibilidade, de boa-vontade, de interesse para os problemas do Nordeste.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a tocou, justamente, num ponto que gostaríamos de abordar. Somos, aliás, insuspeitos para

falar, porque, por coincidência feliz, a gradatividade na restauração das alíquotas do Fundo de Participação por nós proposta a este Plenário, foi justamente aquela que, no fim o Governo, o Executivo e o Legislativo convieram inclusive nas percentagens anuais. Mas deve, aqui, ser bem frisado que, num ano como este, em que o Governo há que diminuir alíquotas em vários produtos, da sua maior fonte de riqueza que é o IPI, o Executivo, sensível à situação nordestina, concordou, e com ele o Partido que o apóia, nesta reivindicação de todos nós, nordestinos, que não é de hoje. Vem ela desde 1969, e tomou corpo durante os trabalhos da COCENE. Desde aquela data, aqui, neste Plenário, vem sendo debatido exaustivamente por todos os representantes, do Maranhão até o Estado que V. Ex^ª tão bem representa. Mas, gostaríamos de salientar que a solução dada vai colocar os Estados nordestinos, quanto à percepção de recursos, ainda em melhor situação do que aquela que a Constituição de 1967 havia-lhe proporcionado. A alíquota é a mesma, mas 18% são do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, meio a meio, e os 2% são do Fundo Especial que se destina não a todos os Estados, mas àqueles mais necessitados, principalmente os do Nordeste. Qualquer matemático provaria, por uma decomposição simples de parcelas, que o Nordeste vai receber mais ainda do que receberia se estivesse sob o domínio total da legislação de 1967. Era este o aparte que queria inserir no notável pronunciamento de V. Ex^ª

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a contribuição de V. Ex^ª

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^ª permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^ª colocou muito bem o problema na resposta que formulou em face do aparte do nobre Senador Mauro Benevides. Em verdade, todos esses êxitos devem ser creditados ao Congresso Nacional. No particular, seja lícito lembrar que, em 1971, se não me falha a memória, uma grande comissão, da qual era Relator o nobre Senador Virgílio Távora, já cuidava desta matéria, procurando reivindicar do Governo medidas objetivas para corrigir a falha que se criara. Os dados que V. Ex^ª acaba de exibir constituem elemento de alto valor e demonstram a experiência de V. Ex^ª, haurida durante o seu Governo, fecundo e objetivo, e as lições que V. Ex^ª dali traz e aqui apresenta são subsídio ao Governo Federal, cujos atos já demonstram o interesse de acorrer em benefício da situação do Nordeste e de todo o Brasil. Meus cumprimentos a V. Ex^ª pelo seu oportuno pronunciamento.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^ª pela generosidade do aparte.

Prossigo, chamando a atenção dos meus ilustres Pares para o fato de que, se for realmente feito um grande esforço e caso se colimem os objetivos anunciados do II PND, o Nordeste — e como o Nordeste também, Minas Gerais — chegará, a uma renda, em 1979, de 500 dólares *per capita*, o que deverá representar 47 ou 48% da renda média do Brasil, que está prevista, àquele tempo, para 1.050 dólares, se não me falha a memória. Quer dizer, se o Governo realmente levar a bom termo tudo que deve e precisa ser feito, atendendo a mim, ao nobre Senador Agenor Maria e a tantos outros que se interessam pela região nordestina, ficaremos felizes em ter a metade da renda média do Brasil. Isso dá idéia da nossa pobreza; aliás, ficaremos menos pobres, porque, na década de 50, chegamos a ter uma renda de 300 cruzeiros *per capita*, representando apenas 40% da renda média brasileira.

O Sr. Milton Cabral — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Milton Cabral — Parabenizo V. Ex^a por abordar este importante tema, sobretudo com a autoridade que V. Ex^a tem, como um dos mais autênticos porta-vozes do nosso Partido, e pela sua experiência em cargos executivos e legislativos, o que empresta às suas palavras maior densidade. O grande problema nosso é, realmente, a distribuição de rendas. V. Ex^a salientou que as medidas propostas pelos ex-Ministros, na ocasião, para compensar o ICM, foi a criação do Fundo de Participação que agora o Governo, em boa hora, pretende reformular. Mas, acredito que isto não basta nobre Senador. É preciso também que avancemos com relação à reforma do próprio ICM. O Sr. Ministro da Fazenda já confessou que as nossas razões têm procedência; as distorções do ICM continuam e não basta somente essa reformulação do Fundo de Participação. Queremos que V. Ex^a nos ajude nesta luta, porque o Nordeste, se chegar a ter 50% da renda *per capita* média do Brasil, acredito que não satisfará. Quero lembrar a V. Ex^a que, dentro de mais cinco anos, chegaremos a 40 milhões de habitantes, teremos mais habitantes do que a nação Argentina, e os problemas do Nordeste continuam a nos desafiar. Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ VIANA — Pode V. Ex estar certo de que terá todo o meu apoio para qualquer iniciativa que vise, dentro da conjuntura e das possibilidades nacionais, a rever o sistema atual do ICM. Eu chamaria a atenção para o fato de que, como disse inicialmente, não é bastante esse passo. É um passo importante, um passo que revela realmente a determinação e a capacidade do Governo no atingir seus objetivos, mas que não será suficiente.

A reformulação do Fundo de Participação dará, possivelmente, aos organismos estatais, aos Estados e Municípios condições para atenderem aos serviços básicos, aos serviços de infra-estrutura. Mas, o desenvolvimento do Nordeste, como vem equacionado, está preso à iniciativa privada. E hoje o sistema de incentivos fiscais dado ao Norte e ao Nordeste está exigindo uma reformulação.

Acredito que, com a redução que houve em favor do PIN e do PROTERRA, com a divisão que houve com a criação de incentivos para a pesca, turismo e reflorestamento, os recursos que vinham sendo dados à SUDENE e à SUDAM caíram verticalmente. A prova disto, Sr. Presidente, é que várias indústrias em implantação não conseguem captar recursos; estão se arrastando e, com isso, encarecendo seus custos financeiros sem poder realizar os seus cronogramas de obras; enfim, em situação já aflitiva. Verificamos que enquanto em 1969 foram aprovados no Nordeste 233 projetos, se não me falha a memória, em 1973 apenas foram aprovados 89.

Só na SUDENE, para atender aos projetos que ela própria aprovou e que considerou necessários à região, há um *deficit* da ordem de 3,5 trilhões.

Acredito que isto só poderá ser coberto se o Governo resolver atender ao PIN e ao PROTERRA por verba orçamentária, desviando os recursos que lhes eram dados para algum Fundo, algum sistema que atenda às indústrias ora em implantação no Norte e no Nordeste.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Nós nos rejubilamos, Senador Luiz Viana. V. Ex^a, com a sua autoridade, dá um reforço àqueles batalhadores nordestinos que lutam por uma reformulação total na sistemática dos incentivos fiscais. Já no trabalho há pouco referido pelo eminente Senador Heitor Dias foi o assunto bastante tocado. Poderemos dizer a V. Ex^a que o primeiro passo, atendendo aliás à recomendação do próprio estudo da COCENE, foi feito pelo próprio Governo Federal na criação, agora, dos Fundos de Investimentos estatais, o FINOR, o FINAM e o FISETE e o reforço dos mesmos. Este ano o FINOR, por exemplo, teve um aparte, suplementando recursos de Cr\$ 500 milhões e o compromisso adotado pela direção financeira do Governo junto às lideranças nordestinas, quando do estudo desses Fundos, é de que gradualmente essa recuperação será feita. O FINAM da Amazônia, por exemplo, além dos incentivos já teve um reforço de mais de 250 milhões. Congratulamo-nos com

V. Ex^ª pela pertinência do assunto e a percuciência com que ele é tratado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o valioso aparte de V. Ex^ª, mas devo atender à colorida advertência que me faz o Sr. Presidente, com a luz vermelha, indicando-me que o meu tempo está esgotado. E gosto de ser obediente à Presidência.

O Sr. Ruy Carneiro — Senador Luiz Viana, queria apenas dizer a V. Ex^ª, quando fala sobre a precariedade das indústrias, que também os projetos agropecuários a serem concluídos, no Nordeste, se encontram em situação precaríssima.

O SR. LUIZ VIANA — Claro. Os projetos industriais e agropecuários. V. Ex^ª tem toda razão.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito obrigado. Era o que desejava incluir no discurso de V. Ex^ª

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, para concluir, congratulo-me com o Governo e com o Congresso Nacional pela próxima — já assim me posso referir — aprovação dessa emenda constitucional que virá, em tão boa hora, atender às necessidades e aos reclamos da Região Nordestina mas que, para alcançar as cifras do crescimento previsto pelo II PND, está a reclamar novas iniciativas as quais, estou certo, serão adotadas pelo eminente Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

O MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (*)

O SR. LUIZ VIANA — (*Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na data de ontem, transcorreu o primeiro aniversário da lei que criou o Ministério da Previdência Social. Pareceu-me que a oportunidade seria grata para que, aqui, lembrasse o muito que tem sido feito, não somente pela Revolução mas, especialmente, pelo Governo do Presidente Ernesto Geisel, no sentido de atender às reivindicações do campo social.

Se assim penso, Sr. Presidente, é porque, no momento em que tanto se fala, em que está em plena voga o problema da distensão política, acredito que será impossível ou irreal pensarmos em distensão política se não tivermos, concomitantemente, uma distensão social.

Se assim penso é porque se torna inevitável que preparemos o eleitorado, que preparemos a opinião pública, para que ela, ao comparecer às urnas, o faça não motivada por dificuldades de vida, por ressentimentos, pela carestia, enfim por toda aquela soma de dificuldades que tanto amarguram a vida do povo.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero solidarizar-me com V. Ex^a pelo registro que faz da efeméride, penso eu, não somente grata ao Governo, mas, particularmente, ao País, e ainda mais às classes trabalhadoras da nossa Pátria. V. Ex^a, que é um intelectual, poderá corrigir-me, pois não sei se estou certo, mas creio que foi Dante Alighieri quem disse, numa das suas passagens magníficas: "Casa em que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão." Acho que nesse intróito V. Ex^a, com o brilho intelectual que o caracteriza, já disse toda a posição do Presidente Geisel, e muito afirmativo ao declarar

(*) Discurso proferido em 26-8-75.

que só pode haver distensão política com distensão social. Por isso, citei — e V. Ex^a vai-me corrigir, porque sou, aqui, o mais roceiro dos Senadores...

O SR. LUIZ VIANA — Não é minha intenção corrigir V. Ex^a. E endosso, aliás, o brocardo que citou.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não se avançou tanto em política assistencial, quanto depois de 1964 e, particularmente, com o Presidente Geisel, propenso a atender às reivindicações, e agora com o 14^o-salário, com as medidas da Previdência Social, cancelando, por exemplo, o desconto que os aposentados estavam fazendo — uma série de medidas. Mas, neste instante quero apenas apartear para congratular-me, para solidarizar-me com suas palavras iniciais, já que sei quando V. Ex^a ocupa a tribuna é para abordar assuntos com profundidade. Quando V. Ex^a sai do cais, desatraca e já dá as idéias gerais do discurso que vai pronunciar, queria manifestar meu apoio, minha solidariedade, minha simpatia ao formar com V. Ex^a no registro da efeméride tão grata ao povo brasileiro.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a a gentileza do aparte com que secunda minhas palavras.

Desejaria acentuar que o Ministério da Previdência Social foi decorrência natural de toda a política social que veio sendo desenvolvida pelo Presidente Castello Branco, Presidente Costa e Silva, Presidente Emílio Médici e enfatizada no Governo Ernesto Geisel. Enfatizada, naturalmente, porque o País ou a Revolução havia alcançado ou alcançou um estágio de desenvolvimento, de prosperidade nacional, que permite, realmente, ao Governo Federal se volte agora, com mais intensidade, para o problema social, deixando, assim, como que um pouco de lado, aquele tabu do Produto Nacional Bruto, que, sabemos, só foi conseguido nas taxas alcançadas com grandes sacrifícios do povo brasileiro.

É, portanto, uma orientação governamental que o Produto Nacional Bruto poderá decrescer, poderá diminuir em benefício do desenvolvimento social da Nação, isto é, em benefício da melhor e mais justa distribuição das rendas ou da riqueza do País. Fato esse que iria atender àquele desígnio tão bem expresso pelo Presidente Geisel, justamente no momento em que empossou o atual Ministro da Previdência, Sr. Nascimento e Silva. Ocasião em que o Presidente Geisel declarou que o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região, onde viva ou trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional.

Mas, não ficamos em palavras. Esse objeto, esse desiderato do homem, de atender ao homem, como meta suprema do Governo,

vem sendo alcançado por uma série, uma sucessão de medidas da maior importância, o que mostra quanto a imaginação do Governo está, realmente, voltada para o problema da Assistência Social, assunto da maior importância, do maior relevo, sobretudo pelo número de brasileiros, pelo número de pessoas que são atendidas através dessas medidas.

A propósito, eu pediria mesmo licença para lembrar alguns números, que dizem bem da importância que tem esse problema para a vida do País. Assim, enquanto em 1967, orçava em torno de vinte milhões — ou pouco mais que vinte milhões — o número de segurados do INPS, em 1974 esse número se elevou a mais de quarenta e seis milhões, isto é, hoje mais de quarenta e seis milhões de brasileiros são beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social.

O Sr. *Benedito Ferreira* — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, Excelência.

O Sr. *Benedito Ferreira* — Eu gostaria, interferindo no discurso de V. Ex^a, de participar dessa festa da colheita. Festa da colheita da sementeira, duramente iniciada naquele período em que o Brasil tinha ainda os seus navios apreendidos no exterior, com bandeiras brasileiras, para garantir o ressarcimento de dívidas, naquele período duro de destoca, do plantio, do produzir para hoje repartir. Reservei-me para interferir, exatamente no instante em que V. Ex^a dá, em números redondos, o que percentualmente significa que mais de oitenta por cento da população urbana brasileira, hoje, está protegida pelo INPS. Isso é, sem dúvida nenhuma, fruto da coragem daqueles que não tiveram a preocupação de ser agradáveis, daqueles que não cortejavam a popularidade momentânea. Fazendo o registro que V. Ex^a faz, nessa festa da colheita, tão duramente semeada, eu não poderia deixar de congratular-me com V. Ex^a e dizer o quanto me ufanava em, modestamente, desta mesma Casa e até mesmo da Câmara dos Deputados, muitas e muitas vezes, concitar os nossos adversários, para que tivessem paciência, para que aguardassem, porque os frutos viriam e, hoje, aí está V. Ex^a, fazendo esse registro, como que a confirmar tudo aquilo que esperávamos em termos de realizações. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Eu que agradeço a V. Ex^a a honra do aparte.

Mas, desdobrando aquele mesmo pensamento de apresentar alguns números que me parecem bastante significativos, continuarei dizendo que, enquanto em 1967 tínhamos seis milhões e setecentos mil segurados, em 1974 já esta cifra se eleva para quinze milhões e

novecentos mil segurados. É um número que é simpático, aqui, acredito que a todos nós, porque é uma iniciativa relativamente recente, é o do seguro das empregadas domésticas — já hoje o INPS conta, seguradas, com trezentas e setenta e quatro mil domésticas em todo o País, o que mostra, realmente, como esse tipo de seguro veio preencher uma lacuna, atendendo a importante e numerosa classe da sociedade nacional.

Quanto aos aposentados, que eram 750 mil, em números redondos, em 1967, hoje elevam-se a 1 milhão e 200 mil.

As consultas médicas, que em 1967 orçaram em 7 milhões e 500 mil, em 1974, elevaram-se a 55 milhões. Esse número parece-me bastante expressivo, não pela atividade, mas pela pressão social, do reclamo que há, da comunidade brasileira, em torno da assistência médica dada pelo INPS.

As internações hospitalares, entre 1967 e 1974, elevaram-se de 519 mil para 3 milhões, 694 mil. É uma cifra, Sr. Presidente, a meu ver, bastante significativa.

Do mesmo modo, as radiografias se elevaram de 2 milhões e 500 mil para 4 milhões e 900 mil, entre 1970 e 1974.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Perdão, por novamente interromper o oportuno discurso de V. Ex^a Mas, como Senador pelo novo Estado do Rio de Janeiro — já o era pelo antigo e agora tenho esta característica — desejaria salientar a posição afirmativa do Ministro, no que tange à assistência à chamada Baixada Fluminense. V. Ex^a está realizando um estudo, através do magnífico discurso que está pronunciando no dia de hoje, mas deve saber que um dos pontos nevrálgicos, uma área-problema do Ministério da Previdência e, particularmente, do INPS, era a Baixada Fluminense.

O SR. LUIZ VIANA — Para a qual já foi elaborado um amplo plano de assistência hospitalar, com a construção de vários hospitais, centros médicos que se vão destinar a atender àquela populosa região do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Vasconcelos Torres — É essa a razão do meu aparte, a que V. Ex^a, com a inteligência que lhe é peculiar, responde, antes mesmo que eu o formule. Foi um projeto elaborado pelo Ministro, chamado Projeto Baixada — V. Ex^a deve ter recebido aqui um exemplar, e acho que todos os Senadores receberam — em que as filas

dramáticas, particularmente, Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis e Meriti, começaram a ser abolidas. O Ministro, Senador Luiz Viana Filho, teve uma inteligência espetacular, pois, ao invés de fazer a fusão abrupta, como na área estadual, infelizmente, foi feita, realizou de modo gradual. Então, as duas superintendências do INPS — a do antigo Estado do Rio e a do antigo Estado da Guanabara — começaram a funcionar. Foram criadas duas Superintendências: a Superintendência da antiga Guanabara ficou com o Rio de Janeiro e os Municípios da Baixada, e a do antigo Estado do Rio ficou chamada a Superintendência Adjunta, criando assistência, desenvolvimento de programas assistenciais para a área do antigo Estado do Rio de Janeiro. Neste passo, eu queria pedir permissão a V. Ex^a para mencionar o nome do atual Superintendente do Rio de Janeiro e da área da Baixada, o Dr. Pericélio Tupi Vieira, que se tem havido com uma clarividência, com uma percuciência, com um realismo, a ponto de fazer com que aquelas queixas que se avolumavam fossem cedendo, hoje, a quase um movimento de gratidão de todos aqueles que batem à porta do INPS nessa área difícil, constituída pelos municípios da chamada Baixada Fluminense. Esse Projeto Baixada está em plena execução. E tanto ao Ministro Nascimento e Silva quanto ao Superintendente Pericélio Tupi Vieira e também ao Presidente do INPS, queria pedir permissão a V. Ex^a, para neste instante, nesse esplêndido relatório que V. Ex^a faz, formular o meu elogio o mais amplo possível à clarividência com que se houveram, agindo com objetividade no sentido de que esses problemas assistenciais pudessem ser resolvidos. É em depoimento sincero, sobre a área, talvez, socialmente mais conflagrada do Brasil e onde o INPS e o Ministério da Previdência estão presentes.

O SR. LUIZ VIANA — Grato a V. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, continuando, depois do aparte com que me distinguiu o Senador Vasconcelos Torres, chamaria a atenção para a riqueza de medidas, de providências, que têm sido da iniciativa do Governo do Presidente Ernesto Geisel.

Depois da criação do Ministério da Previdência Social, a que me referi, tivemos ainda a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, constituído pelos Ministros da Previdência Social, da Saúde, da Educação e Cultura e da Indústria e do Comércio, que formam realmente um Conselho voltado para atender e considerar os graves problemas da vida brasileira.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Paulo Guerra — Congratulo-me com V. Ex^a pela feliz iniciativa de abordar nesta tarde a política social dos Governos da Revolução, focalizando de maneira especial orientação humana e patriótica do Governo do eminente General Ernesto Geisel. Permite-me assim que destaque nesta oportunidade a atuação do Ministro Nascimento e Silva, homem público da mais alta qualificação para o cargo, que alia a sua cultura jurídica, a sua vocação de estadista e, conseqüentemente a sensibilidade para os problemas da assistência social. Em nome de Pernambuco, desejo registrar a atuação prioritária do eminente Chefe da Nação, inclusive pela felicidade de ter entregue a política de tão importante setor do desenvolvimento social a um dos melhores homens públicos deste País, onde a modestia, a cultura, a vocação pública e a capacidade executiva enriquecem a sua personalidade. É o testemunho do alto conceito e admiração de toda a Nação brasileira, e de uma maneira especial de Pernambuco, a um dos maiores talentos de estadista deste País.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o valioso testemunho que V. Ex^a acaba de dar, corroborando os pontos de vista que venho enunciando.

O Sr. Henrique de La Rocque — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Henrique de La Rocque — Neste momento, exatamente, em que transponho a fronteira, no instante em que fazemos um exame de ordem geral no que concerne à assistência social da obra revolucionária, deixo os domínios da previdência, para examinar essa mesma obra social, em outros ângulos. Desejava, nobre Senador Luiz Viana, assinalar o meu entusiasmo diante da obra do Ministro Nascimento e Silva, que tem, na realidade, usado a sua valiosa imaginação em favor dos previdenciários. A todos ele tem procurado assistir. Mas a previdência é ampla; seu circuito é, na realidade, de uma amplitude além do que se supõe. Surge com a maternidade e vai-se exaurir na morte, que a ninguém perdoa. E nesse mundo novo, por ele engajado à Previdência, ele tem encontrado a realização de um homem de Estado totalmente voltado para a assistência social. E em se falando de assistência social, Senador Luiz Viana, é preciso que se destaque, de forma específica, a assistência médica, a assistência hospitalar. Dizia-me, recentemente, S. Ex^a, que estabeleceu um critério de prioridade em que os segurados são assistidos através dos hospitais que constituem a rede específica do Instituto; e quando há carência de leitos, eles derivam para os hospitais federais; em seguida, para os estaduais e os municipais; e depois entram na rede hospitalar particular. Neste momento, quando continua a prestar assistência aos previdenciários do meu Estado, quero depor

para V. Ex^a que há um mundo de maramhenses que, em busca de uma sobrevida, que a medicina da minha terra não lhes assegura, demandam o Sul do País; e temos encontrado abertas as portas da Previdência Social, permitindo que eles demandem o Sul em busca de uma medicina mais avançada, de um hospital mais bem equipado. Mas não fazem só isto. O Instituto paga as diárias e as passagens do acompanhante e todas as despesas concernentes àquela viagem do Estado de origem do segurado para o centro mais adiantado no setor médico. Tudo isto é, na realidade, obra da Revolução. Por fim, eminente Senador Luiz Viana, quero dizer o quanto a Previdência se agigantou, o quanto cresceu e significa tanto para este País. Quando presidi o Instituto dos Comerciantes, por volta de 1951 a 1953, a nossa arrecadação era apenas de 100 contos de réis por mês, ou 100 mil cruzeiros. Dos 100 mil cruzeiros, a cota paulista se objetivava em 50%, ou seja, 50 contos que são, hoje, 50 mil cruzeiros.

V. Ex^a sabe melhor que ninguém que, hoje, a arrecadação da Previdência é a segunda no que diz respeito ao vulto do seu significado. Por tudo isso, louvores ao notável pronunciamento que V. Ex^a está fazendo da obra revolucionária em setor tão importante que diz de perto à pessoa humana, aquela que deve ser objeto primário e essencial de todo Governo legítimo e voltado para as maiores preocupações do homem de Estado.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex^a

Mas, como assinalava, depois do Conselho de Desenvolvimento Social, tivemos a criação do Fundo de Assistência Social, destinado a mobilizar recursos que deverão montar, até 1979, a um total de cerca de 20 bilhões que irão atender a várias obras, inclusive, também, a bolsas escolares.

Houve, também, a extensão da Previdência aos maiores de 70 anos e aos inválidos que, até o momento, ou até àquele momento em que foram considerados, representavam os párias da nossa sociedade. Para o inválido e o maior de 70 que não tinham ingressado na Previdência Social, não havia outra solução senão pedir esmolas pelas ruas do País. Hoje, ele é atendido como um ser humano; é atendido pela sociedade, que desse modo o ampara, retribuindo o trabalho que ele desempenhou, a função que exerceu ao longo de sua existência.

O Sr. Vasconcelos Torres — Isso é que foi Revolução verdadeira.

O SR. LUIZ VIANA — Foram extintas as contribuições sobre a Previdência Social; houve a contagem recíproca de tempo; o salário-

maternidade, que era outro problema de relevo, porque colocava a mulher numa situação de desvantagem em face do empregador. Muitos empregadores recusavam-se a admitir a mulher, pela obrigação que lhes vinha de dar assistência, no caso da maternidade. Esse problema foi resolvido, passando a Previdência Social a arcar com esse ônus, que foi assim retirado das obrigações do empregador.

O Sr. Fausto Castelo-Branco — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com prazer.

O Sr. Fausto Castelo-Branco — Em maio do ano passado, fiz aqui pronunciamento sobre a criação do Ministério da Previdência Social, para cujo cargo foi escolhido o Ministro Nascimento e Silva, a quem todos conhecemos e já devemos muito pelo que tem feito por este Brasil. Onde é solicitada, sua presença tem sido constante. S. Ex^a tem revelado todo o seu programa, onde quer que seja convocado, dando ciência ao Brasil dos novos rumos traçados para os problemas de saúde do País. Nove órgãos compõem o Ministério da Previdência Social, portanto, obra complexa da qual o espírito lúcido de V. Ex^a traça, com justiça, o perfil para esta Casa. Associo-me e solidarizo-me, como médico, como brasileiro e como piauiense, às palavras que V. Ex^a pronuncia neste instante. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex^a

Continuando, num breve enunciado das múltiplas iniciativas que já foram tomadas nesse campo da assistência social, do desenvolvimento social, queria lembrar a extensão ao trabalhador rural do direito ao auxílio-doença; a desvinculação do salário mínimo da revisão dos desgastes monetários; a correção monetária sobre os descontos para o Imposto de Renda feitos na fonte, o que equivale a uma devolução de cerca de 30% dos tributos recolhidos; a elevação do teto das isenções para o Imposto de Renda; a permissão para que os contribuintes de mais de 65 anos possam abater da sua renda bruta o equivalente a dois dependentes. O muito que se fez na revisão das medidas do BNH, porque não foi só no campo do Ministério da Previdência Social que o Governo buscou atender ao problema social. Ele também o fez em outras áreas, em outros Ministérios, e disso é um exemplo flagrante o que foi feito em relação ao problema da habitação. As modificações introduzidas, as reduções de juros, e os aumentos de prazo deram uma diminuição em prestação de cerca de 30%, o que, realmente, é relevante para as classes menos favorecidas.

Cheguei até a tomar alguns apontamentos sobre o assunto. Lembro-me de que um empréstimo de vinte mil cruzeiros, que re-

presentava uma prestação mensal de cento e dezessete, passou a ser de oitenta e três cruzeiros. Um empréstimo de sessenta mil, que era pago com prestação de setecentos e cinquenta cruzeiros, tem agora uma prestação de quinhentos e trinta cruzeiros. São diferenças, portanto, de 29,5%, o que é bastante significativo, bastante expressivo para as classes menos favorecidas, para as classes mais pobres do País.

Enfim, é uma série de medidas, a última delas a unificação do PIS e do PASEP. Instituiu-se um verdadeiro 14º-salário com que se beneficiam todos aqueles trabalhadores que percebem até 5 salários mínimos.

Mas eu não queria, ou não desejo deter-me sobre esses aspectos do muito que já foi feito, dessa série de medidas que mostra, aliás, quanto está fértil a imaginação do Governo, a imaginação do Ministério da Previdência Social, em relação ao campo social, ao atendimento daqueles propósitos enunciados no II PND.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^a está focalizando assunto da maior relevância, e o seu depoimento vem demonstrar, mais uma vez, os grandes e verdadeiros ideais da Revolução de Março de 1964; a continuidade dos Governos da Revolução; a visão de estadista do General Ernesto Geisel; o dinamismo e a competência do Ministro da Previdência Social, Prof. Nascimento e Silva. E, a série de fatos e de números que V. Ex^a exhibe comprovam que nada disso foi feito por acaso, mas, ao contrário, obedeceu a um programa, a um delineamento. E, V. Ex^a teve oportunidade de bater na tecla, ao referir-se ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ali está registrada uma das metas importantes do Governo, que é exatamente a justiça social. E é isso que precisa ser levado ao conhecimento do povo em detalhes, para que ele sinta e saiba que os seus sofrimentos e as suas justas reivindicações estão sendo objeto de estudos e de medidas adequadas por parte do Governo Federal. Congratulo-me, pois, com V. Ex^a por essa oportuna exposição com a qual demonstra que está atento e interessado nos grandes problemas que afligem o nosso povo.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^a

Mas, aproveito justamente este oportuno enunciado que V. Ex^a fez do II Plano Nacional de Desenvolvimento, para acentuar que os objetivos desse Plano são os de mudar a face social do País.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento tem a coragem de exibir os problemas, ele não quis esconder a nossa pobreza, as nossas necessidades, as áreas, realmente, de pobreza extrema que existem no País, como no Jequitinhonha, no Vale do Ribeira e em áreas do Nordeste que são os chamados "bolsões de pobreza".

É para isso que se está voltando o Governo, dentro de uma estratégia que se destina a uma política social integrada para um melhor desenvolvimento do País. Há o objetivo dessa integração entre a população urbana e a população rural, aquela crescendo vertiginosamente, de maneira que os índices chegam a se inverter. Tínhamos uma grande população rural para uma pequena população urbana. Esses dados estão de tal maneira se invertendo que há previsão de que, em 1980, cerca de 60% da nossa população rural já esteja integrada na população urbana do País.

Isso tem sido feito sem prejuízo, sem a postergação dos direitos dos nossos trabalhadores rurais, até bem pouco quase que totalmente ignorados pela Previdência Social.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero acentuar justamente os objetivos fundamentais da política governamental nesse campo da assistência social; mudar a face do País; fazer com que a riqueza seja melhor distribuída, que possamos eliminar aqueles chamados "bolsões de pobreza"; integrarmos, numa sociedade justa, numa sociedade humana, todos aqueles que contribuem para o engrandecimento do País. Isso é o que tem sido feito especialmente através do Ministério da Previdência, mas, também, através de órgãos do Ministério do Interior, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho.

Mas, Sr. Presidente, depois de me referir a todas essas iniciativas já em curso, que têm sido levantadas, eu lembraria, também, que o Ministério tem em estudos várias iniciativas da maior importância para o desenvolvimento social do País. Entre essa, a contribuição dos trabalhadores que prestam serviços a empresas sem vinculação empregatícia; concessão de benefícios a pessoas que ingressaram na Previdência após completarem sessenta anos, em determinadas condições; completa integração do seguro de acidentes de trabalho na Previdência; enfim, há vários projetos em estudos.

Mas, a dois deles eu queria referir-me — não direi com mais profundidade — mas, com mais ênfase. Eu os considero, realmente, iniciativas de grande importância. Uma, aliás, acho que já divulgada pela imprensa, não constitui novidade, mas, representa para mim passo importante para a vida do País.

Refiro-me aos indicadores sociais e à suplementação de alimentos para gestantes e crianças de zero a seis anos.

Em relação aos indicadores sociais que serão manipulados pela DATAPREV — que é um organismo — quero chamar a atenção para o fato de que isso irá efetivamente dar possibilidades ao Governo de conhecer a situação real do País. Se eu quisesse usar uma pequena imagem, modesta, eu diria que vamos passar da época do médico da sala, do banco, nas Santas Casas, de estetoscópio, para a época da radiografia, da radioscopia.

O Governo terá, então, elementos para conhecer tudo o que estiver ocorrendo no País, em determinadas zonas; as causas sociais de uma doença, as causas de uma modificação, a maneira por que a população está se comportando ou reagindo diante de determinadas deficiências alimentares, ou determinadas causas de doenças endêmicas ou epidêmicas.

É uma iniciativa, Sr. Presidente, a meu ver, da maior importância social essa tomada pelo Governo, de incorporar à nossa vida a existência desses indicadores sociais.

Hoje, por maior que seja a nossa boa vontade, por maior que seja o empenho do Governo, ele, de alguma maneira, tateia no escuro. Ele procura o que deve, o que será melhor fazer, mas está sujeito a grandes erros, a grandes equívocos. Na base dos indicadores sociais, as medidas serão prontas, serão certas, serão justas e, sobretudo, virão realmente atender às populações, às regiões mais carentes da assistência governamental.

O Sr. Vasconcelos Torres — Nobre Senador, somente uma frase. Isto é profundamente maravilhoso e representa a seriedade com que o Ministério da Previdência Social e o Governo encaram os problemas sociais brasileiros. V. Ex.^ª está fazendo assim um cinemascopo perfeito. É pena que esses avanços do Ministério da Previdência Social não tenham sido amplamente divulgados. Embora — como V. Ex.^ª falou — a imprensa tenha divulgado, V. Ex.^ª está dando um detalhe importante. É justamente através dos indicadores sociais, uma computação maravilhosa, que o Governo pode atender, sem aquele falso paternalismo, anterior a 1964, as realidades sociais e as reivindicações legítimas da classe trabalhadora e previdenciária do País.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex.^ª Eu complementaria essa idéia, tão bem enunciada por V. Ex.^ª, dizendo que esses indicadores sociais vão-nos permitir conhecer a qualidade de vida. Qualidade de vida a que estão submetidas as populações brasileiras

nas suas diferentes classes, nas suas diferentes regiões, nas suas diferentes categorias sociais.

O Sr. Vasconcelos Torres — Serviço absolutamente pioneiro na América Latina!

O SR. LUIZ VIANA — Essa iniciativa aliás já existe na França, na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos, mas como disse bem o Senador Vasconcelos Torres é pioneira na América Latina, irá dar ao Governo não somente essas condições, mas mostra a seriedade com que o Governo deseja encarar o problema da assistência social e o problema da política social brasileira.

Mas, dizia eu que havia dois projetos a que eu dava grande importância, um era esse, o outro é o da suplementação alimentar às gestantes e às crianças de zero ano.

Sr. Presidente, por mais que tenhamos experiência, por mais que tenhamos sentido as dificuldades de vida de várias camadas da população brasileira, não temos o conhecimento perfeito dos danos que são causados pela subnutrição, pela hiponutrição, sobretudo nessa fase de gestantes e nas crianças de zero a seis anos. São danos irreversíveis! Hoje, já há vários estudos — nem sou médico, mas leio, naturalmente, livros de divulgação — e é sabido que a criança, nessa idade, reclama alimento protéico, alimento de sais minerais, alimento de vitaminas para que o seu cérebro se desenvolva com aquela rapidez, e aquela complexidade que exige a natureza humana. Basta dizer que o cérebro de uma criança, que surge com cerca de 300 gramas, no primeiro ano de vida triplica de volume: vai a cerca de 900 gramas, e isso ele só consegue através de alimento adequado; quando esse alimento não é adequado, vêm os casos de retardamento mental que se irão refletir por toda a vida daquele ser, desde a sua escolaridade, o seu trabalho. Enfim, o País irá pagar muito mais por aquela deficiência do que pagará se, através de uma suplementação balanceada, adequada, de alimentos, propiciar o desenvolvimento normal daquela criança.

Essa iniciativa, Sr. Presidente, que já está sendo estudada — acredito que em breve estará concretizada num projeto governamental — é realmente da maior importância.

Não faz muito tempo, eu lia um estudo de um professor americano, Elie Shneur, em que ele mostrava as necessidades que tem um recém-nascido, de determinados alimentos protéicos, vitamínicos e minerais, sem os quais a criança se desenvolve em condições irrecuperáveis para o resto da vida.

Sr. Presidente, no caso eu sinto isso. Acredito que o Ministério da Previdência e Assistência Social com essa suplementação alimen-

tar, prestará um imenso serviço ao País, à nossa sociedade. É algo humano, sobretudo social, patriótico, e o seu custo será uma insignificância ante o que representará de benefício para milhões de seres que se desenvolverão em condições normais, melhor servir ao País e à sociedade.

Creio, Sr. Presidente, que após um rápido exame, um breve enunciado, sobre as realizações de caráter social que vêm sendo empreendidas pelo Governo Ernesto Geisel e, em particular, pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, que ontem completou o seu primeiro aniversário, poderia concluir, afirmando que raramente, em tão pouco tempo, se tem feito tanto pelo Brasil.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

**CARTA AO SENADOR PETRÔNIO PORTELLA
SUGESTÕES PARA A ARENA (*)**

Brasília, 20 de agosto de 1975

Exmo. Sr.
Senador Petrônio Portella
DD. Presidente da ARENA
Brasília - DF

Meu caro Presidente:

Embora tivesse preferido mais vagar, não desejo ultrapassar o prazo estipulado no telegrama em que solicitou "subsídios, sugestões, emendas", e que hoje se vence. De fato, conforme prometido, mas não somente atendendo a sua solicitação na última reunião do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional, senão também pelo desejo de colaborar com o nosso estimado companheiro, Deputado Francelino Pereira, em boa hora apontado pelo eminente Presidente Geisel à nossa agremiação, venho trazer-lhe a modesta contribuição de algumas considerações e sugestões. Pareceram-me elas de alguma utilidade no momento em que o partido ainda se ressentia do maior e mais inequívoco revés da sua breve existência, e poderão representar tentativa para restituir a confiança infelizmente desaparecida de nossas fileiras. Tanto mais quanto considero uma vigorosa sobrevivência da ARENA, inseparável, no momento, da própria sobrevivência da democracia no Brasil. É, pois, urgente e patriótico fortalecermos a ARENA, inclusive convocando, pelos meios ao nosso alcance, figuras exponenciais da vida brasileira, e que pelo prestígio, tradição, cultura e respeitabilidade estejam em condições de transmitir ao País mensagens de entusiasmo e esperança. Não menciono nomes para não incorrer em omissões involuntárias. Mas, certamente bem conhece figuras com inestimáveis serviços ao Brasil e à Revolução, e em condições de virem prestigiar e popularizar o nosso partido. O inviável é um partido que não logre se comunicar com a Nação através de pessoas que ela conheça, nas quais acredito, e que possam dizer coisas pertinentes à vida e ao futuro de cada qual. Na verdade, ou conseguimos aproximar o povo da ARENA, ou repetiremos 1974,

(*) Em 20-8-75.

quando tendo tudo para ganhar perdemos quase tudo que havíamos ganho.

Não é mister ter olhos de lince para ver que estamos, queiramos ou não, no limiar de uma nova era. A era da cibernética, do computador, da energia nuclear, e da qual emerge um novo homem, para substituir o homem da decadente civilização industrial. Um homem com aspirações novas, e que reclama novos caminhos, embora de maneira ainda desordenada, como é próprio de períodos de transição. E aos partidos políticos, se quiserem realmente ter o alto e relevante papel que lhes toca numa sociedade aberta e democrática, cabe projetarem e construírem tais caminhos. Até porque é tarefa mais dos partidos do que dos governos. Não poderemos, portanto, nos omitir de um papel de vanguarda, para o qual é indispensável que a ARENA conserve autenticidade, como um instrumento efetivo de princípios e idéias a serviço do Brasil. Sem o que nos transformaríamos num aglomerado artificial, facilmente dominado pela mediocridade. E, para o evitar, a condição primeira é o partido poder viver livremente, de modo a que, dentro de uma competição normal, se afirmem as suas lideranças naturais, merecedoras da confiança e do apreço dos correligionários. Partido enfeudado — diz-me a experiência — é partido em decadência. No particular, embora não pretenda contribuir para agravar notórias e graves dissensões, que inquietam a nossa agremiação em algumas unidades da Federação, talvez fosse oportuno, em outras circunstâncias, uma análise profunda para completo conhecimento do que ocorre com prestigiosos correligionários, alguns, segundo é corrente, já inclinados a abandonar as agruras da vida partidária. Sei que não será fácil. Estou mesmo a lembrar-me dos esforços do Presidente Castello Branco, que, para fortalecer o nosso partido de acordo com a ilustre e centenária tradição republicana iniciada, em Itu, com a presidência de João Tibi-riçá Piratininga, convocou o nosso eminente companheiro Senador Daniel Krieger. Deixemos, porém, a História em paz.

Como é conhecido, tenho as idéias como mais importantes do que os homens, embora elas jamais se concretizem sem grandes homens. E nunca tanto precisamos de idéias, pois somente estas poderão salvar a ARENA. Não há porque o nosso programa se confundir com o do Governo. O nosso programa será um ideal a ser realizado através do tempo. O do Governo é necessariamente limitado pelas possibilidades de próxima efetivação.

São numerosos os problemas para um partido que aspira orientar e dirigir a nação. Ao apelar para a imaginação criadora do nosso mundo político é evidente haver o eminente Presidente Ernesto Geisel desejado encontrássemos o caminho da conciliação nacional, em torno de instituições que assegurem a ordem, a conti-

nuidade revolucionária, sem prejuízo dos direitos inerentes aos cidadãos. Do mesmo modo que deveremos tentar minimizar a crescente corrente da opinião nacional que tem como imprescindível o surgimento de um número de partidos adequado para exprimir as nuances do pensamento político nacional. Contudo, são tantos os temas, no campo das idéias, a desafiarem a nossa capacidade de decisão que prefiro abandonar considerações outras para neles me fixar. De fato, para um partido para o qual devem confluir pessoas reunidas por uma identidade de pensamento, e também de interesses, deve ser precípua conhecer as grandes linhas das reivindicações populares, pois somente assim, aceitando-as, ou não, teremos consciência da nossa posição face à opinião pública, e não seremos dolorosamente surpreendidos como ocorreu nas eleições de 1974. Nada pior para um partido do que ser cego, surdo e mudo. Máxime numa época em que tudo se baseia na comunicação.

É urgente que a ARENA diga ao País o que pretende fazer daqui por diante. Do contrário continuaremos a ser a pedra onde se lavam as amarguras do povo, a começar pela elevação do custo de vida, que dia a dia gera novas insatisfações. Perdoe-me a franqueza. Acredito, porém, seja ela mais frutuosa do que o turbulo de louvores, forma de adiamento, momentaneamente grato, mas que torna mais graves e difíceis os problemas procrastinados. Estou certo de que a ARENA deverá se popularizar na base de alguns objetivos definidos, facilmente compreensíveis pelo eleitorado. Nada de fórmulas vagas, indefinidas, e que a ninguém sensibilizam. Precisamos representar algumas idéias e aspirações do povo brasileiro. Até aqui muito se tem proclamado que somos o partido do Governo. É necessário que a título tão honroso juntemos também o de sermos o partido do povo brasileiro.

Dentro desse pensamento venho pedir-lhe, caso julgue conveniente à ARENA, submeta à próxima Convenção, para que se incorporem ao nosso programa, as sugestões abaixo enumeradas, nas quais busquei sintetizar objetivos que acredito atenderem a aspirações de grandes correntes da sociedade brasileira, nesta fase de profundas transformações.

Inicialmente, desejo reportar-me ao problema educacional, que tenho como o fundamental, o essencial para o futuro do País. Não importa o que se tenha feito — é premente definir-se o que irá fazer, e qual a posição que a ARENA espouse em setor tão importante. Tomaria mesmo a iniciativa de propor que se inscreva em nosso programa uma declaração expressa, peremptória, inequívoca, de que a ARENA considera como o primeiro e mais importante objetivo governamental a educação nacional. Precisamos, inclusive, gastar ainda mais em educação. E devemos fazê-lo com a consciência de não

haver investimento mais benemérito, mais rentável do que aquele feito na educação. Ainda recentemente renomado economista, o Professor Carlos Langoni, afirmava que a educação explica 30% do crescimento do produto nacional. Contudo, enquanto o orçamento do Ministério da Educação monta a Cr\$ 3.890.000.000,00 o Estado de São Paulo, com um quinto da população do Brasil, destina Cr\$ 4.590.000.000,00 à educação. É necessário que ninguém, no Brasil, deixe de estudar por falta de recursos, pois somente assim seremos verdadeiramente uma democracia. Por isso mesmo tenho como objetivo primordial do partido no setor educacional a adoção de alguns princípios destinados a corrigirem as desigualdades sócio-econômicas do acesso à educação. Cabe-nos defender que a educação seja realmente acessível a todos os brasileiros, independentemente da situação social e econômica em que se encontrem. Daí pretender que sejam submetidos à apreciação e ao voto da nossa Convenção os seguintes itens:

- 1) Implantação de um sistema pré-escolar dando prioridade ao atendimento da população de renda mais baixa;
- 2) Universalização do ensino de 1º Grau nas áreas urbanas e rurais;
- 3) Incrementar expansão no sentido de profissionalização do ensino de 2º Grau;
- 4) Expansão racionalmente equilibrada do ensino superior, e redefinição dos seus mecanismos de ingresso, dando-se ênfase ao requisito de aptidão potencial do candidato;
- 5) Erradicação do analfabetismo dentro de uma perspectiva de educação integrada;
- 6) Utilização de todos os recursos da comunidade para efetiva educação permanente, eliminando-se para os adultos os pré-requisitos limitativos existentes.

Dentro desses itens, acredito possível instituir-se, no País, um sistema educacional isento de privilégios. Numa palavra, uma educação para o povo, atendendo-o, amparando-o, e educando-o desde a fase pré-escolar até à Universidade, que deverá ser aberta a quantos tenham realmente condições para frequentar e aproveitar, independente de simples requisitos formais. Uma educação integrada, e não uma educação de estatística. Uma educação em que o saber seja mais importante do que os diplomas. E uma Universidade que seja realmente a mais desinteressada e a mais popular das instituições.

Proponho, outrossim, que a ARENA adote a idéia da criação do Ministério da Cultura, que está a exigir uma atenção ainda maior,

e somente possível se desvinculada da Educação, certamente mais reivindicante, de problemas mais gritantes e imediatos.

Vencido esse setor educacional, que tenho como a pedra angular da sociedade, creio ser oportuna uma definição da ARENA face ao sistema tributário brasileiro. Precisamos reformular o atual sistema de distribuição de renda, quer no que diz respeito às pessoas, quer no que se refere aos Estados e Municípios. A verdade é termos um sistema no qual os Municípios estão pobres e os Estados paupérrimos, ambos vivendo da generosidade da União. De tal modo que até se sugere o extermínio da Federação, objeto de tantas lutas e de tantas glórias nos fatos da nossa História.

Mas, principalmente injustiças tributárias que oneram o povo brasileiro desejo tratar aqui. Certamente, numa fase em que foi essencial a poupança e o acúmulo de capitais, para a recuperação de uma economia devastada pela inflação e a anarquia, houve que exegir sacrifícios. Atualmente, acredito já é possível cuidarmos de mais adequada distribuição de renda, não somente mediante a melhoria de salários e uma série de amparos sociais, hoje propiciados pelo Governo, mas também através de profunda modificação do Imposto de Renda, que deve ser utilizado como adequado instrumento para suprimir as insuportáveis desigualdades existentes. Na realidade há uma inversão — somente as grandes rendas têm meios de fugir ao fisco. Seja por fruírem de isenções, seja pela política dos incentivos fiscais, as grandes rendas do País estão pagando muito menos do que deveriam pagar. O indefeso é o assalariado. Este, pequeno ou grande, não tem como fugir: paga na fonte, adiantadamente. Empregado público, militar, profissional liberal, comerciante, bancário, pouco importa: viveu de salário paga na boca do cofre.

É tempo da ARENA, se assim entender, dizer o que pensa sobre o assunto. O impossível é ignorar o fato, e cruzar os braços. Quanto a mim não seria necessário que o dissesse — sou porque a ARENA convoque técnicos, estude o assunto, e veja qual o melhor meio para se fazer do Imposto de Renda um efetivo instrumento de justiça social. Para tanto, o primeiro passo será a ARENA inscrever no seu programa, como proponho, uma imediata modificação do Imposto de Renda, com o precipuo objetivo de atender aos assalariados. Se não pudermos ser o partido de todos, certamente não devemos ser o partido dos privilégios. Quem, porventura, ignorará que é injusto e anti-social o atual sistema de tributação para as transmissões entre vivos e por sucessão hereditária?

Não é segredo que preconizo profunda modificação na ação partidária da ARENA, que deverá ser o grande estuário para o qual confluam as aspirações das várias camadas da nossa popula-

ção — trabalhadores, pequenos comerciantes e industriais, comercia-
rios, funcionários, bancários, militares, agricultores, jornalistas, advo-
gados, médicos, engenheiros, e quantos mais vivem de salários ou
pequenos rendimentos — e que, reunidas, representam a sofrida
classe média brasileira. Não basta que sejamos contra o que houver
de errado — é imprescindível que sejamos também a favor de algu-
mas aspirações da sociedade brasileira, que reclama um partido com
o qual se sinta identificada, solidária, e confiante.

Creio não dever alongar-me. Contudo, não deixarei de acentuar
existirem importantes setores da vida brasileira para os quais se
deve voltar a ARENA. É sabido, por exemplo, que um dos mais se-
guros indicadores da modernização de uma sociedade é a crescente
participação da mulher nas atividades econômicas, culturais e pro-
fissionais. Que pretende a ARENA seja feito em setor tão impor-
tante? E que dizer da nossa posição diante dos jovens, dos que
produzem no campo, e dos que fazem, nas indústrias, a transforma-
ção da nossa economia? Não deveremos ter uma posição diante de
problemas graves e atuais como o da explosão demográfica, o da
poluição, e o da crise das matérias-primas?

Por último, e para concluir, proponho que a ARENA assuma
uma posição inequívoca diante dos problemas que continuam a
agravar as perigosas disparidades regionais. Eliminar gradativamen-
te tais disparidades é um dos objetivos do II PND, proposto pelo
Presidente Geisel. Contudo, conforme se constata de recentes aná-
lises estatísticas, tais objetivos não serão alcançados sem profunda
modificação no atual sistema de incentivos fiscais, e medidas outras
na área governamental. Na realidade as disparidades em vez de di-
minuírem são cada dia maiores. Dizem-no os números. Que pen-
sará a ARENA e a sua direção sobre tão importante problema na-
cional?

Conforme vê o ilustre amigo, não sou dos que julgam temerário
pretender que nos reunamos corajosamente em torno de algumas
idéias. Dê um partido de janelas abertas, e tudo irá bem. E leve
tudo à conta de quem deseja contribuir para que a ARENA con-
serve a flama de que precisa para bem servir à Revolução, à De-
mocracia, e ao Brasil.

Disponha de quem tem a honra de se inscrever como seu ad-
mirador e colega, muito obrigado.

Luiz Viana Filho

MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA (*)

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dentro da correspondência que todos recebemos — felizmente — numa prova de estima, de esperança, ou de confiança, encontrei, hoje, no meu gabinete, pequeno trabalho sobre as realizações rodoviárias e o julgamento do Tribunal de Contas. Acompanhava esse trabalho uma breve carta do ex-Ministro Mário Andreazza, que traduz a cordialidade que sempre nos uniu ao tempo em que governei o Estado da Bahia e S. Ex^a era o Ministro dos Transportes do Presidente Médici.

De modo algum, desejo imiscuir-me no mérito da matéria que, realmente, está sujeito ao julgamento de um alto tribunal, mas existe, em algumas palavras com que o Ministro Mário Andreazza apresenta o trabalho, algo que me deu a impressão de que S. Ex^a tem alguma mágoa que não esconde: “As cicatrizes que deixa a batalha servem para recordar o esforço despendido”.

E sobre esse esforço, Sr. Presidente, desejo deixar, aqui, breve palavra de reconhecimento, que estimaria fazer em outra oportunidade, porque, de fato, ao tempo em que governei o Estado da Bahia, sempre encontrei da parte do Ministro dos Transportes daquela época o apoio, a compreensão para as necessidades que tínhamos e que não eram pequenas no setor rodoviário. Em algumas oportunidades, juntamente com o Ministro Andreazza, inaugurei estradas no Estado da Bahia, estradas que foram importantes para a nossa vida, para a nossa economia.

O Sr. *Lourival Baptista* — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. *Lourival Baptista* — Eminente Senador Luiz Viana, desejo congratular-me com V. Ex^a, ao fazer justiça a quem muito trabalhou pelo nosso País. Realmente, na primeira década do Governo Revolucionário, instalado em nossa Pátria a

(*) Discurso proferido em 8-10-75.

partir de 1964, um dos aspectos mais relevantes no quadro extremamente rico de realizações positivas é o acervo extraordinário dos trabalhos no setor do Ministério dos Transportes. Desejo ressaltar as figuras marcadas por um dinamismo incomum, extraordinário do ex-Ministro Mário Andreazza e também, eminente Senador, do ilustre engenheiro Eliseu Resende, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Governo do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici. Esses dois homens públicos realizaram o milagre de inverter as cifras que mensuravam as estradas asfaltadas do Brasil, que, em 1964, somavam apenas 17 mil quilômetros e, dez anos depois, atingiam a cifra admirável de 71 mil quilômetros asfaltados. A esses dois ilustres homens públicos o Brasil ficou a dever todo o trabalho de imensa rede de novas estradas rasgadas em todas as direções do interior do País, dentre as quais se realça, obra das mais significativas, a Transamazônica, com seus 5.500 quilômetros. Somente esta obra, pelo que representa de inteligência, de audácia e de visão histórica, bastaria para imortalizar um Governo! Como V. Ex.^a acabou de dizer, das obras que foram realizadas no seu grande Estado, a Bahia, também quero dizer à Casa e a V. Ex.^a dos problemas específicos de Sergipe. Desejo pôr em relevo apenas duas obras executadas quando o ilustre Ministro Mário Andreazza ocupava a Pasta dos Transportes, durante o período do meu Governo: 1^a) a conclusão da BR-101, totalmente pavimentada no trecho correspondente ao Estado de Sergipe (e Sergipe foi o primeiro Estado do Nordeste a consegui-lo); e, 2^a) a construção da ponte sobre o rio São Francisco, entre Propriá e Colégio, ligando Sergipe e Alagoas, ponte pela qual todo o Nordeste ansiava desde o Brasil-Império e concretizada no Governo do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici. Duas obras do fecundo Governo do Presidente Médici, quando à frente do Ministério dos Transportes esteve esse homem empreendedor e dinâmico que é Mário Andreazza e, à frente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o competente engenheiro Eliseu Resende, os quais, com lealdade e igual devotamento, serviram também ao Governo do saudoso Presidente Costa e Silva.

Congratulo-me com V. Ex.^a por este pronunciamento que faz na tarde de hoje, de justiça a dois homens que trabalharam pelo engrandecimento da nossa Pátria.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, e acentuarei que, tanto o Ministro Andreazza quanto o Dr. Eliseu Resende participaram também do Governo Costa e Silva, do qual se transferiram para o Governo presidido com tanta segurança, com tanta felicidade, pelo eminente Presidente Médici, a quem o Brasil deve, sem dúvida, uma das suas fases de maior prosperidade e tranquilidade.

Mas, Sr. Presidente, como disse no início, queria apenas registrar, com breves palavras, o reconhecimento meu, pessoal e — acredito que, nesse sentido, posso falar em nome da Bahia — ...

O Sr. Ruy Santos — Perfeitamente.

O SR. LUIZ VIANA — ... em nome do meu Estado, pela colaboração realmente valiosa que tivemos ao longo do Ministério do Coronel Mário Andreazza, no setor rodoviário.

O Sr. José Sarney — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA. — Pois não, com muito prazer.

O Sr. José Sarney — Senador Luiz Viana, devo, por dever de consciência, apartear V. Ex^a, quando faz o elogio do ex-Ministro Mário Andreazza. No momento que Mário Andreazza deixou o Ministério, tive oportunidade, nesta Casa, de ressaltar a importância, na história dos transportes no Brasil, de sua passagem por aquele órgão do Poder Público. Particularmente, em nome do Maranhão, devo trazer o testemunho da grande obra rodoviária que foi realizada na gestão do Ministro Mário Andreazza com a ajuda valiosa do Dr. Eliseu Resende. É este o depoimento que faço, acho que em nome de todos os maranhenses: Mário Andreazza realizou uma grande obra que o fez credor do respeito da Nação.

O SR. LUIZ VIANA — Pode V. Ex^a estar certo de que, embora o testemunho de V. Ex^a tenha sido bem anterior, o meu é, realmente, muito sincero, e lamento que somente agora tenha tido — por essas circunstâncias a que acabo de me referir — ocasião para trazê-lo ao conhecimento da Nação.

O Sr. Alexandre Costa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Alexandre Costa — Senador Luiz Viana, V. Ex^a, com muita justiça, presta homenagem, hoje, ao Governo do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici e ao seu Ministro Mário Andreazza, salientando o muito que fizeram pelos transportes no Brasil. Venho, neste setor, estudando, com muita profundidade, o que tem sido feito no Brasil, antes e depois dos Governos revolucionários. Posso dizer a V. Ex^a, e já tive oportunidade de fazê-lo da tribuna, que o Ministro Mário Andreazza realizou pelo Brasil o que não foi possível a outros grandes brasileiros executarem, não somente quanto a rodovias, mas em todos os setores de transportes. Pena que depois que os homens abandonam os Governos não se faça justiça ao seu trabalho. Muito ao contrário, alguns se servem até de órgãos federais, como o Tribunal de Contas, para procurar apagar

a imagem de um homem que foi, pela sua seriedade, pela sua capacidade, pelo seu dinamismo, o maior Ministro dos Transportes que teve o Brasil. Leis obsoletas, noticiários sensacionalistas e impatriotismos de muitos jamais poderão apagar da memória dos brasileiros os nomes de Médici, Andreazza e Eliseu, e a grande obra por eles realizada pelo Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Virgílio Távora — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço com prazer o aparte de V. Ex^ª

O Sr. Virgílio Távora — Meu caro Senador, como um dos antecessores do Ministro Mário Andreazza naquela Pasta, bem posso calcular as dificuldades imensas que esse homem, em dois Governos sucessivos, Costa e Silva e Médici, teve que enfrentar para levar adiante aquilo que podemos chamar a completa remodelação da mentalidade do tratamento dos meios de transportes no Brasil. Quando obras suas são objeto de críticas e auxiliares seus julgados de maneira aligeirada, temos, num preito de justiça, como brasileiros, e de reconhecimento, como seu colega de trabalho em outra época, de dizer que realmente Mário Andreazza, no Ministério dos Transportes, auxiliado por Eliseu Resende, deu outra imagem aos transportes na terra brasileira.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço o aparte de V. Ex^ª, com prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agradeço ao nobre Senador Luiz Viana conceder-me este aparte. Reservei-me para o final do discurso de V. Ex^ª, porque é um aparte repassado de alegria.

O SR. LUIZ VIANA — Certamente. V. Ex^ª foi um dos ilustres colegas de Mário Andreazza, no Ministério do Presidente Emílio Médici.

O Sr. Jarbas Passarinho — E tive a honra de servir com o Presidente Médici duas vezes. Como V. Ex^ª salientou há pouco, vinha S. Ex^ª do Governo Costa e Silva para o Governo Médici. Quero, neste instante, salientar, acima de tudo, um gesto de V. Ex^ª, respondendo à intriga que não prosperou. Graças a Deus, pudemos ter, como V. Ex^ª agora, uma atitude tranqüila a toda tentativa anterior de criar animosidade entre homens públicos. Correu por este País que V. Ex^ª não se dava bem com o Presidente Médici. Disseram que o Presidente Médici teria mandado imediatamente uma carta a V. Ex^ª, tão pronto a biografia de Castello Branco, de autoria de V. Ex^ª apontando vinte e tantos equívocos, foi publicada.

O SR. LUIZ VIANA — Felizmente a carta que recebi foi uma das que mais me sensibilizaram, porque é não somente generosa



para comigo, mas altamente elogiosa de referência ao ex-Presidente Castello Branco.

O Sr. *Jarbas Passarinho* — Eu não tenho conhecimento da carta, mas do fato, e sabia que toda essa intriga um dia seria destruída, como está sendo tranquilamente neste começo de sessão, pela palavra duplamente responsável do eminente Senador pela Bahia e também grande historiador.

O SR. LUIZ VIANA — Muito agradecido a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. *Henrique de La Rocque* — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço o aparte do nobre Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. *Henrique de La Rocque* — Nobre Senador Luiz Viana, também não me devo abster no instante em que desejo fazer uma afirmação de fé. Louva V. Ex^a, e o faz muito bem, a obra do ex-Ministro Mário Andreazza. Nem V. Ex^a nem nós outros praticamos neste momento um ato de lisonja. S. Ex^a não é mais o titular da Pasta dos Transportes e, exatamente por isto, sua ação já pertence à História, que lhe é totalmente favorável, pelo esforço, pelo desassombro, pela força de vontade em realizar alguma coisa que marcasse sua trajetória no Ministério dos Transportes. Neste momento, quando V. Ex^a enaltece também o Governo Médici, um dos maiores Governos da Revolução, com emoção, acredite, ouço a fala do nobre representante do Estado da Bahia, louvando o seu gesto de rigorosa justiça.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, depois de demonstrações tão concordantes e eloquentes em relação à obra do Presidente Médici e também do seu Ministro, Mário Andreazza, acredito que eu possa concluir minhas breves palavras, dizendo daqui ao Ministro Mário Andreazza que S. Ex^a não se preocupe com as cicatrizes — se é que elas existem — porque o País apenas vê, reconhece e aplaude a grande obra rodoviária que S. Ex^a legou ao Brasil.

Agradecido. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

OS CONTRATOS DE RISCO (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de ocupar esta tribuna, já me perguntava se o melhor não seria calar. Mas, diante dessa indagação que fiz a mim mesmo, lembrei-me do Padre Vieira, que, ao receber o Marquês de Montalvão, na Bahia, num famoso sermão, da Visitação de Nossa Senhora, pedia que não acontecesse ao Brasil o que havia sucedido à cidade de Amidas, que se perdera pelo silêncio.

Não desejo que meu silêncio seja responsável por qualquer dano; pelo contrário, tenho ouvido muito, nestes últimos dias, numerosos oradores, lido entrevistas, declarações a propósito do discurso do Senhor Presidente da República, que, entre outras medidas, determinou que a PETROBRÁS adotasse o sistema de Contratos de Risco. E um dos ilustres Líderes da Oposição declarou — e o fez, naturalmente, com uma veia de ironia — que preferia ficar com a opinião anterior do Senhor Presidente Ernesto Geisel, opinião que ele realmente reconheceu, e em boa hora proclamou como uma palavra de homenagem a todos aqueles que, no curso destes anos, julgaram por bem defender ou combater o chamado Contrato de Risco.

Pois bem, Sr. Presidente, o que desejo, sobretudo, é congratular-me com o Presidente Ernesto Geisel por haver mudado de posição, abandonando idéias, conceitos, sentimentos que alimentara ao longo de toda uma vida dedicada ao País e aos problemas de sua segurança e do seu desenvolvimento, para adotar novo ponto de vista. Mas, para que não se diga que nessa matéria de mudança eu estou sozinho, quero começar lembrando um pouco aquele que é realmente o mestre de todos nós. Desnecessário seria dizer que me refiro a Rui Barbosa. Foi ele, ao longo de sua fecunda vida pública, que por mais de uma vez acentuou o quanto é importante sabermos mudar nas horas próprias.

Dizia ele:

“A sinceridade, a razão, o trabalho, o saber não cessam de mudar. Não há outra maneira humana de acertar e pro-

(*) Discurso proferido em 15-10-75.

duzir. Varia a fé, varia a ciência, varia a lei, varia a justiça, varia a moral, varia a própria verdade, varia, nos seus aspectos, a criação mesmo. Tudo, salvo a intuição de Deus e a noção dos seus devidos mandamentos. Tudo varia; só não variam o obturado, ou o fóssil, ou o apedenta, ou o néscio, ou o maniaco, ou o presumido.”

Veja V. Ex^a, portanto, Sr. Presidente, que me arrimo na palavra de Rui Barbosa. Mas quero, ainda, dar outro conceito do ilustre Mestre, expresso no prefácio à *Queda do Império*:

“Pelo que toca, ao variar de opiniões, deixa-me ter, mais uma vez, o consolo de trazer à praça, como coisa de que me prezo e não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única em que hei de morrer impenitente. Beata, beatíssima culpa! Não mo tenham a mal os imutáveis, Deus os desenracnel Deus os reverta da pedra e cal, em homens; Deus os ensine a mudar, porque todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar.”

Ora, Sr. Presidente, porque, então, nos admiramos de que o Presidente Ernesto Geisel, ao tomar uma decisão política — e eu desejo acentuar e sublinhar aqui que foi sobretudo uma decisão política, aquela tomada por Sua Excelência — tivesse posto de lado idéias, preconceitos e sentimentos? É que ele, naquele momento, via o problema brasileiro do petróleo por um novo ângulo que somente um Chefe do Estado, somente um Presidente da República tem condições para ver, porque tem a visão global dos problemas e todas as suas conseqüências. Por isso mesmo é que esta decisão é política, porque tomada pelo Chefe do Governo, perguntando: o que deve fazer, como deve fazer, quando deve fazer.

O Presidente Ernesto Geisel, depois de longas investigações, estudos e meditações — e não de afogadilho, como se quis dizer ou insinuar — não apressadamente, mas depois de muitas ponderações, concluiu que deveria ser mudada a política relativamente aos contratos de risco, e que essa mudança devia partir dele, devia ser da sua responsabilidade como Chefe de Governo. Isso veio enaltecer ainda mais o Presidente Ernesto Geisel, mostrando que ele está, realmente, na altitude necessária que deve ter um Chefe de Estado para tomar decisões desse porte, que se refletem sobre toda a vida do País: sobre a sua vida política, econômica e financeira. S. Ex^a, no momento próprio, no momento exato tomou a decisão que julgou necessária para o desenvolvimento da Nação.

São decisões históricas e graves, Sr. Presidente. E já que falo em histórico, permito-me olhar para o passado, e ir até Tucídides, um dos mais antigos historiadores do mundo. Ele, ao tratar da

Guerra do Peloponeso, pôs na boca de um dos personagens da sua história: "Cabe a nós a responsabilidade dos fatos, bons ou maus; a nós cabe decidir e devemos fazê-lo enquanto é tempo."

Pois bem, Sr. Presidente, o eminente Presidente Ernesto Geisel quis tomar essa decisão quando a julgou oportuna ou enquanto a julgou oportuna. Por que digo isso, Sr. Presidente? Porque, com a situação financeira que atravessamos, com o desequilíbrio da nossa balança comercial e do nosso balanço de pagamentos, é óbvio que, quanto mais procrastinasse essa decisão, quanto mais ela fosse demorada, piores, certamente, seriam as condições que nos poderiam ser impostas pelas companhias interessadas em participar da pesquisa do petróleo no Brasil. Fazemo-lo, portanto, no momento em que ainda temos condições adequadas, propícias, para oferecer a essas companhias que venham participar, com a PETROBRAS, da pesquisa do petróleo. Essa medida foi tomada em tempo hábil, necessário e indispensável para obtermos o petróleo, sem o qual estaríamos ameaçados de ver interrompido e prejudicado o processo de desenvolvimento nacional. Foi, portanto, Sr. Presidente, uma dessas decisões da maior gravidade, mas uma dessas decisões que o Presidente Ernesto Geisel tomou, querendo dizer à Nação que era ele quem a tomava, que era ele quem aceitava todas as suas consequências, porque estava em condições de fazê-lo, não somente pelo conhecimento que tem da matéria, mas também pelas posições que ocupou, através de toda a sua vida pública, quer no Conselho de Segurança, quer no Conselho Nacional do Petróleo, quer como Presidente da PETROBRAS.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a, quando fez referência ao descompasso da nossa balança de pagamentos, ofereceu argumento dos mais decisivos e de maior compreensão popular: que o nosso *deficit* vai a quase sete bilhões de dólares. As importações de petróleo são responsáveis por quase a metade desse *deficit*. Então, se continuássemos nessa situação — diz muito bem V. Ex^a — estaria seccionado, inapelavelmente, o processo do nosso desenvolvimento.

O SR. LUIZ VIANA — O que seria de nós se o General Geisel, como Presidente da República, quisesse continuar pensando como Presidente da PETROBRAS! Teve Sua Excelência a modéstia, a louvável humildade de reconhecer que, como Presidente da República, a sua responsabilidade era diferente e, portanto, diferente devia ser a sua decisão.

É sempre bom que os homens de Governo, os homens de Estado estejam dispostos a rever os seus pontos de vista.

Conta-se que, entre os que governaram no mundo, um dos que se tinham como mais infalíveis, como menos sujeitos a erros, era Thiers. Um dia, ele disse a Guizot: "Eu nunca erro." Ao que lhe respondeu o historiador e estadista francês: "Pois eu sou mais feliz, de vez em quando, posso corrigir os meus erros."

Realmente, Sr. Presidente, é necessário ao homem de Estado, ao homem de Governo, estar sempre pronto para rever as suas decisões, os seus caminhos, os seus pensamentos, para que eles se ajustem, cada vez mais, aos reclamos e às necessidades da Nação.

Sr. Presidente, eu ficaria extremamente alegre, se, depois de haver falado aqui da feliz mudança do Presidente da República, pudesse voltar a esta tribuna para me congratular com a Oposição, vendo que ela, mais bem informada, com melhor e maior conhecimento dos fundamentos da decisão presidencial, também mudasse a esse respeito. Acredito que isso se dará não a longo, mas a médio tempo. É necessário mudarmos para que as instituições continuem.

Não direi que não tenho inquietações, Sr. Presidente. Nestes últimos dois dias, li esse brilhante cronista político — talvez o mais antigo nos nossos grandes jornais — o Sr. Carlos Castello Branco, geralmente bem informado, dada a sua longa experiência do Brasil, da nossa vida, dos nossos fatos, e até das nossas surpresas.

Vi num dos artigos, S. S^a dizer que "alguma mudança substancial terá que ser feita, pelo Governo, no setor político".

Por que teria o Sr. Carlos Castello Branco escrito essas palavras? Num artigo imediato, ele deu seguimento a essas palavras, dizendo que tudo isso que aí está significa, simplesmente, que em 1978 não deverá haver solução eleitoral, e sim política. Vê V. Ex^a, Sr. Presidente, que a decisão do Senhor Presidente da República foi uma decisão política.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Teotônio Vilela — Nobre Senador Luiz Viana, ouvi e, depois, li e reli o discurso do Senhor Presidente da República. Não encontrei a palavra *erro* ou qualquer confissão de erro da parte de Sua Excelência, com relação à posição em que, anteriormente, se encontrava. O que acabo de ouvir de V. Ex^a, se bem estou ouvindo, é o enaltecimento ou a glória daqueles que corrigem o erro. Mas o Senhor Presidente da República não disse, até agora, que estava errado.

O SR. LUIZ VIANA — Nem estou dizendo que o Senhor Presidente da República estava errado. O que eu disse foi que o Pre-

sidente declarou, e V. Ex^a deve ter lido, que mudou a sua posição anterior, isto é, Sua Excelência, que tinha uma posição, confessou, nobremente, que havia mudado.

O Sr. Teotônio Vilela — Mas não confessou que estava errado.

O SR. LUIZ VIANA — Não está errado em face das circunstâncias atuais. Isso quer dizer que, se, anteriormente, ele tivesse tomado a decisão de agora, provavelmente estaria errado, porque a decisão é política, é circunstancial, decorre de novas condições no mundo e no Brasil. O Senhor Presidente da República tomou essa decisão porque as circunstâncias mudaram, agora, não são as mesmas que levaram Sua Excelência, anteriormente, às conclusões a que se havia referido.

O Sr. Teotônio Vilela — Aceito o que V. Ex^a está dizendo, mas o que eu quero deixar bem claro é que o Senhor Presidente da República não se confessou errado pela posição que tomara até o dia em que assumiu a decisão de fazer a proclamação que fez.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex^a perdoe se insisto, porque não sei qual é o objetivo da insistência de V. Ex^a. Talvez, V. Ex^a esteja querendo acentuar — desconheço com que propósito — que eu falo em erro do Presidente. Eu não desejo fazer isso. O que eu quero dizer é que o Presidente, num certo momento, em face de uma determinada conjuntura, havia chegado a uma conclusão. Posteriormente, mudaram as contingências — Sua Excelência também mudou a sua posição. É isso que eu louvo, e estou aqui a aplaudir. Isso não quer dizer que Sua Excelência estivesse errado ontem e certo hoje. Não! Isso quer dizer que, se hoje, o Senhor Presidente da República insistisse na mesma posição, quem sabe estivesse errado. É o que se deve concluir do próprio discurso de Sua Excelência.

O que o Presidente Geisel quis transmitir ao País é que, em virtude da gravíssima dificuldade por que passa a Nação, teve que rever e abandonar uma posição anterior, e, voltado, inclusive, para o interesse do Brasil, para o bem-estar dos brasileiros, tomou essa grave decisão de admitir o contrato de risco.

É isso que eu quero dizer, é isso que estou dizendo. Perdoe V. Ex^a, mas não há nenhuma interpretação, fora disso, que seja possível.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite, V. Ex^a como democrata, ao nobre companheiro...

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Teotônio Vilela — ... ter o direito de fazer uma interpretação...

O SR. LUIZ VIANA — E eu tenho o direito de dizer que a interpretação de V. Ex^a é errônea, porque V. Ex^a está interpretando a mim.

O Sr. Teotônio Vilela — V. Ex^a disse bem até onde diz que Sua Excelência mudou, mas V. Ex^a quer deixar claro que o Presidente, ao mesmo tempo, confessara que vinha errado.

O SR. LUIZ VIANA — Não quero dizer isso, nem jamais disse isso.

O Sr. Teotônio Vilela — Aí está a Taquigrafia, que registra o enaltecimento de V. Ex^a à grandeza do homem que sabe corrigir o erro. Não é neste sentido que está colocada a mensagem.

O SR. LUIZ VIANA — Seria corrigir o erro, se as circunstâncias não tivessem variado.

O Sr. Teotônio Vilela — As circunstâncias mudaram, e o Senhor Presidente da República resolveu mudar de atitude política, mas não confessou que estava corrigindo um erro. É isso que eu gostaria de deixar claro. E quando V. Ex^a acentua que é um problema eminentemente político — com o que também não concordo, porque ele, no caso, se é uma decisão política para interpretação judicial, V. Ex^a já está colocando bom programa, porque então invoca o poder discricionário para o problema não ser apreciado na Justiça — V. Ex^a está colocando desde já a coisa em termos de uma antecedência admirável. Que é sobretudo uma decisão econômica de graves repercussões para o Brasil, cujos resultados são discutíveis — com este ponto de vista eu fico. Mas permita-me V. Ex^a fazer essas discordâncias, e só as fiz na suposição de que esta Casa é a Casa do debate e do diálogo.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a apenas porque me permite esclarecer que esse não é o meu pensamento. V. Ex^a entendeu mal; V. Ex^a interpretou mal. Mas estou certo de que, daqui por diante, irá interpretar melhor o que eu disse, o que quis dizer e o que vou dizer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Eu, que tenho em mãos, aqui, o texto do discurso presidencial, solicito a V. Ex^a que me permita ler a passagem da mudança de atitude do Presidente da República, quando presta homenagem àqueles que intransigentemente defenderam, no Congresso posição contrária à agora adotada.

O SR. LUIZ VIANA — Uma passagem de grande altitude moral.

O Sr. Luiz Cavalcante — Diz Sua Excelência:

“Presto-lhes aqui minhas sinceras homenagens, pela continuada defesa de uma posição que também foi a minha. Essa vinha sendo, realmente, há longo tempo, a orientação dos governos que se sucederam desde 1954, inclusive do atual. Não obstante, estou convicto agora, tendo em vista tudo o que venho de recapitular, de que é chegada a oportunidade da decisão que o meu Governo, a respeito, adotou...”

E Sua Excelência, anteriormente, antecipa, muito explicitamente, os motivos que o levaram a essa mudança de atitude:

“O natural desejo da PETROBRAS, de tomar a si diretamente todo o problema, como a lei lhe faculta, defronta-se agora com a exigência de ações urgentes, tanto para hoje como para o amanhã, de vez que não há perspectivas alentadoras quanto à redução, nem à estabilização, dos preços do petróleo.”

O Sr. Teotônio Vilela — Não há nenhuma confissão de erro.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a a contribuição que me é dada pela leitura do texto do discurso do Senhor Presidente e que põe justamente nos seus devidos termos a questão.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejei, sobretudo, congratular-me com a Nação por termos um Presidente que é capaz de mudar, de variar, tantas vezes quanto o reclamem as necessidades do País. Tantas vezes a vida brasileira e as circunstâncias políticas do Brasil o reclamem, temos a certeza de que o Presidente Ernesto Geisel a elas se adaptará, mudando para servir ao Brasil. Sua Excelência não tem problemas de ordem pessoal, não tem preconceitos pessoais, a não ser aquele de melhor servir ao Brasil e aos brasileiros.

Este, Sr. Presidente, é realmente para mim motivo não só de alegria mas, sobretudo, de grande confiança na personalidade e na capacidade de decisão do Presidente Ernesto Geisel. (*Muito bem! Palmas.*)

A BIOGRAFIA DE D. PEDRO II (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Transcorre no próximo dia 2 de dezembro o Sesquicentenário do nascimento do Imperador D. Pedro II. Desnecessário dizer do significado que tem para a Nação tão importante acontecimento, que por vários modos será comemorado e festejado em todo o País, inclusive com a presença do eminente Presidente Ernesto Geisel em Petrópolis.

Entre as numerosas celebrações desejo assinalar o lançamento da biografia de Pedro II, escrita por Pedro Calmon, que assim coroa de maneira admirável a sua extraordinária vida intelectual de grande historiador, grande escritor, e grande professor. Trabalho verdadeiramente singular é ele, de fato, um amplo panorama do Segundo Reinado, dos seus estadistas, e dos grandes eventos que marcaram a vida brasileira. Publicado pela Editora José Olympio, associa-se assim a tão benemérita iniciativa cultural o nome do apaixonado servidor das letras e da cultura nacional que é o editor José Olympio Pereira Filho, a quem o Brasil deve numerosas iniciativas que enriqueceram o nosso patrimônio cultural. A publicação de agora, sobretudo pelo porte e o aprimoramento material está a revelar que o tempo não arrefeceu o entusiasmo do carojoso editor.

Estou certo de que nenhuma comemoração poderia ser maior e mais duradoura, para assinalar o glorioso Sesquicentenário de Pedro II, do que o trabalho portentoso de Pedro Calmon. (*Muito bem! Palmas.*)

(*) Discurso proferido em 28-11-75.

OS DIFÍCEIS CAMINHOS DA DISTENSÃO (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dentro em pouco, completar-se-á um século que o grande Lafaiete Rodrigues Pereira, que tanto enalteceu a vida pública do Brasil, indagava ao Parlamento:

“Senhores, como cresce, como nasce e como se forma uma idéia de Governo? Ela brota, primeiro nos espíritos mais atilados, diante do espetáculo das necessidades, depois adquire uma certa consistência nas conversas particulares; vai ganhando terreno, o jornalismo apodera-se dela; é discutida, é controvertida, e, se é uma idéia boa, conquista a opinião geral do País.”

Por certo não são frequentes as boas idéias. São raras. Mas, dentre elas, devemos incluir a que o eminente Presidente Geisel resumiu no vocábulo distensão; que logo correu mundo, conquistando rapidamente lugar ao sol, e, mais que isso, o seu lugar nas esperanças do País. Contudo, justamente por ser nova no dicionário político, havendo até se chegado a negar o seu nascimento, foram várias e diversas as definições que sugeriu. Na verdade, pode ser tudo, e pode não ser nada. Quanto a mim, em que pese o pessimismo dos incrédulos, não tenho dúvida, a menor sombra de dúvida, de que é idéia em marcha, que o Presidente Geisel levará a bom termo, dentro da orientação enunciada no início de 1975, e sintetizada nesta frase:

“Quanto ao setor político, dizia S. Ex^ª, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático.”

Deste rumo não se afastou até hoje o eminente Chefe do Governo. Terá andado menos depressa do que alguns desejariam? É possível. Terá deixado de insistir na expressão? Também é possível. Não esqueçamos, porém, do que dizia Léon Blum ao afirmar que um homem político não tem escolha senão entre se repetir ou contradizer-se. É nada nos diz que o Presidente Geisel se haja contradito

(*) Discurso proferido em 16-3-76.

nesse particular. Todos nós sabemos, ou pelo menos imaginamos, que dificuldades tenham surgido, que dificuldades existam, e que deverão ser paulatinamente removidas, para que se avance com segurança, jamais retrocedendo. Aliás, o próprio Presidente Geisel, como se nos quisesse advertir sobre os tropeços e obstáculos que deveria ter pelo caminho já lembrara Goethe:

“Pensar é fácil; agir, difícil. Agir de acordo com as próprias idéias é o que há de mais difícil no mundo.”

Qual de nós poderá realmente saber das dificuldades existentes para o Presidente Geisel poder agir de acordo com as suas próprias idéias? Elas, no entanto, aí estão à vista de todos, palpáveis, numerosas, indisfarçáveis. O que elas, até hoje, não puderam foi alterar o rumo traçado no sentido de um gradativo e seguro aprimoramento democrático, pois, apesar dos percalços, não tem o Presidente Geisel arrefecido no propósito de prosseguir na prática da distensão. Ou não estará a serviço dela, quando implanta uma política social sem precedentes no País? Já tive oportunidade de dizer, e desejo agora reafirmar, que não poderá haver distensão política se não se criar um clima de distensão social. Uma e outra são inseparáveis.

Contudo, não nos precipitemos. A meu ver, o primeiro passo nesse debate seria aquilatarmos o que devamos entender por distensão. Alguns terão imaginado que se deveria traduzir num elenco de leis capazes de mudarem a face da República. Outros que seria a eliminação de medidas de exceção ainda consideradas indispensáveis à segurança.

Daí a insistência da minha pergunta: que é a distensão? Será importante a interrogação? Se o for, que se leve apenas à conta da minha desinformação. Não mais que isso. Em verdade, porém, ou pelo menos essa a minha impressão, houve os que imaginaram que a distensão seria a janela aberta para uma série de atos destinados a darem apressadamente novos rumos à vida política do Brasil. Atos que não se sabia bem quais seriam — até porque ainda confiados à pobre imaginação criadora dos políticos ou dos partidos — mas que podiam envolver desde a Constituição e os seus anexos até a legislação eleitoral e a dos partidos. De mim devo confessar que jamais entendi assim, dadas as dificuldades, praticamente insuperáveis, de se alcançar os divisores comuns. Uns imaginam que deve ser causa o que outros acreditam apenas consequência. Uns desejam cortar logo o nó górdio, que outros acreditam, apenas admitem, seja paciente e vagarosamente desatado. E a verdade é estarmos a uma dúzia de anos sem alcançarmos que a máquina política ande por si mesma, solta, livre de pressões e contrapressões, confiada às forças normais de uma democracia. Quanto a mim, acredito que a Nação se conten-

tará em que seja antes e acima de tudo um estado de espírito. Um estado de espírito e compreensão, de tolerância, que, assegurando a todos o exercício dos seus direitos políticos, permita um clima de colaboração em torno de alguns ideais comuns, que sobrevivem às contingências e circunstâncias; pois representam velhos e arraigados sentimentos de cada um de nós, sobrepondo-se às divergências políticas, religiosas, sociais, culturais, ou mesmo raciais. Um estado de espírito que se deve traduzir acima de tudo no respeito ao voto que é a expressão maior de uma democracia. E que tem feito o Presidente Geisel senão proclamar e respeitar a importância do voto dos brasileiros? Mais do que as palavras, aí está o que foram as eleições de 1974. A própria Oposição, embora cerimoniosamente, pois deveria tê-lo proclamado por todos os meios ao seu alcance, viu-se forçada a reconhecer a lisura, a correção, a liberdade que presidiu o pleito, no qual cada um votou como quis. Que passo mais importante, mais largo, mais honesto, no sentido da distensão?

Mas, já voltado para as próximas eleições do ano em curso, teve o Presidente Geisel o cuidado de assinalar da maneira mais enfática que a mesma orientação de 1974 será mantida em 1976. "O Governo — lê-se na recente Mensagem ao Congresso — plenamente consciente de seus deveres e cabalmente aparelhado para tanto, assegurará a paz e a ordem, o pleno exercício do direito legítimo do voto democrático, sem pressões nem coações, como já o fez no passado". Poderá haver linguagem mais clara e desenganada? Que se desejará de mais eloqüente para termos a segurança de estarmos no caminho da distensão? Para mim, é tão importante que não me furtaria a dizer que para chegarmos à almejada democracia não precisaremos mais do que deixar que a vida política, poderia dizer eleitoral, do País se desenvolva progressivamente. Certamente ainda há percalços, e, mais do que percalços, hábitos, velhos hábitos e costumes que nos acompanham não de agora, mas desde a Monarquia, e passaram para todas as Repúblicas, e que esperamos sejam gradativamente eliminados, com a elevada decisão do Presidente Geisel. No dia em que os Partidos escolherem confiadamente os candidatos das suas preferências, ou da preferência das suas maiorias, estou certo de que estaremos ingressando num período de normalidade democrática. Nem outro, estou certo, é o propósito do eminente Presidente Geisel, que, ao se dirigir recentemente ao Congresso, advertiu-nos devermos ter presente "que Partidos autênticos não se fazem senão com lideranças autênticas em toda a escala organizacional, dinâmicas e vivazes". É que não se pode nomear líderes — estes se fazem ao calor das refregas políticas, e são insubstituíveis.

O Sr. Ruy Santos — Muito bem!

O SR. LUIZ VIANA — Infelizmente, o Brasil não logrou jamais o equilíbrio entre as eleições e a vida partidária. Antes, não tínhamos eleições verdadeiras. Não se poderia, porém, dizer que, pelo menos nas grandes Unidades da Federação, deixasse de haver um corpo partidário que, de modo geral, escolhia os seus candidatos, os seus Deputados, os Senadores, os seus Governadores. As eleições, entretanto, eram falsas, e ainda mais falsos eram os famigerados reconhecimentos de poderes.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Ruy Santos — Uma ligeira retificação, no meu ponto de vista. Acho que nem mesmo os candidatos eram escolhidos dentro de um critério aceitável. Vinha tudo de cima para baixo.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex^a, que é mais velho, deve dar um testemunho mais valioso do que o meu. (Risos.)

Não será curioso fenômeno político esse de toda uma máquina política movimentando-se em função de eleições falsas? O fato, porém, é que o País possuía a tradição das corporações partidárias, que de certo modo escolhiam, elegiam e reconheciam os seus representantes. E os Estados tinham os seus líderes, os seus chefes, os seus partidos. Havia uma vida política.

Depois os fatos se inverteram: as eleições são autênticas, mas as convenções partidárias freqüentemente deixaram de exprimir a própria vontade. Perderam a espontaneidade do jogo político, vale dizer, a autenticidade indispensável para que sejam fortalecidas. Não se diga ser fenômeno político atual. Vem de longe, embora com altos e baixos. Contudo, desejando realmente fortalecer os Partidos — e em relação ao nosso, o da Revolução, a ARENA — são reiteradas as demonstrações do Presidente Geisel, tenho como condição essencial dar-lhes a autoridade e a responsabilidade, que devem e precisam ter, na escolha dos seus candidatos a postos eletivos. Será o caminho mais certo e mais seguro para a formação das lideranças autênticas e das quais, conforme assinalou o Presidente Geisel, surgirão os verdadeiros partidos.

A própria Federação, a nossa Federação, estou certo que cobraria novas cores, novas energias, se às lideranças autênticas de cada Estado coubesse escolher e indicar os seus representantes. Não em conflito, mas em harmonia, em acordo com os Poderes da União, conciliando interesses e aspirações locais, legítimos, com interesses, aspirações, e necessidades nacionais. E que seria isso senão a mais autêntica das distensões?

O Sr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço V. Ex^a

O Sr. Lázaro Barboza — Nobre Senador Luiz Viana, apenas para dizer que V. Ex^a, no meu entendimento, está absolutamente certo, quando afirma que Líder não se cria por decreto. Verdadeiramente, uma liderança nasce, cresce e se consubstancia na amplitude de horizontes de determinados cidadãos que, emergindo naturalmente do seio do povo, se colocam na vanguarda da defesa dos grandes interesses de uma comunidade, de um estado ou de uma nação, sem ódios, sem mesquinhez, com serenidade e sem medo. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a colaboração valiosa.

Não há, nas minhas palavras, crítica ao que se tem feito, pois, como parte e até como beneficiário, faltar-me-ia autoridade para fazê-lo. Acredito que foi útil, necessário, quanto ocorreu, para que, sem perdemos certas aparências, pudéssemos atravessar períodos difíceis para a democracia. Contemporizar é uma arte, e, na política, por vezes uma necessidade. Houve, pois, que contemporizar, mantendo aparências, que tiveram o mérito de permitir chegássemos até hoje aqui reunidos, falando livremente ao País. A verdade, porém, é que os Partidos não se fortalecerão se não forem os senhores da sua própria vontade. Necessidade a meu ver tanto mais imperiosa quanto mais heterogêneos, como deverão ser, conforme oportuna observação presidencial, para mobilizarem correntes diversas de opinião. Em verdade, sem um natural desenvolvimento político para tomar o lugar do artificialismo das convenções, a consequência é que em lugar de "lideranças autênticas" virão "lideranças artificiais", como tem ocorrido não raro, e que, por isso mesmo, buscam valer-se de cargos transitórios com o propósito de ganharem chefias geralmente precárias e passageiras, com prejuízo da vida partidária.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Mais do que um discurso, V. Ex^a está proferindo uma aula de sociologia política.

O SR. LUIZ VIANA — Bondade de V. Ex^a

O Sr. Vasconcelos Torres — É verdade Excelência. Este é um tema controvertido, difícil de ser analisado. Ao mestre, pedindo perdão por interrompê-lo, perguntaria: Quando houve partido, no Brasil? Quando uma agremiação política partidária,

no Império, na República Velha, na República Nova e — diria mesmo, se não estou inovando na República Novíssima — pôde-se denominar um agrupamento de homens em torno de uma idéia e aglutinados num partido? Um Conservador e um Liberal no Império? O nosso PSD, a UDN? Que partido houve, repito, neste País? Entendo — e é o que há pouco se dizia aqui, num aparte — que um líder não se faz por decreto; mas, sociologicamente, alguns decretos têm ensejado o aparecimento de algumas lideranças. Hoje, então, mais do que nunca — e é em termos sociológicos que faço estas considerações — com os meios de comunicação de que dispomos, pode-se fazer um líder pela televisão, pelo rádio, pelos jornais e até pela *Voz do Brasil*, em alguns lugares, evidentemente, porque a *Voz do Brasil* só chega onde a televisão não entra. Conheceu V. Ex^a — porque era seu colega de Academia — o grande brasileiro Oliveira Viana, meu mestre, meu amigo e cuja biografia tive o ensejo de fazer.

O SR. LUIZ VIANA — O tempo é curto.

O Sr. Vasconcelos Torres — Perdoe-me V. Ex^a, estou sendo um pouco longo no meu aparte.

O SR. LUIZ VIANA — Meu tempo é que é curto, não é V. Ex^a que é longo. (Risos.)

O Sr. Vasconcelos Torres — Tudo isso porque V. Ex^a traz à baila um assunto tão gostoso, tão bom de ser debatido.

O SR. LUIZ VIANA — Espero que seja motivo de um discurso de V. Ex^a

O Sr. Vasconcelos Torres — Não, não falarei, porque não sou vedete nesse ramo, assim, de política institucional, faço um varejo e V. Ex^a sempre cuida do atacado, ou seja, traduzindo as minhas palavras: V. Ex^a é um intelectual; eu, um político prático, um homem que é um caixeiro-viajante, atualmente um caixeiro-viajante da ARENA, no seu Estado. Lembraria estas palavras de Oliveira Viana, o grande autor de "Instituições Políticas Brasileiras": "Há carência de motivações coletivas nas organizações partidárias". Senador Luiz Viana, ambos pertencemos à ARENA, mas que é a ARENA, que é o próprio MDB, Partidos que nem sequer foram constituídos, e sim instituídos? A mentalidade partidária nunca existiu no Brasil. É possível que o Presidente Geisel a consiga, depois da coragem viril que está tendo, de tomar uma posição não só de Presidente da República, mas de Chefe de Partido. É, realmente, o que se está observando. Aí, não é uma liderança por decreto — como disse há pouco um Senador — mas uma liderança de fato. Como não posso mais apartear V. Ex^a, porque seria deselegante, aguardo outra oportunidade, não da tribuna, para conversar com

V. Ex^a e outros Senadores que cuidem desse assunto. Mas, partido mesmo, Senador, está para aparecer neste Brasil.

O SR. LUIZ VIANA — Mas isso não quer dizer que não desejamos que apareça.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não, mas, não que é partido, tão-somente um núcleo de registro de candidatura. As legendas abrigam, apenas, candidatos a Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores. Mentalidade partidária, desgraçadamente, ainda não existe, neste País, mas vai haver, se Deus quiser!

O SR. LUIZ VIANA — Certamente, não sou nem pretendo ser o juiz da oportunidade para se transformar o formal em real. Por todos os motivos, no particular, a palavra deve vir *ab alto*. O que se me afigura, entretanto, é que a distensão poderá operar-se normal e frutuosamente, independente de qualquer alteração legislativa. Bastará o natural e normal desdobramento da atividade política e partidária, para que a Nação se sinta na trilha da normalidade democrática. Não digo que tal aconteça de imediato, por um passe de mágica, pois, como na natureza, também a política não faz saltos. Mas, gradualmente, cada qual opinando, divergindo, propondo, ponderando, e, por último, votando desembaraçadamente. Será, inclusive, a continuidade das eleições livres de 1974.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^a faz uma análise da vida política, em geral, e, de modo particular, da vida política brasileira, e emite conceitos muito oportunos, a respeito da vida democrática. V. Ex^a, no final da sua última frase, fez questão de assinalar que estas conquistas democráticas poderão fazer-se gradualmente, dentro, é claro, de um espírito de compreensão. Ainda uma vez, V. Ex^a fala a linguagem do homem de vivência política e também de cultura, e V. Ex^a bem a tem. Em verdade, sabemos que a democracia é, sobretudo, um processo.

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem!

O Sr. Heitor Dias — Se ela nasce do sonho de liberdade e de justiça social, só se efetiva no campo, no chão da realidade. Qualquer movimento em sentido contrário poderá levar a qualquer situação, menos à verdadeira situação democrática. Por este motivo, congratulo-me com os conceitos, com a posição de V. Ex^a, neste instante.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a Em 1978, verificado que amadureceram as condições para a boa prática democrática, teremos as primeiras eleições diretas para Governador, após 1965. É velha meta da Revolução, inclusive ratificada pelo Presidente Castello Branco, em 1967. Acredito que os candidatos, a começar pelos do meu Partido, serão tanto mais fortes quanto mais representarem as bases partidárias. Chegaria mesmo a dizer que candidatos escolhidos de fora para dentro são inadequados, se não incompatíveis, com a eleição direta. Para eleições indiretas, dentro de um corpo eleitoral reduzido e condicionado à fidelidade partidária, é possível pensar-se vitoriosamente em candidatos desvinculados ou não preferidos pela grande massa das agremiações partidárias; mas quanto às eleições diretas, seria suicídio qualquer tentativa nesse sentido.

Aliás, Sr. Presidente, não me furtarei a transcrever, aqui, a opinião recentemente externada através da Imprensa, pelo ilustre Ministro Rangel Reis, que assim resumiu impressões sobre a eleição passada:

“Durante as minhas viagens, em 1974, regressava dos Estados abatido com os depoimentos que recolhia a respeito dos candidatos da ARENA. Era impossível vencer corr. Paulo Torres, com Leandro Maciel, com João Cleofas. Em muitos Estados, os candidatos do MDB eram melhores e a ARENA se dava ao luxo de alimentar divisões profundas. Hoje, a situação está mudando. A ARENA está despertando e eu creio que ela tem condições de ganhar as eleições.”

Ao falar com tão louvável franqueza, o ilustre Ministro como que toma para si aquela divisa de Sêneca que dizia antes querer ofender com a verdade do que agradar com a lisonja.

Veja, porém, V. Ex^a a importância que tem, no entender de S. Ex^a a boa e adequada escolha dos candidatos. A própria emulação dentro dos Partidos, a mobilização de correligionários, a disputa interna fazem parte, incontestavelmente, da propaganda de cada Partido. Não tenho dúvida, por exemplo, em relação às últimas eleições majoritárias e diretas, que os resultados, mantidos os mesmos candidatos, seriam diferentes se estes houvessem efetivamente surgido, nascido, crescido de espontâneos movimentos das bases partidárias. Não basta que os candidatos sejam bons — é indispensável que eles surjam identificados com a vontade do eleitorado partidário, e que tal condição seja conhecida, proclamada e exigida. No dia em que as Convenções reconhecidamente deixarem de representar mera formalidade, para sancionar fatos anteriormente conhecidos, di-

ferente será o interesse público pelos seus resultados, e, portanto, pelos candidatos que delas emergirem. Deixarão de ser candidatos preestabelecidos, pré-escolhidos, para se tornarem candidatos vitoriosos nas respectivas agremiações. Terão fisionomia própria.

A realidade legislativa brasileira é que criamos uma vida política toda ela exclusivamente baseada nos Partidos. Ao contrário do que existe em muitas democracias, e disso os Estados Unidos são um exemplo, não admitimos candidatos fora dos Partidos. O primeiro passo para alguém se candidatar, mesmo a Vereador, que é o degrau inicial, é obter a indicação por algum Partido. Sem Partido não há candidato. Como, portanto, não somente aceitar, mas até estimular uma vida partidária autêntica em todos os níveis — federal, estadual e municipal?

Algumas vezes tenho ouvido censuras ao desinteresse dos brasileiros pelos Partidos. Quase ninguém se inscreve, por iniciativa própria, nos quadros partidários. Os interessados na obtenção do *quorum* de lei é que se põem em campo em busca de correligionários. Nada nos diz, entretanto, que, no dia em que for possível aos eleitores inscritos nos Partidos comparecerem livre e confiadamente às Convenções para a escolha dos candidatos, não se multiplique significativamente o interesse pela participação nos quadros partidários. De qualquer modo, não será experiência custosa ou desarrazoada essa de promover uma livre, autêntica e estimulante vida partidária, desde as cousas menores até as mais significativas. O essencial é que tudo seja autêntico.

Não será isso a mais eloqüente e vigorosa das distensões? A meu ver, não precisamos de reformar as leis, e sim de praticar as que existem, fazendo-o com natural independência.

Independência, no meu entender, não significa desarmonia, desentendimento e muito menos hostilidade. Dentro da independência poderá haver — e no que diz respeito ao meu Partido penso não somente que poderá, mas que deverá haver o maior e o mais perfeito espírito de identidade e colaboração com as idéias da Revolução. Principalmente quando dos nossos quadros partidários deverá o Presidente da República ser voz consultada, acatada, nas decisões partidárias e nas das bancadas parlamentares, inclusive para a escolha de representantes nas mais altas funções do Legislativo. Mas, sem prejuízo da autonomia dos órgãos próprios. Sei que não será fácil alcançar esse elevado estágio de vigor e maturidade política, pois não depende sequer do Chefe do Executivo, em relação ao qual toda uma tradição depõe em favor do seu arbítrio. Não é necessário que ele queira impor a sua vontade, pois as águas, levadas por precedentes que têm decênios, correm naturalmente para ele.

Daí acreditar eu que uma das faces da distensão poderá ser justamente a gradativa e crescente autonomia em relação a tudo que diga respeito à organização, direção e orientação partidária. A distensão, tal como a entendo, começará a ser praticada e experimentada em casa, sob pena de permanecer a plantinha tenra, pronta para ser partida ao primeiro sopro do mau tempo. A natureza humana é a mesma, em todos os tempos e em todos os lugares. Mas, os grandes homens, os grandes líderes, os grandes estadistas, estes fogem da craveira comum, imprimindo marcas e diretrizes, que lhes asseguram lugar de relevo na formação, e também no reconhecimento dos povos. E não tenho dúvida de que o eminente Presidente Geisel, levando a bom termo a anunciada e almejada distensão, terá propiciado ao País passos da maior importância para que se chegue segura e gradativamente ao exercício da democracia. É andando que se aprende a caminhar. Não o fazendo, os músculos se atrofiam e acaba-se numa cadeira de rodas. E é isso que não acontecerá. Tal como as crianças que caem para aprenderem a andar, é indispensável que pratiquemos a democracia, o voto, mesmo enfrentando riscos, perigos e inconvenientes. Precisamos romper o círculo vicioso que não nos deixa andar por termos receio de cair, e que nos faz cair por não aprendermos a andar. Que distensão maior e mais importante do que essa?

Nem deve ser esquecido que a boa e adequada prática da vida partidária será o meio mais próprio para que o País veja o aparecimento de líderes, inclusive líderes para cuja formação e afirmação não sei de outro processo senão o do livre trato da vida pública. E não creio que um País possa viver sem líderes, ou deixe de correr graves riscos a sua sobrevivência, como um todo orgânico, senão existirem algumas vozes que sejam ouvidas, acreditadas e seguidas, não apenas em função dos transitórios cargos que exerçam, mas em decorrência dos seus serviços, da sua experiência, da confiança que inspirem à Nação. Vozes capazes de polarizarem e conduzirem a opinião nacional. O Brasil precisa de líderes, sejam civis, militares, que sempre existiram, no Império e na República, e cujo papel foi relevante em todas as horas graves da nacionalidade.

Mas, para tanto, é condição primacial fomentar condições que permitam o seu aparecimento, a sua afirmação e a sua natural atuação na vida política do País.

Penso não ser um irrealismo ou simples fantasia admitir que a distensão, sendo acima de tudo um estado de espírito de que se deve imbuir não apenas o Governo, mas até a Oposição, poderá nos levar, em futuro, remoto ou não, a novos estágios da vida política brasileira. No mundo conturbado em que vivemos, em meio às dificuldades econômicas e financeiras que, sem dúvida, e independente da

ação e da capacidade dos governos, ameaçam perturbar ou alterar o ritmo do nosso desenvolvimento, ninguém, Sr. Presidente, ninguém, repito, está hoje em condições de saber exatamente como será o dia de amanhã.

Realmente, Sr. Presidente, qualquer observador está em condições de sentir os problemas com que se defronta o País, seja no campo financeiro, seja no campo econômico, seja até no internacional, já que não nos podemos considerar imunes a quanto ocorre, cada vez com maior intensidade, em todos os quadrantes do mundo. Nesse clima, ou pelo menos nessa perspectiva, acredito ser altamente benéfico que a Nação, sem renunciar às suas aspirações democráticas, e justamente para bem as realizar, possa viver num ambiente de distensão, isto é, num ambiente de progressiva normalidade política. Precisamos avançar para não retroceder, pois, como bem observou o Presidente Ernesto Geisel, a estagnação, no setor político, implica inevitavelmente em retrocesso. E, felizmente, até onde me é dado perceber, não tem sido outro o empenho do Chefe do Governo, que, segura e decididamente, tem buscado conduzir a Nação para a prática da democracia. Assim foi em 1974, e assim será em 1976. Não se inquietem, pois, os pregoeiros de cataclismas políticos. Do mesmo modo que preferiria ver dispersos os impenitentes radicais para os quais todas perspectivas de paz ou de normalidade é indesejada. São os eternos radicais, da esquerda ou da direita, e aos quais somente interesse a discórdia, a cizânia, pois uns e outros imaginam auferir vantagens do acirramento da luta política.

É possível que esteja em erro, Sr. Presidente, pois sou suficientemente modesto para não me ter como dono da verdade. Mas também suficientemente vivido para saber que esta raramente está nas mãos dos que alardeiam possuí-la. O que desejo é apenas poder falar com franqueza, expondo o que se me afigura a verdade. Falo para ajudar, e não para agradar. *Amicus Plato, amicus Aristoteles, sed magis amica veritas.* É mercê de Deus vivemos num tempo pouco propício aos aduladores, aqueles que o Padre Antonio Vieira comparou às andorinhas que cegaram Tobias, para que não visse a verdade. Para mim, o fundamental neste momento é que cada qual, na medida das suas possibilidades, contribua com o seu apoio e o seu estímulo no sentido de podermos prosseguir, gradativa, mas seguramente, na mesma estrada da distensão, em boa hora preconizada e aberta pelo eminente Presidente Geisel.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte? (*Assentimento do orador.*) — Não poderia deixar de, antes de V. Ex^a completar a magnífica exposição que está fazendo, trazer-lhe o apoio e o aplauso da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. V. Ex^a dá, com o seu pronunciamento lúcido e objetivo,

uma versão sobre o nosso momento político que corresponde exatamente às aspirações do povo brasileiro. Essa luta pela normalização democrática de forma positiva é a grande aspiração de todos os brasileiros. Não há sequer possibilidade de estagnação. Estagnação, como disse V. Ex^a, invocando o testemunho e a palavra do Presidente Ernesto Geisel, significa retrocesso. A vocação do Brasil não é a de marchar para trás; é a de caminhar no sentido da liberdade e da democracia exatamente na linha do magnífico pronunciamento de V. Ex^a, ao qual, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, vimos trazer as nossas congratulações.

O SR. LUIZ VIANA — Muito agradecido a V. Ex^a nobre Senador Franco Montoro.

Como dizia eu, por certo, as dificuldades serão muitas, pois atravessamos período em que cada dia é um desafio para os governantes, mas não tenho dúvida de que a colheita será bendita pelos brasileiros que, na sua grande maioria, e como reflexo de uma cultura política inalienável e indestrutível, almejam resolver democraticamente, pelo voto, o seu próprio destino.

Mas, vou mais longe, Sr. Presidente. No meu entender, dentro do panorama que nos é dado divisar para um futuro não distante, a distensão em tão boa hora preconizada pelo Presidente Geisel será não apenas uma idéia em marcha, mas uma imposição inelutável — e aqui eu peço licença para usar uma expressão recente divulgada pelo próprio Presidente — um fato inelutável, com o qual todos nós teremos de viver e conviver, gostemos ou não. De fato, numa hora em que a taxa de inflação se revela em cerca de 4% ao mês, o custo de vida sobe em proporção equivalente, e a balança comercial se mostra nitidamente desfavorável, não vejo como possamos nos afastar, ou mesmo evitar a distensão, que, afinal, é um caminho aberto para que, unidos pelos mesmos objetivos patrióticos, muitos possam, sem prejuízo das fronteiras partidárias, somar esforços, idéias e compreensão em favor do Brasil.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Ouço sempre V. Ex^a com muita atenção.

O SR. LUIZ VIANA — Isto é bondade de V. Ex^a

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex^a muito me merece. Quando V. Ex^a fala nos propósitos do eminente Presidente Ernesto Geisel, no sentido de promover e acelerar a distensão, ninguém tem dúvidas neste País das intenções do eminente Presidente da República. Agora, tenho a impressão, eminente Senador Luiz

Viana, que o processo não está bem orientado. Uma distensão não se faz com o primeiro escalão resistindo a ela. Com o Ministério cinquenta por cento mais ou menos indiferente à distensão. Com Ministros que até então eram desconhecidos e no dia de suas nomeações o Governo teve que publicar a biografia de cada um para que a Nação brasileira soubesse a quem estavam sendo entregues as pastas.

O SR. LUIZ VIANA — Vou concluir, Sr. Presidente.

Não creio que a nossa pobre e tímida imaginação criadora logre fazer algo de melhor do que a distensão tal como a entendo, símbolo de compreensão, de tolerância, e, portanto, de frutuoso relacionamento. O que nos cabe é cuidá-la com desvelo, preservá-la pelos meios ao nosso alcance, pois se nisso tivermos êxito teremos evitado que o País seja levado por caminhos imprevistos e indesejados. *(Muito bem! Palmas. O orador é efusivamente cumprimentado.)*

DOCUMENTOS BRASILEIROS (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Para quantos no País se interessam pelos fatos da cultura nacional, não pode deixar de ser motivo de regozijo sabermos que transcorre, no ano corrente, o quadragésimo aniversário do aparecimento desta extraordinária coleção, que é *Documentos Brasileiros*.

Iniciada há quarenta anos com o livro que nasceu clássico, como são "As Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, através desses quatro decênios, a coleção *Documentos Brasileiros* tem abrigado os nomes mais expressivos da vida intelectual do Brasil. Apesar do risco em que posso incorrer, omitindo alguns dos grandes nomes que figuram nessa Coleção, eu pediria licença para lembrar Luís da Câmara Cascudo, Hélio Lobo, Afrânio Coutinho, Eugênio Gomes, Tristão de Ataíde, Cassiano Ricardo, Otávio Tarquínio de Sousa, Gilberto Freyre, Rodolfo Garcia, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso de Taunay, Juarez Távora, Hermes Lima, Josué Montelo, e o autor do último número 170 da Coleção, o General Meira Matos com o livro realmente de monta, que é o "Brasil, Geopolítica e Destino".

Assim, ao longo de 40 anos, dirigido inicialmente por Otávio Tarquínio de Sousa, posteriormente por Gilberto Freyre, e hoje pelo eminente ex-Senador Afonso Arinos de Melo Franco, a Coleção *Documentos Brasileiros* foi sempre presente na vida intelectual do Brasil, sobretudo graças ao trabalho, ao esforço, à dedicação dessa extraordinária figura de editor, que eu chamaria de benemérito da cultura brasileira, que é José Olympio. Através desse tempo, os mais relevantes assuntos de Geografia, História Política, História Literária, Críticas, Sociologia, Idéias, Filologia, Folclore, Urbanismo, História Administrativa, Colonização, História Religiosa, Militar, Econômica, tudo enfim, pertinente à vida brasileira encontrou na Coleção *Documentos Brasileiros* o lugar adequado para se difundir, através do País, enriquecendo as novas gerações.

(*) Discurso proferido em 17-3-76.

Quero, portanto, Sr. Presidente, neste momento, ao consignar este feliz evento, congratular-me, em particular, com o editor José Olympio pelo transcurso de uma data que, acredito, muito cara a quantos se interessam e acompanham a vida cultural do Brasil.

O Sr. *Mauro Benevides* — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. *Mauro Benevides* — Nobre Senador Luiz Viana, em nome da minha Bancada desejo associar-me à homenagem que V. Ex^a presta, neste instante, à Coleção *Documentos Brasileiros* ao realçar, neste Plenário, o transcurso do quadragésimo aniversário da edição de suas obras. Trata-se, sem dúvida alguma, de um evento da maior significação para a vida cultural do País. Portanto, as minhas congratulações e do meu Partido a Afonso Arinos, responsável maior por essa Coleção, a todos os escritores que divulgaram as suas obras e, em forma particular, a este paladino da vida literária do País, que é o editor José Olympio.

O SR. LUIZ VIANA — Sou muito grato à valiosa intervenção de V. Ex^a que não apenas enriquece as minhas palavras, mas testemunha o espírito de justiça do que aqui estou fazendo e a qual, em tão boa hora, associa-se V. Ex^a, em nome da sua Bancada.

Sr. Presidente, eram estas as considerações a fazer. (*Muito bem! Palmas.*)

A BAHIA E O GOVERNO DA UNIÃO (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Unindo o útil ao agradável, vali-me das férias parlamentares para aquilatar não apenas o que está sendo, na Bahia, levado a bom termo pelo Governo Federal, mas também quais as aspirações mais vivas, mais prementes, do povo do meu Estado.

Quanto ao que se realiza pelo trabalho conjugado do Estado e da União, nada sobreleva ao Pólo Petroquímico do Nordeste, realmente destinado a mudar a fisionomia de toda a região.

Decidida graças ao empenho e à determinação do Presidente Médici, que precisou vencer imensas resistências para atender ao que então lhe solicitara em nome da Bahia e dos interesses da segurança nacional, a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste somente se tornou possível pelo entusiasmo do Presidente Geisel, que, na direção da PETROBRÁS, afastou numerosos obstáculos postos no caminho da concretização do empreendimento. Hoje já os seus efeitos começam a fazer-se sentir na receita do Estado, mas é imprevisível o que representará, devendo, em breve, promover a duplicação da arrecadação da Bahia. Acredito que, na vida, no desenvolvimento e na prosperidade dos baianos, a petroquímica terá influência semelhante à que representou o café, na sua fase áurea, para os paulistas, e, posteriormente, para o Paraná.

Não é apenas obra de grandes dimensões, envolvendo grandes recursos e aprimorada tecnologia, mas acima de tudo uma dessas realizações que irão deflagrar todo um processo do desenvolvimento cuja dimensão última será difícil imaginar. Sabemos ser inicialmente grandiosa, significando não apenas o enriquecimento do Estado e o oferecimento de dezenas de milhares de empregos, mas dificilmente poderíamos saber hoje a sua dimensão final.

De fato, no setor econômico a petroquímica representa o que há de mais importante. Mas, isso não significa inexistirem outros setores também em franca floração, como é o caso do pólo cafeeiro,

(*) Discurso proferido em 1º-4-76.

extraordinariamente promissor, e que, conjugado ao cacau e à pecuária, áreas também em apreciável desenvolvimento, deverá propiciar à agropecuária da Bahia um período de crescimento bastante significativo, principalmente se a ampliação do crédito rural, no Nordeste, prosseguir no ritmo atual.

Somente o Banco do Brasil elevou as suas aplicações do Nordeste, excluído o Maranhão e o Nordeste de Minas Gerais, de cerca de seis bilhões, em 1973, para um montante previsto de trinta e quatro milhões no ano corrente.

Especialmente o pólo cafeeiro, localizado nas terras altas do sudoeste baiano e no qual poderão ser implantados trezentos milhões de cafeeiros, representa corajosa iniciativa do Governo Federal. Mas, justamente pela importância que deverá ter não é prematuro que desde logo comecem a ser cuidados os aspectos da industrialização, da comercialização, e também da eletrificação rural, complemento indispensável à adequada atividade agrícola.

Poderia falar ainda, e com inteira justiça e oportunidade, do que têm representado, sob o ponto de vista social, os novos rumos impressos ao INPS e ao FÛNRURAL, ambos em fase de ampliação e aprimoramento dos seus serviços, na realidade ainda bastante deficientes. O importante, no entanto, não é apenas o que está feito, mas, principalmente, o que se busca fazer. E sob esse prisma, voltado para um futuro próximo, tenho a impressão de estarmos no bom caminho. Ainda há imensas lacunas, especialmente em relação à área do INPS, cujo atendimento ainda deixa a desejar. Mas, o que se percebe é honesto propósito de melhorar: existe a consciência de que há ainda um enorme caminho a percorrer antes de chegarmos a um ponto razoável em matéria de previdência social. E nesse sentido é o esforço que se realiza. Contudo, visto ser meu propósito abordar preferencialmente alguns aspectos econômicos, não me deterei para mais acurado exame desses aspectos de benemérita política social do Governo.

Mas, se aflori o que no momento se realiza em favor do desenvolvimento econômico, desejo seja-me permitido dizer algo sobre o que a Bahia aspira seja acelerado pela ação do Governo Federal. Sob esse prisma o que há de mais importante é a efetivação do projeto do Cobre, o tristemente famoso projeto Caraíbas, agora em fase de reajustamento e reativação. Há quase vinte anos que a Bahia, e também o Brasil, esperam pela implantação desse projeto, que tem sido uma espécie de miragem, acenando-nos com sucessivas ilusões.

Há mais de um século, desde quando se realizaram os estudos para construção da estrada de ferro para o São Francisco foram assi-

naladas as jazidas de cobre ainda hoje inexploradas, apesar do que deveriam representar, não somente em economia de divisas, pois dependemos mais de duzentos e cinquenta milhões de dólares anualmente na importação de cobre, mas o que significará em relação à segurança e ao aproveitamento de mão-de-obra, que se estima, somente quanto à Bahia, em mais de dois mil e trezentos empregos diretos. E isso, permitam-me que assinale, apesar do nosso modestíssimo consumo, que não vai além de 1.3 kg por habitante, enquanto nos Estados Unidos se eleva a 14.2 kg e na Austrália a 10.3 kg.

Atualmente, até onde me é dado conhecer, as pesquisas pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia — o CEPED — órgão criado quando governei o Estado, e que trabalha em convênio com o FIBASE, subsidiária do BNDE encarregada do problema do cobre, já é possível estimar em 50 milhões de toneladas com um índice de 1.67%. O que significa a possibilidade de uma exploração de cerca de 20 anos, na base de 40 mil toneladas/ano, abrindo possibilidade para, com o adicionamento de concentrado importado pode-se alcançar, sem maiores riscos, a produção de 100.000 toneladas/ano, escala econômica conveniente.

É necessário acrescentar que estas reservas não esgotam as possibilidades da região, tendo em vista indícios promissores ainda não dimensionados, próximos a Caraíba. Não se pode esquecer a possibilidade de transportar concentrado do Sul, por via marítima, para a Bahia dando economia de escala ao empreendimento nordestino.

Segundo previsões do Conselho dos Não-Ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER, o País deverá despender até o ano de 1983 aproximadamente 4 bilhões de dólares na importação de Cobre, o que representa ônus sobremaneira elevado para a nossa combalida balança de pagamentos.

Não resta dúvida quanto ao acerto da decisão do Governo ao assumir, através de Insumos Básicos S/A — Financiamento e Participações — FIBASE (subsidiária do BNDE), o controle acionário da Caraíba Metais S/A e da Companhia Brasileira de Cobre.

É necessário agora, diria é urgente e mesmo vital para o País, que o Governo acelere a implantação do Complexo Minerometalúrgico na Bahia, destacando os recursos financeiros necessários, e que deverá compreender uma metalurgia em Aratu e a mineração/concentração do Município de Jaguarari a 500 km de Salvador, onde se localizam as jazidas; como é sabido, esta última região dispõe de condições pluviométricas das mais severas do chamado "Polígono das Secas".

A economia da região, habitada por mais de 100.000 pessoas, reduz-se a uma agropecuária rudimentar de subsistência.

Não é necessário ressaltar os efeitos sociais que o Governo do eminente Presidente Geisel poderá levar para a região com este empreendimento, gerador de mais de 2.000 empregos diretos. Não podemos, porém, a bem da verdade, limitar os efeitos desta importante iniciativa às suas conseqüências sociais em regiões tão castigadas pela natureza; os seus efeitos, repito, são de importância para o País, pelo que representa em drástica redução de importações. O grau de alta prioridade e de urgência neste empreendimento se justifica por si mesmo, mormente quando consideramos que a existência de cobre nessa região é conhecida desde 1874.

Constitui-se também este empreendimento em excelente oportunidade para a política de descentralização industrial, sem falar nas possibilidades de aumento de produção de fertilizantes no Nordeste com o aumento de oferta de ácido sulfúrico que este empreendimento provocará, pois, como se sabe, são os fertilizantes grandes consumidores desse ácido.

No particular eu direi que por haveremos perdido um tempo imenso e valioso, é imprescindível não se protelar por mais um minuto a decisão a ser tomada, e logo posta em execução. Cada minuto de atraso serão milhares de dólares de divisas perdidos.

Igualmente importante para o Brasil e para a Bahia será o rápido incremento da implantação de usinas para a produção do álcool extraído da mandioca, de modo a gradativamente ganharmos fontes de energia que possam até nos libertar da importação de petróleo. Hoje isso não é uma utopia, mas palpável realidade conquistada pela tecnologia. Mas, se entre os países, poucos terão condições tão favoráveis quanto às do Brasil para a obtenção do álcool tirado da mandioca, talvez nenhum Estado tenha, no Brasil, melhores condições do que a Bahia.

Realmente, essa utilização somente se tornará possível em um país reunindo condições favoráveis; grande extensão territorial; situação em zonas de baixas latitudes; regime adequado de insolação; disponibilidade de terras cultiváveis ainda não incorporadas ao sistema produtivo; estágio adequado de desenvolvimento tecnológico e industrial; capacidade interna de geração dos recursos financeiros necessários; existência de uma sociedade disposta a aceitar o desafio da constante busca e adoção de soluções autônomas para seus problemas específicos.

A identificação desse país com o Brasil é óbvia. Tal evidência dispensa mesmo o recurso a injunções adicionais como a aguda dependência de suprimentos externos de combustíveis fósseis ou a acentuada participação da indústria automobilística na economia nacional.

Entre os principais fatos a serem considerados na presente situação destacam-se, naturalmente, os seguintes:

- o álcool etílico é perfeito sucedâneo para os combustíveis líquidos tradicionais;
- sua inserção na estrutura de consumo energético brasileiro é viável;
- as áreas de cultivo adicional requeridas para essa inserção são perfeitamente compatíveis com as disponibilidades brasileiras;
- a fabricação do álcool etílico de origem vegetal é apoiada em tecnologia totalmente nacional;
- os custos estimados para o litro de álcool de origem vegetal comparam-se favoravelmente com os atuais preços do litro de combustível tradicional;
- as adaptações dos motores a explosão ao emprego do álcool como combustível estão inteiramente ao alcance da tecnologia nacional.

O elenco de fatos acima relacionados favorece a intensificação de esforços no sentido de tornar a adoção do álcool etílico como combustível uma realidade brasileira em futuro próximo.

Em país de dimensões continentais, como o Brasil, distinguem-se, pela variedade de climas e solos, regiões com maiores ou menores condições favoráveis ao incremento de cultivos diversos.

Encontramos, em relação ao Estado da Bahia, um conjunto de excelentes características para o desenvolvimento da lavoura de mandioca e cana, com a finalidade de aproveitá-las como matérias-primas industriais na fabricação do álcool etílico.

A Bahia é, dos Estados da Federação, a maior produtora de mandioca, o que significa familiaridade do agricultor com o plantio, defesa e outros detalhes do cultivo, ou seja, um embasamento para a escalada da produção que se fará necessária.

A possibilidade, no Estado, do desenvolvimento próximo de lavouras de cana e de mandioca, conduz a situação privilegiada no sentido de funcionamento ininterrupto das destilarias e economia de combustível, pois o excesso de bagaço será aproveitado nas caldeiras quando da operação com mandioca.

Atento a este conjunto extremamente favorável ao sucesso do empreendimento, o Governo, utilizando *know-how* desenvolvido no

Ministério da Indústria e do Comércio, com implementação assegurada por empresas como a PETROBRAS S/A, contempla a instalação no Estado da Bahia de destilarias de álcool de mandioca de grande porte. Estas destilarias inclusive terão acentuadas vantagens na sua instalação e funcionamento, decorrentes do fato de que a usina pioneira com funcionamento previsto para fins de 1977, muito concorrerá no sentido de ajuste de técnicas, resolução de problemas eventuais, etc.

Esta primeira usina de álcool, planejada com tecnologia nacional e já experimentada em escala industrial menor, constituirá excelente base para a escalada projetada para o Estado da Bahia.

Outra iniciativa que se torna cada dia mais premente, mais justa, e mais necessária, é a progressiva redução da taxa que onera o cacau em favor da CEPLAC. Nada a explica e nada a justifica atualmente. Por certo, teve a sua oportunidade, e também a sua utilidade em períodos anteriores da lavoura cacauzeira. Hoje, depois de incorporada a CEPLAC ao Ministério da Agricultura não há dúvida de que os seus trabalhos, as suas despesas, os seus projetos, deverão correr por conta das verbas normais do Ministério. Na realidade, é apenas um terrível ônus para toda a economia da região cacauzeira, mas, principalmente, uma imensa injustiça contra os que trabalham, produzem e enriquecem a Bahia e o Brasil. Por que essa exceção em relação ao cacau? Haverá alguma taxa a pesar sobre a soja, sobre o trigo, sobre o algodão, sobre o sisal, sobre a mamona? Creio que não. Todos, entretanto, são amparados, ajudados, fomentados, assistidos por órgãos adequados do Governo Federal.

Por que uma exceção em relação ao cacau? Na realidade são dezenas e dezenas de milhões de cruzeiros retirados cada ano da economia dos produtores de cacau. Por quê? Não deverá o Ministério da Agricultura, que existe para isso, dar aos lavradores do cacau, mesmo por intermédio da CEPLAC, toda a assistência que esta proporciona cobrando tão caro? Até hoje não entendi porque essa odiosa exceção em relação ao principal produto agrícola da Bahia. Aliás, nada altera esse ponto de vista se nos voltarmos para os problemas de financiamento da produção, do plantio, do replantio, ou da substituição das culturas. Para isso é que existe o PROTERRA, e não haverá, portanto, como justificar que não beneficie o cacau, substituindo vantajosamente a assistência financeira da CEPLAC. Antes do PROTERRA era possível dizer que os recursos arrecadados por aquele órgão acabavam em parte, insisto, carregados para o cacau. Hoje, no entanto, isso se tornou desnecessário. Dentro dos financiamentos normalmente concedidos à agricultura brasileira é perfeitamente possível atender às necessidades da lavoura cacauzeira.

Não se esqueça, aliás, que, ao ser criada, foi tida e anunciada como taxa de emergência. Será que não é tempo de mostrar que já se esgotou demasiadamente esse período de emergência? É o que esperamos. E conosco toda a região cacauceira, sacrificada, oprimida, onerada por uma taxa injusta.

Setor para o qual pediria atenção especial do Governo Federal é o rodoviário. Desconheço as razões que, praticamente, eliminaram a Bahia das cogitações do DNER. O fato, porém, é incontestável, e os baianos sentem isso. Cada dia lemos notícia da inauguração de importantes obras rodoviárias no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais. Na Bahia não exagero dizendo que não se faz quase nada. Bastará que vejamos o que a Bahia, seja pelo seu território, seja pela sua população, seja pela sua economia, representa no panorama geral do Brasil para saltar aos olhos que a previsão de um dispêndio, em 1976, correspondente a 5% dos investimentos do DNER é quase irrisório. Num total de dez bilhões as estradas baianas deverão ter pouco mais de duzentos milhões. Não será excessivamente pouco?

Nem se diga que a Bahia possui razoável sistema rodoviário. Longe disso. Longe disso, apesar do esforço feito pelo Estado, no sentido de dotar o território baiano de algumas importantes vias de penetração. Cansáramos de esperar pela União. O Governador Lomanto Júnior tomou a iniciativa de construir a estrada que liga Salvador a Juazeiro, abrindo assim uma porta para todo o Nordeste. Na minha gestão, com imenso sacrifício, mas dada a importância e urgência da obra, foi construída a BR-242 até às margens do São Francisco, em Ibotirama. Ao Governo Federal restou apenas fazer a ponte sobre o rio, e levar a estrada até Barreiras — obras somente agora programadas — permitindo assim a comunicação com Brasília. Cinco anos entretanto, já se passaram em vão. Também projetei e dei início à chamada estrada do Feijão, que se estende até Xique-Xique, no São Francisco, e concluída pelo Governador Antonio Carlos Magalhães.

Se evoco tais fatos é para mostrar que o DNER tem estado bastante ausente da Bahia na construção das grandes vias de penetração, normalmente a cargo da União. Atualmente, como obras prioritárias, lembraria, inicialmente, a duplicação da Bahia-Feira de Santana. A meu pedido o Ministro Andreazza mandou fazer e aprovou o projeto de engenharia para duplicação da Bahia a Feira de Santana. Fez-se apenas um pequeno trecho de 30 quilômetros. A verdade, porém, é não existir no Brasil toda uma estrada com equivalente movimento de veículos ainda em pista única. A consequência são os desastres numerosos, que deram à rodovia o triste nome de "estrada da morte". É portanto urgente que se ponha mãos à

obra na duplicação total da BR-324 até Feira de Santana, sob pena de assistirmos ao crescente número de acidentes na rodovia que se tornou obsoleta, não oferecendo um mínimo de segurança. Não param, porém, aí, as necessidades mais prementes da economia baiana em matéria de rodovia.

Outra rodovia considerada de extraordinária importância econômica, e para a qual estiveram sempre voltadas as vistas dos estudiosos e planejadores do nosso sistema rodoviário, é a BR-030, que se estende do litoral até o coração do Brasil, atravessando regiões férteis, mas atrofiadas na sua economia pela falta de transporte. Também Paulo Afonso, onde se situa a Usina da CHESF, das mais importantes do País, permanece praticamente isolada, esperando que o DNER conclua essa autêntica obra de Santa Engrácia que é a ligação até Ribeira do Pombal, e daí a Serrinha. Basta, aliás, abrir um mapa e ver quanto a Bahia é pobre, deficiente, em matéria de rodovias, cuja inexistência asfixia a produção pela falta de circulação. Não tenho mesmo dúvida de que se abrirem um mapa, e examinarem a situação da Bahia, os responsáveis pela construção do nosso sistema rodoviário experimentarão certo constrangimento. Para bem se avaliar nossas necessidades, não deve ser esquecido termos um território igual ao da França e muito superior à maioria dos países sul-americanos. A nossa população é equivalente à do Chile, e também maior do que a de muitas nações do continente. O que significa devermos atender numa grande área territorial, de baixa densidade populacional, urgentes necessidades em matéria de educação, de saúde, de transporte, trabalho e alimentação. Tudo isso, portanto, a mostrar quanto é premente e difícil encontrarmos o caminho do desenvolvimento.

Ao lado dessas cousas de monta, verdadeiramente essenciais para o desenvolvimento da Bahia, há também as de menor porte, mas nem por isso menos presentes na sensibilidade dos baianos, que sentem mais do que se queixam. Eu é que não devo calar. Representante do meu Estado considero precípua dever, dever do qual jamais abriria mão, fossem quais fossem as contingências e consequências, externar o que esperamos da ação governamental. Somos gratos pelo muito que se tem feito, mas isso não significa não tenhamos outras justas e prementes aspirações. Aspirações tanto maiores quanto somos ainda um Estado pobre, bastante pobre mesmo se friamente examinada a nossa situação face à renda *per capita*, ao desenvolvimento do ensino em todos os graus, à assistência hospitalar. Ainda estamos longe de vencer a praga do subdesenvolvimento e não nos devemos iludir com algumas obras antes suntuárias do que econômicas. Não quero citar números, pois acredito que, no caso, são desnecessários. Basta ter olhos para ver, sensibili-

dade para avaliar, pois a nossa pobreza está à vista de todos, embora seja bem menor a partir de 1964.

Contudo, Sr. Presidente, para não fugir ao enunciado dessas aspirações menores dos baianos, peço licença para declinar algumas. A primeira delas, vinculada ao sistema ferroviário, é relativa à criação, na Rede Ferroviária Federal, do Sistema Regional Leste, com sede em Salvador. Não se trata apenas da reparação parcial da inexplicável marginalização de Salvador com a localização, em Recife, do Sistema Regional Nordeste, e cujos inconvenientes foram exaustivamente demonstrados em memorial da Associação dos Engenheiros da Viação Leste Brasileiro. Depois dos estudos e projetos realizados em 1971 pelo Consórcio TRANSCON, ASTEP, TENPO sobre os transportes na Bahia, tornou-se imprescindível localizar em Salvador um centro de decisão capaz de efetivar as obras ferroviárias mais urgentes, a começar pela construção da variante Mapele-Feira de Santana-Iaçu. Não pode deixar de ser considerado o desenvolvimento do Centro Industrial de Aratu, o Porto de Aratu e o Pólo Petroquímico de Camaçari, bem como o terminal petrolífero de Candeias. A verdade é que o injustificado deslocamento para Recife da Sede da Leste, com grave prejuízo para a Bahia e o seu comércio, como que tem retardado as obras ferroviárias desse Estado. A consequência tem sido, e continuará a ser, um pernicioso círculo vicioso, pois ao mesmo tempo em que alega a reduzida tonelagem transportada esta deixa de crescer pela ineficiência da ferrovia. Desnecessário acentuar o prejuízo decorrente para a economia baiana que espera adequada revisão, para atender às exigências da circulação de mercadorias em condições econômicas satisfatórias.

Aliás, a Bahia não tem tido sorte em relação à localização de órgãos federais que aí teriam a sua sede natural. Além da Leste Brasileiro perdemos a CHESF, que tem em Paulo Afonso, na Bahia, a sua grande usina de produção hidroelétrica. Em breve também haverá Sobradinho, igualmente situado na Bahia. Mas, apesar das comunicações mais fáceis entre Salvador e Paulo Afonso, ao ser feita a transferência da sede para fora do Rio de Janeiro, também a fortuna não sorriu à Bahia, cujas condições se nos afiguravam as melhores possíveis para os interesses da Empresa. Os fatos, entretanto, não param aí. Ao se buscar uma nova sede para a CEPLAC, que tem a seu cargo a recuperação e amparo da lavoura do cacau, em mais de 90% situada no Sul da Bahia, preferiu-se transferir a sede para Brasília, onde não há um pé de cacau, sob a alegação da proximidade dos órgãos financeiros do País, como se a função principal da CEPLAC não fosse a assistência técnica para a recuperação e ampliação das plantações. Ignoraram-se as inúmeras vantagens

que adviriam para a região do cacau, principalmente para os 25.000 lavradores que produzem anualmente centenas de milhões de dólares, e que estariam poupados dos incômodos de se deslocarem para Brasília, do mesmo modo que os órgãos técnicos de planejamento se ressentem de maior proximidade dos órgãos de decisão. A comodidade dos dirigentes, que parecem preferir permanecer longe do cacau, do qual vivem, e para o qual deveriam viver, fez do problema um cavalo de batalha. E como há muitos e muitos milhões de cruzeiros a distribuir não foi difícil criar uma impressão de conformidade da região, ou pelo menos, de alguns beneficiários. A realidade, contudo, é outra: o que a região do cacau, especialmente os seus grandes centros, como Ilhéus e Itabuna, desejam é que a sede da CEPLAC fique na região, sentindo de perto as necessidades e cartecendo maiores recursos, inclusive do orçamento do Ministério da Agricultura, que deve amparar o cacau da mesma maneira por que apóia outras culturas. Não há porque punir o cacau pelo fato de não se incluir entre as culturas onerosas, que necessitam de subsídio. Nós não precisamos de subsídios. Mas, nem por isso é justo que se tire da lavoura, como ocorreu em 1975, quase cem milhões de dólares. A que título? Falo com o desembaraço de quem, infelizmente, tal como Brasília, não possui um pé de cacau. Mas, no particular a nossa má sorte é total. Não falo da PETROBRÁS, que alguns imaginaram ficar bem na Bahia ao tempo em que éramos, praticamente, os únicos produtores nacionais de petróleo. Quero, porém, me referir à Comissão do Vale do São Francisco, hoje crismada com o nome de Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a sigla CODEVASF. Não somente os grandes trechos navegáveis, mas também as maiores áreas cultiváveis do extraordinário Vale estão em território baiano. Não nos valeu, porém, essa condição para abrigarmos a sede da Comissão, e nem sei mesmo se ficará em Juazeiro um Departamento que lá existiu, e com boas instalações ao tempo em que o Deputado Manoel Novaes desenvolveu grande atividade política na região.

Quando alguns órgãos de atuação regional se situam fora da Capital do País, como é o caso da SUDENE e da CHESF em Recife, do Banco do Nordeste, em Fortaleza, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, também em Fortaleza, não encontro explicação para que não venham para Salvador os que aí teriam o seu *habitat* natural, lógico, eficiente.

Falo, principalmente, como político, e com responsabilidade na vida partidária.

Sempre que apresento uma razão, um argumento político, para justificar algumas dessas sugestões, e isso me tem ocorrido numerosas vezes, existe sempre uma razão técnica a aconselhar a outra

solução. Por certo o ideal será conciliar os imprescindíveis conhecimentos técnicos com a visão política, pois nada se faz por intuição, seja qual for o campo de atividade. E nós sabemos em que deu a famosa intuição militar de Hitler. Mas, a técnica divorciada da sensibilidade política, que se destina a atender aspirações e esperanças, minorando sofrimentos ou a eles acenando e propiciando soluções em prazo suportável, não levará a nada estável dentro de um regime democrático permanentemente sujeito à crítica e aos resultados eleitorais. Os problemas podem ser resolvidos no silêncio dos gabinetes, mas as eleições somente se ganham no rumor dos comícios e na atenção aos desejos do povo.

Não é que pretenda subestimar a importância dos técnicos, máxime numa época de continuados avanços tecnológicos, que precisam e devem ser postos a serviço das comunidades. Longe disso. Tenho o maior apreço pela fecunda colaboração dos técnicos, sejam quais forem, e nos vários setores por que se distribuem. Diria mesmo que o ideal seria podermos reunir em uma só personalidade os conhecimentos técnicos e a sensibilidade política. Mas, isso é raro e representa exceções. Infelizmente, sempre que advoguei no sentido de atender tão justas aspirações da Bahia fui embargado por motivos técnicos, pois a verdade é que estes nunca faltam, no reiterado propósito de marginalizar os representantes da política. O que é talvez o cúmulo dos que sabendo muitas cousas não conseguem aguçar a sensibilidade que deve ser a virtude dos que pretendem liderar e orientar as comunidades.

Os técnicos não estão obrigados a atender aspirações coletivas, limitando-se a conclusões frias, e até compreensíveis sob o ângulo que adotam. Nós políticos somos diferentes, pois nossas responsabilidades são mais gerais, obrigados como somos a antever consequências sociais, políticas e eleitorais. Sei que muitos reagem a esse ponto de vista, acreditando estar certo o que está tecnicamente certo. Politicamente é um erro. E a política é que comanda os povos, principalmente num regime baseado no voto. Para que se tenha idéia do que afirmo, e disso não pretendo afastar-me um milímetro, quero lembrar dois episódios bem conhecidos que podem dar a medida do que pode ocorrer quando a técnica abandona a política. O primeiro deles foi a tomada do Poder por Adolfo Hitler que teve como causa fundamental a política do Chanceler Brüning, cuja orientação econômica, tecnicamente certa, perfeita, acarretou cerca de quinze milhões de desempregados na Alemanha. Uma ligeira visão aconselhava mudar-se o rumo, deixando de lado o que tão segura e acertadamente recomendavam os técnicos. Mas, como contrariar os técnicos? Brüning foi inflexível. Quando vieram as eleições Hitler derrotou fragorosamente os técnicos de Brüning, tomou conta da

Alemanha e lançou o mundo na tragédia de 1939 a 1945. Mais de vinte milhões de mortos devem estar a clamar das sepulturas contra as tecnicamente perfeitas decisões do Chanceler Brüning.

O outro episódio a recordar é o do *New Deal*. O Presidente Hoover firmemente agarrado aos clássicos ensinamentos econômicos, para enfrentar a dramática depressão de 1929 era o mais qualificado representante de toda a doutrina então dominante. Homem íntegro, com largos serviços ao país e à humanidade, ele se revestira de estóico espírito de sacrifício na defesa de quanto aprendera e até aplicara nos compêndios de economia. Tecnicamente a sua posição era intocável. Politicamente seria um completo desastre, tendo levado a América do Norte à beira de uma insurreição social sem precedentes. Somente graças ao *New Deal*, acima de tudo audacioso plano político, antes de ser uma solução técnica, foi possível ao Presidente Roosevelt restabelecer a confiança e a tranquilidade na vida norte-americana.

Perdoem-me essa digressão, possivelmente impertinente ao versar modestos problemas estaduais. Mas, a soma dos pequenos problemas poderá levar aos grandes resultados. Quanto a mim o que não desejo é que me acoimem de omissos no cumprimento de deveres diante dos que me honraram com o seu voto.

Desejaria não omitir aqui uma palavra sobre as dificuldades que, em grande parte originárias dos elevados custos financeiros e da impossibilidade de serem cumpridos cronogramas de implantação, têm envolvido várias das indústrias que gozam incentivos da SUDENE.

Bastaria, aliás, acentuar que num período de doze meses, entre 1974 e 1975, os custos, entre juros e correção monetária, chegaram a atingir 43%, nível insuportável para qualquer atividade industrial. Em boa hora, reconhecendo a impossibilidade de subsistirem em condições normais indústrias oneradas por tão elevados custos, resolveu o BNDE limitar a um máximo de 20% a correção monetária, mediante a concessão de créditos para o excedente.

Não podemos nem devemos perder de vista que a industrialização do Nordeste ainda se encontra em fase embrionária, representada na sua quase totalidade por pequenas e médias indústrias, cuja sobrevivência deve ser encarada como um problema regional, social, político e não apenas empresarial.

Não basta, porém, que essa orientação seja seguida pelo BNDE, e sim que seja também adotada pelos demais órgãos financeiros governamentais, que têm a responsabilidade do desenvolvimento do Nordeste.

Por último, Sr. Presidente, desejo consignar apelo, que me é sabidamente grato, dada a importância que atribuo à educação no futuro do nosso povo, e pertinente aos primeiros passos para tornar possível a instalação de uma Universidade em Vitória da Conquista, uma das grandes capitais do interior do Brasil, e cuja população aspira lhe sejam abertas novas e melhores oportunidades para a educação da sua juventude.

Acredito que seria de estranhar se aqui viesse para assinalar o que se tem feito, e sou o primeiro a proclamar o muito que se faz, a começar pela petroquímica, e não transmitisse aos órgãos governamentais, com franqueza que lhes devo, quanto os baianos desejam e esperam seja realizado em prazo ábil, melhorando as difíceis condições de vida que, infelizmente, ainda afligem, pela pobreza, uma secular pobreza da qual somente agora começamos a nos afastar, centenas de milhares de famílias do meu Estado. Aos que sofrem talvez faça bem saberem que há alguém preocupado — poderia dizer alguns — em ajudá-los, criando melhores oportunidades de vida, de trabalho e de bem-estar. E essa é a grande preocupação do Governo.

Declarou há pouco o Presidente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, que o “bom Governo ganha eleições”. Se a assertiva é exata, não tenho dúvida de que venceremos por larga margem, pois se perdermos teremos a prova de que ou o Governo não logrou mostrar ao povo tudo quanto tem feito em favor dele, ou a demagogia, com as suas ilusões, ainda parecerá mais frutuosa do que o melhor dos Governos. (*Muito bem! Palmas.*)

A ARENA E A REVOLUÇÃO (*)

O SR. LUIZ VIANA – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo ser bastante breve. Apenas algumas palavras, muito claras, pois acredito que mais graves e difíceis sejam os fatos, mais elas deverão ser simples. Nos últimos dias, foi reiteradamente divulgado pela imprensa que se cogitava de elaborar um documento político capaz de abrir novos caminhos. Não pretendo interferir na intimidade de um Partido que não é o meu. Contudo, não me sinto inibido de assinalar que, sob o ponto de vista do futuro da democracia no Brasil, poucos acontecimentos, após a distensão preconizada pelo eminente Presidente Ernesto Geisel, poderão ter maior repercussão. Digo-o, imaginando ser o documento em apreço passo importante para a criação de uma força política, também revolucionária, fora dos quadros da Aliança Renovadora Nacional.

Não são recentes, nem desconhecidas, as preocupações que já manifestei quanto à possibilidade de nos depararmos diante de um impasse, caso, dentro do atual quadro da vida pública brasileira, ocorresse a hipótese de a ARENA não vencer as eleições de 1976 ou 1978. Para mim, portanto, o fato que se anuncia é como uma réstia azul num céu escuro. De fato, não havendo, fora da ARENA, uma força política capaz de ser o suporte, inclusive parlamentar, da Revolução, é óbvio que esta teria de optar entre a entrega do poder aos que a contestam, ou conservá-lo em termos incompatíveis com os princípios mais elementares da democracia.

Compreende-se assim a importância que empresto à possível formação e aparecimento de um núcleo partidário identificado também com os objetivos nacionais da Revolução. Não seria apenas uma separação de águas, trazendo à luz da publicidade antagonismos que muitos entrevêm, mas a criação efetiva de uma nova base política para os ideais revolucionários, Base que representaria, ou representará, uma opção plausível, válida, para aquela fração do

(*) Discurso proferido em 22-4-76.

eleitorado que não deseja sufragar a ARENA e os seus candidatos. Não é possível acreditarmos numa estabilidade democrática sem oferecermos alternativas que preservem a institucionalização dos objetivos da Revolução, que nasceu legalista, democrática, federalista, e assim pretende-se implantar na vida brasileira. Que importa às instituições norte-americanas vencerem os democratas ou os republicanos? Que importa às estruturas políticas da Inglaterra saber se ganharam os conservadores ou os trabalhistas? Por certo, num e noutro caso, poderão mudar homens, alterarem-se certas normas de conduta no campo da economia, mas no cerne, no âmago da democracia, nada será modificado.

Entretanto, no estágio atual da vida brasileira, mantidas para o eleitorado apenas as opções vigentes, arriscamo-nos a uma série de equívocos da maior gravidade, dada a confusão que poderá advir em relação ao sentido real, profundo, do voto popular. Não faz muito que o ilustre jornalista Sr. Carlos Castelo Branco assim se referiu ao problema eleitoral: "As eleições são por natureza, a menos que sejam desvirtuadas nas suas fontes ou nos seus resultados, o conduto da vontade popular e indicam aos governantes se é hora de parar ou de mover-se, de avançar ou de recuar". Nada mais exato. Contudo, se mais nos aprofundarmos no julgamento e na avaliação do voto e do seu sentido real, apontando os caminhos desejados pela vontade nacional, veremos que ao eleitor não basta votar, é necessário que ele decida, mas que o faça de modo nítido, inequívoco, livre de qualquer possibilidade de interpretações divergentes. E é justamente essa possibilidade que antevejo se chegarmos até as eleições oferecendo aos votantes apenas as opções atuais.

Acredito numa vitória da ARENA. Mas, sempre que caminhamos para uma eleição devemos estar preparados para a perder, e, perdendo-a, admitir as conseqüências que daí advirão para o País. Pela complexidade da vida nos dias que correm, pela difusão dos meios de comunicação, pela incessante criação de novas solicitações por parte de todas as camadas sociais, das mais modestas até as mais abastadas, ninguém, no meu entender, estará seguro sobre um resultado eleitoral. Todos os imprevistos podem ocorrer, inclusive as maiores injustiças e incompreensões. Dizia Leon Blum que o sufrágio universal tem até o direito de ser ingrato.

O importante, porém, não são os homens, e sim as idéias. Estas é que são fundamentais, e por isso mesmo cumpre evitar que, por uma questão de pormenores, causas passageiras ou circunstanciais, o eleitorado possa emitir um voto que não traduza exatamente a sua maneira de sentir e de pensar. Não tenho a menor dúvida de que a Nação, pela sua grande maioria, pela sua imensa maioria, não

toleraria a volta ao passado. Tenho plena convicção de que os brasileiros estão conscientes do vigoroso esforço, do trabalho realizado pelos governos revolucionários ao longo dos últimos doze anos. Estou certo de que, se houvessem de se manifestar entre as desordens anteriores a 1964 e a segurança hoje oferecida a quantos querem trabalhar, os brasileiros não vacilariam. Nenhum trabalhador desconhece a preocupação do Presidente Geisel em proporcionar condições de vida menos árduas aos modestos assalariados. Creio mesmo que traço marcante da atual Administração será o empenho no sentido de proporcionar distribuição mais equânime entre quantos contribuem para o desenvolvimento nacional.

A verdade, porém, Sr. Presidente — e desejo prestar aqui calorosa homenagem ao incansável trabalho do Deputado Francelino Pereira como Presidente da ARENA — a verdade, tal como a vejo, é que, apesar de tudo isso, apesar de todos esses fatores que depõem em favor do trabalho, da seriedade, das portentosas realizações da Revolução em todos os setores da vida brasileira, e que se estendem por todas as regiões do País, a verdade é que ninguém poderá, de antemão, conhecer o resultado de uma eleição. De fato, são de tal maneira complexas as razões que acabam por decidir um eleitor que jamais me aventuraria a admitir a impossibilidade de erro numa previsão, por mais justificada que seja esta. Quantas vezes não constatamos enganos cometidos por órgãos de pesquisa altamente especializados? É que em cada eleitor existe uma dose maior ou menor de imprevisto. Por vezes, uma nonada, que temos como irrelevante, torna-se a nota dominante na sua decisão.

Nestas condições, premido pela vigente legislação partidária entre duas opções únicas, e caso se configure, a meu ver erroneamente, que o País está dividido entre Revolução e anti-Revolução, não há por que não considerar que o eleitorado será induzido aos mais graves equívocos. É imperioso proporcionar ao eleitorado novas possibilidades que lhe permitam externar aspirações ou insatisfações sem que isso deva, necessariamente, ser interpretado como um voto contra a Revolução. Cada qual deve ter assegurado o direito de votar como melhor lhe parecer, mas ninguém deverá ser levado a dar um voto cujo sentido verdadeiro, profundo, possa estar ao sabor de interpretações diversas. Ou deverá ser tido como um voto contra a Revolução, contra tudo aquilo que ela tem indelevelmente representado no sentido do progresso, do desenvolvimento, da segurança, da prosperidade de todos os brasileiros, o voto porventura decorrente da alta do custo de vida, ou do mal-estar pelo deficiente atendimento num ambulatório? É essa confusão que não deveremos permitir. Mas que existirá inevitavelmente, se não criarmos condições que levem o eleitor a poder distinguir entre o que é efêmero, passageiro,

e o que é definitivo, como o são as conquistas revolucionárias. Conquistas definitivamente incorporadas à vida brasileira, do mesmo modo que forem definitivas as conquistas trazidas pela República, em 1889, ou pelas Revoluções de 1930 e 1945.

Lembro-me do temor com que o Presidente Castello Branco encarava a hipótese de os acontecimentos se desenvolverem de tal modo que a Revolução viesse a ter contra ela, de um lado, uma direita reacionária, de outro, um eleitorado insatisfeito por fatores inevitáveis e insuperáveis. Será que desapareceram os radicais da direita, que apenas espreitam a oportunidade para inundar o País com os seus refrões antidemocráticos? Será que desapareceram aquelas causas episódicas capazes de conduzirem emocionalmente o corpo eleitoral?

Hoje, do modo por que se configura a imagem política do Brasil, ninguém tem dúvida de que o voto dado à ARENA é dado à Revolução. Mas, nem por isso se poderá afirmar que o voto negado à ARENA seja contra a Revolução, isto é, que o voto negado à ARENA se destine a sufragar o sabastianismo. Reconheço, porém, que se não encontrarmos algum meio de deixar bem claro, nítido, o sentido de cada voto, correremos o risco de ver computados como anti-revolucionários votos que apenas traduzem ocasionais insatisfações, que em nada afetam ou comprometem a continuidade da Revolução para que ela, tranqüila e fortalecida, propicie ao Brasil um governo democrático, compatível com a segurança e o desenvolvimento. Mas, para que tal aconteça, é imprescindível que seja dito de maneira explícita, sem meias palavras, sem reticências, e sem entrelinhas. Do contrário, se não fizermos da eleição aquele conduto nítido, através do qual se deve, também, manifestar uma nítida vontade do eleitor, arriscamo-nos a fazer das próximas eleições, exclusivamente municipais, um novo fator de confusão.

Desejo contribuir para que, através de eleições livres, respeitadas, idênticas às de 1974, prossigamos no caminho da distensão, em boa hora, aberto pelo Presidente Geisel, para que a Revolução, fiel a si mesma, não tarde em poder desabrochar naquela definitiva organização jurídica, democrática, na qual todos os brasileiros se sintam unidos e em segurança. Não acredito, porém, que elas caiam do céu como dádiva divina. Creio, sim, que decorram da determinação, da decisão do Presidente Geisel, consciente da imperiosidade de se abrir uma nova fase na vida institucional do Brasil. Será, porém, mister que cada qual, na medida de suas possibilidades, contribua com a sua pedra para levantarmos os altares da democracia. Por vezes sopitando ressentimentos, esquecendo mágoas, vencendo preconceitos, contanto que se atinja o objetivo maior que é

a implantação de um regime democrático, como repetidamente o tem enunciado o Presidente Geisel, a quem nos cumpre auxiliar na consecução dessa meta. Não tenho, porém, qualquer dúvida de que essa ajuda não será dada pelos que se recusam a reconhecer tais propósitos da ação presidencial. Apoiando-o, estimulando-o, reiterando-lhe a confiança da Nação é que estaremos aplainando e preparando os difíceis caminhos da democracia.

Nem sei por que não se possam dar as mãos quantos almejam que a democracia, a democracia não apenas como um fato político mas como algo a envolver a vida do homem em todos os seus aspectos, não demore em ser o natural desdobramento da Revolução. Refiro-me, Sr. Presidente, a quantos efetivamente acalentem esse ideal, e que não podemos nem devemos confundir com aqueles que, por motivos vários, uns ideológicos, outros políticos ou eleitorais, preferem fomentar embaraços, animar discórdias, negar realizações, contestar todas as verdades, por mais meridianas que sejam, por imaginarem que a eles não interessa a normalidade. Certamente, não são muitos, mas é vital não se permitir que subsista qualquer equívoco a respeito, pois o primeiro e grande interessado nessa separação do joio do trigo é o eleitor, que somente assim poderá votar com segurança, fazendo do voto a manifestação inequívoca da sua vontade. Cada dia, o homem deve ser mais o senhor do seu destino mediante a expressão do voto, que, por isso mesmo, deve ser límpido, livre, categórico.

Ninguém ignora as dificuldades que, independente da vontade ou da orientação do Governo, se interpuseram no caminho do nosso desenvolvimento. É uma contingência que, de modo maior ou menor, atingiu todas as nações, acabando por se refletir nas eleições, nos países de vida democrática. Não creio que possamos ser exceção à regra. Aliás, não acredito que a Oposição queira tornar a anti-Revolução beneficiária das angústias dos brasileiros. Ou estarei em erro? Haverá, porventura, quem pretenda fazer de passageiras dificuldades o fundamento de votos anti-revolucionários?

A verdade, porém, é que se não nos prepararmos para que os votos tenham o real sentido com que o outorguem os eleitores, correremos o risco de nos emaranhar num dedalo de confusões que não servirão à ARENA, não ajudarão o MDB, e serão perniciosas ao Brasil.

O Sr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Lázaro Barboza — Nobre Senador Luiz Viana, é sempre um prazer ouvir V. Ex^a Com a sua cultura, com o seu tirocínio,

V. Ex^a procura dar a sua visão dos fatos que ocorrem no Brasil. V. Ex^a diz bem. E, realmente, difícil analisarmos as causas por que o eleitor se manifesta de um ou outro modo no momento em que deposita o seu voto na urna, voto que deve ser fruto de uma consciência límpida. Mas é sabido — V. Ex^a enfocou muito bem o problema — que o eleitor, vota naturalmente a favor do Governo, quando se sente satisfeito com o Governo quando não se sente vítima do custo de vida, quando não se sente vítima de injustiças sociais, quando sente que, trabalhador e honrado, consegue alimentar e educar os seus filhos. Por outro lado, nobre Senador, a grande preocupação de V. Ex^a, democrata como todos nós, é, sem dúvida, a de garantir, para muito breve, o regime democrático pleno, onde o cidadão seja respeitado na inteireza de seus direitos e, naturalmente, num regime, armado das garantias que todas as democracias devem possuir, tendo assim, a segurança maior de que o País, por esta ou aquela razão, não descaminhará para rumos não desejados, desconhecidos. E aqui, nobre Senador, permito-me fazer uma indagação — hoje nós lutamos contra dois perigos e V. Ex^a mesmo no corpo do seu discurso lançou uma indagação: existem ou não os radicais da extrema direita? E a recíproca também é verdadeira: existem ou não os radicais da extrema esquerda? Mas, nobre Senador Luiz Viana, quantos serão os radicais da extrema esquerda no Brasil? Numa população de 110 milhões de habitantes, serão 100 mil? Serão 200 mil? E quantos serão, nobre Senador, os radicais de extrema direita? Serão 50 mil, 100 mil, meio milhão ou 1 milhão? Pergunto, então, a V. Ex^a: Por que os outros 109 milhões de brasileiros, de formação plenamente democrática, devem continuar à mercê dos radicalismos, ora de um lado, ora de outro? Daí por que entendo, nobre Senador Luiz Viana, que é efetivamente necessário que os homens lúcidos, as lideranças lúcidas, os homens de boa vontade, os demócratas convictos, e não aqueles que o são apenas por oportunidade, se dêem as mãos, na luta maior, para que este País possa, tão cedo quanto possível, se reencontrar num abraço fraterno dos seus filhos, num clima em que não haja desconfiança dos militares sobre os civis, dos civis sobre os militares, dos burocratas contra os políticos, dos políticos contra os burocratas, enfim, nobre Senador, num clima de respeito e de tranqüilidade e de ordem, em que todos tenham condições de trabalhar e progredir, erguendo sobre os alicerces da Pátria uma Pátria ainda maior e mais digna das gerações futuras. Muito obrigado, Excelência.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a, e posso assegurar-lhe que não é outro o propósito, não apenas meu, mas de todos os meus companheiros de Partido.

Prossigo, Sr. Presidente.

A Revolução talvez deva ser julgada pelos brasileiros. Mas, deverá sê-lo pelo que representou e representa na profunda transformação da vida nacional, restabelecendo a ordem no País, implantando o planejamento governamental, assegurando a assistência social, propiciando melhores oportunidades de vida a todos os brasileiros, abrindo ao povo as Universidades. O que não seria justo é que todo um acervo de serviços inestimáveis, de conquistas fundamentais, pudessem ser, por um simples equívoco, julgados por insatisfações ocasionais, contingências de medidas imprescindíveis ao desenvolvimento do Brasil. Não seria justo, nem frutuoso para a normalização da vida institucional.

O Brasil está a esperar dos responsáveis pela Oposição uma palavra, uma decisão clara, inequívoca, que permita aos brasileiros saber que sentido se pretende dar às eleições de 1976, para mim meras e simples eleições municipais, de âmbito local e partidário, e que nada têm que ver com o apoio vigoroso que a Nação dá ao Movimento Revolucionário de 1964. Uma coisa são os pormenores, os detalhes, que podem dividir os brasileiros. Outra é a Revolução, os seus inestimáveis serviços ao Brasil, e que não estará ao sabor de equívocos sem maior significação. Confundir simples eleições municipais, de âmbito local, com a grande e salvadora Revolução de 1964, seria uma escamoteação, que, estou certo, a própria Oposição repele e está no dever de dizer ao Brasil haver nascido com a Revolução, com ela se integrando nos seus grandes objetivos democráticos, sociais e internacionais. Há momentos em que é necessário esquecermos os pormenores para melhor vermos as grandes linhas da nacionalidade. Esquecer as árvores para melhor ver a floresta. E eu creio que os brasileiros, desejosos de paz, de segurança, de progresso social e político, estão a viver uma dessas oportunidades com que a História parece querer experimentar a medida de nossas decisões, sem prejuízo do papel que deve caber normalmente a cada Partido na vida política do País. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

A PRESENÇA DO PRESIDENTE NA POLÍTICA (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aos que acompanham a vida político-partidária do País, não devem ter escapado os reparos que, em certos círculos, talvez pouco numerosos, chegaram a ser externados em torno da posição do Senhor Presidente da República, diante da política e das eleições a serem realizadas em novembro próximo.

Não desejo aqui fazer a defesa do Sr. Presidente, que dela não necessita, e muito menos tomar a mim esse encargo que poderia ser feito, caso necessário, muito melhor por outros colegas. Isso, entretanto, não me exime de tecer algumas considerações de ordem mais teórica do que prática, considerações históricas sobre esse aspecto da vida política do País, e certamente, de importância para todos nós.

Inicialmente, será conveniente que tenhamos uma idéia bastante precisa, bastante nítida, da dimensão e das funções do Presidente da República, no regime vigente. É possível que àqueles, voltados para o regime parlamentar, no qual o Presidente é o Chefe de Estado e não o Chefe do Governo, possa causar estranheza a presença atuante, a intervenção do Senhor Presidente da República na vida política do Brasil, mas, para os que estejam afeitos do que é o Presidente no sistema presidencial, que é o nosso, não pode causar nenhuma estranheza que Sua Excelência queira tomar, tenha tomado uma liderança efetiva para conduzir o seu Partido, os seus correligionários, nas lutas políticas eleitorais que se avizinham.

Acredito mesmo, Sr. Presidente, que, longe de reparos, longe de estranheza, longe de críticas, o que a atitude do Senhor Presidente da República deve merecer, não apenas de nós, os seus correligionários e eventuais beneficiários dessa atitude, mas de todos, a começar pela Oposição, é o louvor por essa posição política. Isso é sinal de que Sua Excelência quer trilhar, deseja preparar o País para os caminhos democráticos, eleitorais e políticos. O grave seria o contrário, se nós soubéssemos que o Presidente era indiferente a esses prélios, que o Presidente, em vez de pedir o voto, estivesse acastelado na Presi-

(*) Discurso proferido em 19-6-76.

dência, para qualquer atitude menos democrática, numa futura eventualidade.

Ora, Sr. Presidente, o que Sua Excelência está fazendo é justamente afirmar e reafirmar uma posição nitidamente política.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Ruy Santos — Em 1974, não houve protesto, quando o Senhor Presidente da República fez uma campanha de comparecimento maciço às urnas, por parte do eleitorado, e contra o voto em branco.

O SR. LUIZ VIANA — Obrigado a V. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, essa atitude dos que censuram, dos que estranham, não é nova: fui encontrá-la numa página de Campos Sales. Naquele seu famoso livro, *Da Propaganda à Presidência*, assim se refere ao problema:

“Os que não puderam ainda compreender bem a essência do regime, tal como o concebe o nosso mecanismo institucional, mostram-se ingenuamente apavorados ante essa influência exercida legitimamente pela autoridade presidencial, supondo estarem na presença desse fantasma do poder pessoal, que outrora atribuíamos, nós, republicanos, principalmente ao Imperador, buscando aí valiosíssimo subsídio para os ataques à Monarquia.”

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, quanto é antiga esta celeuma em torno da posição do Presidente da República. Sua Excelência, portanto, decorridos 70 anos, não está fazendo mais do que exercer a boa prática republicana dentro do regime presidencial. É que, inexoravelmente, cabe ao Presidente da República, em todos os sistemas presidenciais, uma efetiva liderança no País. Isso acontece aqui, aconteceu aqui com todos os presidentes, civis e militares. Todos eles conduziram a política e, quando deixaram de fazê-lo, isso não foi frutuoso, não foi bom para o País — o que é bom para o País é que o Presidente se empenhe como Chefe do seu Partido, como Chefe daqueles que o conduziram à Presidência, para a continuidade da política que ele representa. Isso que acontece aqui, acontece também nos Estados Unidos, que é o modelo freqüente e naturalmente invocado para os problemas referentes ao presidencialismo. Nunca se deixou de admitir, na América do Norte, que o Presidente da República tem, não somente o direito, mas até o dever de tomar essa posição.

Encontrei num livro, que é, aliás, clássico na matéria sobre os presidentes americanos, do escritor Rossiter, essa frase do Presidente Roosevelt, que foi dos maiores daquela nação.

Dizia ele:

“Minha crença era a de que não era só seu direito mas seu dever fazer qualquer coisa requerida pelas necessidades da Nação, a não ser que tal ação fosse proibida pela Constituição ou pelas leis.”

De forma que, salvo naquilo que fosse proibido, pela constituição, o Presidente Theodoro Roosevelt acreditava-se com as mãos livres, e, mais do que isso, com o dever de intervir, para conduzir a nacionalidade. É uma condição inerente, e que vamos encontrar aqui em frases, ainda mais claras, do Presidente Wilson, que é, por muitos publicistas, considerado o presidente mais intelectual, mais ilustre, que chegou à curul presidencial nos Estados Unidos.

Pois bem, dizia ele:

“Por maiores que tenham sido a prática e a influência dos presidentes, não se pode ter dúvida de que temos ficado cada vez mais inclinados, de geração a geração, a considerar o Presidente como a força unificadora em nosso complexo sistema.”

Veja V Ex^a, Sr. Presidente, num país em que a democracia é tão efetiva, tão exaltada e que é o modelo de presidencialismo, a posição de liderança e atuação que deve ter o Presidente da República.

E diz mais, o próprio Presidente Wilson:

“Não pode existir governo bem sucedido sem liderança ou sem a coordenação íntima, quase instintiva nos órgãos da vida e da ação.”

E essa liderança é que lhe dá o presidente da república na grande nação norte-americana.

“Vai-se tornando, portanto, cada vez mais verdadeiro que, à proporção que o negócio de governo vai ficando cada vez mais complexo e extenso, o Presidente vai, por sua vez, tornando-se cada vez mais funcionário político e cada vez menos executivo.”

É que ele tem que nos ditar a sua missão, e a política do País. É a direção política da Nação.

“O Presidente é o líder político do País, ou, se quiser, pode exercer essa função. A nação como um todo escolheu-o, tem consciência que não dispõe de outro intérprete político.

É a única voz nacional nos negócios públicos.”

Ora, Sr. Presidente, se isso é certo, se essas observações em torno do Presidencialismo e da ação presidencial são certas, não podemos deixar de louvar, de apoiar a ação que está desenvolvendo politicamente, e apenas politicamente, o Senhor Presidente da República.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Logo que termine este conceito, concedê-lo-ei a V. Ex^a

O Sr. Nelson Carneiro — Pois não, aguardarei.

O SR. LUIZ VIANA — E, Sr. Presidente, não me alinho entre aqueles que pedem mais poder para o Presidente. Não, acho que o Presidente já tem tanto poder, tanta força, tanta maneira de atuar, que até desconfio — e V. Ex^a vai me permitir esta franqueza, que talvez até possa parecer destoar, mas mostra a sinceridade com que ocupo a tribuna — quando alguém me fala que é preciso dar mais poder ao Presidente, porque se dermos mais poder, então, estaremos a um passo da ditadura.

Mas não há dúvida de que, no regime atual, o Presidente é inegável, inequívoca e necessariamente o Líder da Nação e o Chefe do seu Partido.

Ouçõ, com prazer, o aparte de V. Ex^a

O Sr. Nelson Carneiro — Quero congratular-me com V. Ex^a, por abrir o debate sobre este problema, porque, realmente, é um problema momentoso e, mais ainda, revejo o velho companheiro dos tempos da juventude, quando se opõe a que se dê mais poderes ao Senhor Presidente da República. Inegavelmente, seria impossível, no momento, se dar mais poderes ao Senhor Presidente da República, porque ele tem todos os poderes. Acima dele, só Deus. Ele tem, inclusive, o poder de cassar o mandato de qualquer de nós, eleitos pelo povo, e de fechar, o Congresso e suspender até as atividades do Supremo Tribunal Federal, aposentando seus Ministros. Assim, não é possível dar mais poder ao Presidente da República. Mas eu estava ouvindo a evocação de V. Ex^a, quanto à função, à posição dos Presidentes da República nos Estados Unidos da América, e, realmente V. Ex^a colocou muito bem o problema. O Presidente dos Estados Unidos pode até pleitear a sua reeleição, ele próprio vai pedir

o voto, e ainda agora nós vemos. Há uma diferença apenas. Tenho lido, por exemplo, que o Presidente Gerald Ford viaja em aviões comerciais, quando faz a sua campanha presidencial; ele vai pedir os votos para ele, nas mesmas condições que o candidato democrata, sem que haja entre um e outro qualquer distinção. No caso do Brasil, por exemplo, ainda recentemente o Senhor Presidente da República, estando no Rio Grande do Sul, numa Convenção da ARENA, pelo que foi divulgado, teve o seu discurso irradiado amplamente, como é de justiça se faça com o Senhor Presidente da República e, igualmente o foi, a saudação do Senador Tarso Dutra, enquanto que a Oposição não tem essa mesma possibilidade. Se se der à Oposição as mesmas possibilidades de divulgação dispensadas à campanha que o Senhor Presidente da República empreende, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a. Penso que o Presidente da República deve ser partidário, deve interessar-se pela sorte do seu Partido, deve participar da campanha eleitoral do seu Partido, mas deve fazê-lo nas mesmas condições do Partido adversário.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex^a é da Bahia, V. Ex^a ouviu o aparte do nobre Senador Ruy Santos, que é da Bahia, e do Senador Nelson Carneiro, que, embora eleito pelo Rio de Janeiro, é baiano também. Permita V. Ex^a que um alagoano interfira no seu discurso. Quero lembrar a V. Ex^a que o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Hermes Lima, no livro, se não me engano, *Lição das Coisas*, defende a mesma tese de V. Ex^a. Ele acha que o Presidente da República tem que interferir na sua sucessão.

O SR. LUIZ VIANA — É o livro de Lourival Fontes. Não é?

O Sr. Arnon de Mello — Não, é o livro de Hermes Lima — *Lição das Coisas* — em que ele defende a tese de que o Presidente deve interferir na sua sucessão. . .

O SR. LUIZ VIANA — Conheço o livro. É isso mesmo.

O Sr. Arnon de Mello — . . . porque, do contrário, se cria uma situação caótica. Aliás, Senhor Senador, o Brasil é um País adulto, tem 154 anos de Independência, e o seu povo sabe como votar. Em Alagoas, por exemplo, fui candidato a Governador, quando o Estado se achava sob o domínio de um homem violentíssimo, que dispunha de todas as Prefeituras. Venci, no entanto, a eleição, por grande margem. O povo vota, realmente, em quem quer, é um povo adulto.

Era isso que eu estimaria dizer a V. Ex^ª, com os meus agradecimentos, por me haver concedido este aparte, e as minhas felicitações, pelo seu discurso.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço o aparte de V. Ex^ª, mas além de Hermes de Lima, que foi também Chefe da Casa Civil, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Professor de Direito Constitucional, queria trazer aqui a opinião de Lourival Fontes, que foi Chefe da Casa Civil do Presidente Getúlio Vargas que, portanto, conviveu na intimidade da Presidência, e ele, então, lembra esse papel do Presidente, dizendo, invocando, aliás, exemplos americanos:

“O conceito presidencial de Lincoln, dos dois Roosevelts e de Truman, é mais político do que legista. É o homem das linhas de fogo, do gosto das batalhas, do risco das emergências. É o homem forte sobrecarregado de vontade que precede, que marcha à frente dos acontecimentos, que resolve as situações de disputa, que leva nos ombros as responsabilidades das decisões, que conduz os conflitos na mais exposta das posições, que responde pela integridade, pelos direitos, pelos interesses da nação. Não é um controlador de fundos ou uma preeminência do serviço civil, mas um chefe de partido que legisla, define e executa uma política.”

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^ª, com a sua experiência e cultura, expõe o caso com absoluta clareza e precisão. Se entendemos que a atividade política é de interesse nacional, não podemos deixar de admitir que o Presidente da República, sobretudo, quando é ele o Presidente do Partido, interfira nessa atividade política. Se o Partido é o sustentáculo do regime e, conseqüentemente do Governo, por ser o Partido da Maioria, é de se compreender que Sua Excelência queira esse Partido forte e, por isso mesmo, vitorioso nas urnas das eleições a que se proceder. De modo que me congratulo com V. Ex^ª, pela oportunidade do seu discurso que V. Ex^ª, como sempre, faz com brilhantismo.

O SR. LUIZ VIANA — Muito grato a V. Ex^ª que, passado em julgado essa posição que o Presidente da República tem e deve ter na liderança da política no País, liderança que é tanto mais necessária quanto maiores são os meios de comunicação aparecidos no nosso tempo. Realmente, foi esse aspecto tecnológico, foi essa possibilidade de comunicação através do rádio, da televisão, que deu uma nova dimensão a essa presença do Chefe do Governo na vida

política do País. E, aqui neste livro que é o de Clinton Rossitez, clássico sobre os poderes e práticas da Presidência, nos Estados Unidos, encontrei lá este pequenos trecho que é bastante esclarecedor deste fenômeno:

“O surgimento do Presidente como um Líder ativo do Congresso tem sido acompanhado de uma segunda mudança: a abertura de novos canais de comunicação através dos quais ele pode moldar e medir a opinião pública. Quem pode dizer o quanto de poder e drama tem passado das Casas do Congresso para o Presidente, devido ao fato de ele poder se comunicar com a Nação facilmente através do rádio e da televisão, e eles não? Programas como o *Capital Cloackroom* e *Face the Nation* jamais alcançaram o mesmo nível de audiência das transmissões, ao vivo, pelo rádio e pela televisão, da Casa Branca. Nem se pode dizer que as representações espetaculares dos Senadores MacCarthy e Kifauver para as donas-de-casa da América tenham despertado nosso interesse no Congresso ou nosso respeito por ele como uma instituição. Reconheçamos que o Presidente tem sido o principal beneficiado pelos milagres eletrônicos e rezemos para que o Congresso jamais sucumba à necessidade de competir com ele colocando, no ar, suas atividades regulares.”

Tem sido assim a Presidência, um milagre da eletrônica, permitindo essa presença mais efetiva, instantânea, momentânea, da ação presidencial em qualquer momento da vida da Nação.

O Sr. *Evelásio Vieira* — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não. Com muito prazer.

O Sr. *Evelásio Vieira* — Senador Luiz Viana, eu pessoalmente estou de pleno acordo com V. Ex^a, que o Presidente da República é o Chefe, tem o direito de participar da campanha da Aliança Renovadora Nacional, buscando o seu fortalecimento, buscando a conquista do maior número de Prefeitos, de representantes nas Câmaras Municipais, em 1976, lutando em favor dos seus candidatos aos Governos Estaduais — perfeitamente correto. O que não está certo é o Presidente da República com o seu Partido, às vésperas das eleições, mudar as regras do jogo, principalmente, sabendo-se que o Governo tem possibilidade de, diariamente, ir à televisão e ao rádio, falar em favor dos seus candidatos, em favor do seu Partido, enquanto esse mesmo direito não existe para os homens da Oposição. Com essa desigualdade não concordamos. Aqui, o grande erro, eminente Senador.

O SR. LUIZ VIANA — Até onde sei, não houve, até o momento, nenhuma discriminação entre ARENA e MDB, quanto a métodos, sistemas e possibilidades de propaganda.

O Sr. *Evelásio Vieira* — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pode haver certa mudança, mas que será válida para todos os Partidos e não apenas para um deles.

O Sr. *Franco Montoro* — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. *Evelásio Vieira* — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não. Ouço, com prazer, o nobre Senador *Evelásio Vieira*.

O Sr. *Evelásio Vieira* — Só para complementar. V. Ex^a sabe que o Presidente da República, seus Ministros e os Governadores têm acesso às emissoras de rádio e televisão a qualquer instante. Isto não acontece com os homens do Movimento Democrático Brasileiro. O nosso Líder, Sr. Senador *Franco Montoro*, não tem possibilidade de fazê-lo como Presidente do Partido, e o mesmo acontece com os demais Parlamentares, proibidos de ocuparem as estações de televisão e rádio neste País. V. Ex^a bem o sabe.

O SR. LUIS VIANA — Parece que este assunto está apenas dependendo de uma regulamentação, uma vez que a lei previu este acesso ao rádio e à televisão, por parte dos Partidos nacionais.

O Sr. *Evelásio Vieira* — Não, Excelência. Independente do projeto que está para ser apreciado e que modifica a propaganda eleitoral no rádio, na televisão, hoje o próprio homem de rádio, da televisão não procura o Líder do MDB, da Oposição, porque sabe que aquele seu trabalho não poderá ser apresentado. V. Ex^a não desconhece esta circunstância, e se registre, ainda, que o Senhor Presidente da República irá ocupar a televisão, o rádio, em cadeia nacional, inclusive, até as vésperas da eleição, o que não será possível aos homens da Oposição.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, o que me proponho aqui é justamente a defender, e mais que a defender, a louvar a participação do Senhor Presidente da República na vida política, na campanha política, na liderança política do País. Isso deve ser para nós, para mim, para o nosso eminente colega da Oposição, um motivo de satisfação e sobretudo de tranquilidade. O que me intranquilizaria era se soubesse que o Senhor Presidente da República está indiferente às eleições, que as eleições não têm importância, nada significa e, uma vez realizadas, dar-se-á um ca-

minho qualquer ao País. Não. O Presidente da República está dando uma demonstração inequívoca da importância que dá às eleições, ao voto, ao eleitorado, à vontade do País. E, naturalmente, se julgou ou se julga em condições de poder transmitir ao povo brasileiro a grande obra social que vem realizando e que, realmente, está dando uma nova fisionomia à democracia, à vida brasileira.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer meu eminente colega e ilustre Líder do MDB.

O Sr. Franco Montoro — Acho que V. Ex^a tem razão em destacar alguns aspectos positivos desta procura de comunicação com o povo por parte do Presidente da República e até mesmo a sua participação na campanha política. V. Ex^a cita o exemplo dos Estados Unidos — e o faz muito bem! Mas pediria, então, que V. Ex^a aceitasse também as conseqüências dessa aproximação, que se desse no Brasil, assim como nos Estados Unidos, à Oposição, a oportunidade de debater aquelas afirmações feitas pelo Presidente da República. Sabe V. Ex^a que nos Estados Unidos existe a lei chamada do *Equal Time* (tempo igual) para o governo e para a oposição. Esta grande iniciativa do Presidente da República precisa ser completada com a liberdade para que a Oposição possa apresentar a sua crítica e responder, também, as críticas que lhes são feitas. Frequentemente o Presidente diz: “A Oposição só faz demagogia, não apresenta sugestões concretas”. E aponta as realizações do Governo. V. Ex^a há de concordar...

O SR. LUIZ VIANA — E V. Ex^a responde sempre desta tribuna.

O Sr. Franco Montoro — ... não pela televisão e pelo rádio. Inegavelmente a comparação de V. Ex^a fica a meio de caminho. Faça-se como os Estados Unidos, sim, mas vamos então dar também aquilo que nos Estados Unidos se dá à Oposição: o direito de ir ao rádio e à televisão para debater. Só assim é que teremos um diálogo democrático. Fora daí, teremos um monólogo autoritário, o que não é exemplo dos Estados Unidos.

O SR. LUIZ VIANA — Mas, Sr. Presidente, eu concluirei já.

O que quero evocar aqui é um depoimento de grande importância, que é o papel que James Bryce, no seu livro clássico sobre a República americana, dá ao Presidente da República dizendo:

“Geralmente, na América, há incontestável tendência de concentrar o poder e a responsabilidade em um só homem. Não há que temer que o Presidente se torne um déspota,

isto é, fazer prevalecer a sua vontade sobre a maioria. Mas mas ele pode ter um papel a desempenhar como chefe da maioria e como expressão da sua vontade.”

Vê V. Ex^a, Sr. Presidente, que recorrendo aos melhores clássicos do assunto, aos que mais estudaram, eu poderia trazer aqui, também, algumas notas sobre Tocqueville, que foi outro estudioso da vida americana, como Bryce. Ambos a atribuírem essa posição ao Presidente da República.

Por último — esse é recente, mas não é menos familiar a todos nós e aos eminentes Deputados e Senadores da Oposição — Harold Laski, que também, num livro sobre a Presidência americana, escreve que “cada Presidente tem a sua oportunidade de influir. O caminho que ele usa depende, em parte da sua personalidade, em parte, das situações com que se defronta. Um presidente é um, numa emergência; outro se, como Coolidge, ele encontra um período de profunda prosperidade”.

Realmente, o que tem marcado a vida americana, a importância, a liderança dos seus presidentes, tem sido, sobretudo, as dificuldades. Os grandes presidentes foram os que encontraram as grandes tormentas, grandes dificuldades, como, Lincoln, Wilson, Roosevelt, Truman e poucos mais, no começo da vida republicana, entre os quais se destacam, naturalmente, Washington e o Presidente Monroe.

Mas, na realidade, cada presidente é diferente do outro. Não há dois presidentes iguais. Cada um usa aquele imenso poder, aquele necessário poder que tem nas mãos e que lhe é dado pela Constituição, pela prática, pela tradição de todos os regimes presidenciais; e hoje até pelos regimes não presidenciais, como é o caso do exemplo francês — regime semipresidencial — onde a atuação dos presidentes vai-se acentuando. Pensou-se que acabaria com De Gaulle; veio Georges Pompidou, que foi um Presidente forte; e, agora, Giscard D'Estaing, que é um Presidente forte. Naturalmente, veremos o que ocorrerá daqui por diante, quando tivermos — se isso acontecer — um Presidente sem maioria parlamentar.

Por enquanto, o que se tem afirmado, na França, é uma ascensão continuada da atuação da força do Presidente da República.

Como dizia, Sr. Presidente, cada presidente é diferente do outro. E nós, que conhecemos a história republicana — uns, mais de perto, por serem mais velhos — como é o meu caso — e outros, por terem convivido mais intimamente, como é o caso do nosso ilustre e eminente colega, Senador Amaral Peixoto, sabemos que cada presidente teve o seu feitio, a sua maneira de ação, considerou qual a me-

lhora maneira de servir ao País e bem desempenhar o seu cargo. Li, e todos nós lemos aquelas páginas admiráveis de João Neves da Fontoura nas suas memórias, quando ele faz aquela comparação entre os Presidentes Arthur Bernardes e o Getúlio Vargas, ambos autoritários, ambos não acreditando na democracia parlamentar, mas ambos agindo profundamente na vida política do País. Também Afonso Arinos, nosso colega até há pouco, fez um perfil de Washington Luiz, ao lado do perfil de Getúlio Vargas. Washington Luiz, teimoso, confiante, intratável, de um immediatismo direto e no qual, segundo Afonso Arinos, predominava a ambição de domínios. "No gaúcho — é a expressão que Afonso Arinos usa para denominar o Presidente Getúlio Vargas — o que havia era o plástico, o dúbio, o lícido calculista no qual avultava a ambição do poder".

Vê V. Ex.^a Sr. Presidente, que se nós tivéssemos tempo para uma digressão: desde Campos Salles, tão diferente de Prudente de Moraes; Rodrigues Alves ainda mais diferente de Campos Salles e, assim sucessivamente, veremos que cada Presidente marcou, assinalou na vida brasileira uma maneira diferente. Mas todos eles sentiram sempre a necessidade de comandar a política do País. Não houve Presidente do Brasil que não tomasse a si as rédeas da política. Não houve Presidente que, pensando em democracia, pensando em poder democrático, pensando em voto, pensando em eleições, não sentisse que era ele, ele mais ninguém, nenhum Ministro, nenhuma equipe de Ministros, que estava em condições de se dirigir ao País para dele esperar o apoio necessário para a continuidade de uma política, de uma orientação política, de uma vida política. E é isso que está começando a fazer — em boa hora, para mim — o Presidente Ernesto Geisel. Ele não está usando o Poder para perseguir, para esmagar, para denegrir, para atacar. Não! Ele está usando, legitimamente, a sua condição de Presidente, de Líder da Revolução para levar — como se diz — às bases, levar ao povo a consciência de que é necessário votar na Revolução. E quando Sua Excelência o faz, o faz com uma consciência profunda de que está assim trabalhando da melhor maneira, para implantar, para assegurar a vida democrática no Brasil. Esta que é a realidade. O Presidente não está fazendo esse tremendo esforço por uma vaidade pessoal, até porque Sua Excelência, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, não pode ser reeleito, não pode servir a uma pretensão de ordem pessoal. A pretensão que Sua Excelência tem é de ordem democrática; é pelo conhecimento que tem do País, dos seus problemas, das suas dificuldades, das forças que teve e terá, certamente, que enfrentar, para assegurar a vida democrática, Sua Excelência sente que precisa participar, precisa conclamar, precisa pedir aos brasileiros que apoiem a Revolução, para que ela continue a ser como Sua Excelência deseja, como nós desejamos, uma

Revolução democrática, uma Revolução que amanhã, quando se institucionalizar, não terá outro caminho nem pretende outro caminho que não seja o da democracia.

Mas, para que tal aconteça, Sr. Presidente, é necessário que o Presidente tome a si esse encargo, que Sua Excelência leve ao País a sua palavra, a sua palavra de homem de bem, de homem íntegro, de homem dedicado à causa pública, para conclamar os brasileiros a que, pelo voto apóiem a Revolução de 1964.

Isso é o que está sendo feito e é o que vai ser feito. E que deve ser aplaudido, não apenas por nós, os seus correligionários, mas que deve ser louvado, aceito, estimulado, pelas forças da Oposição que, nessa atitude tem a segurança da vida democrática do Brasil.
(Muito bem! Palmas.)

O PROJETO SERTANEJO (*)

O SR. LUIZ VIANA — *(Para uma comunicação. Sem revisão do orador.)* — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Se é possível haver ainda alegria no coração sofrido dos nordestinos, amanhã deverá ser um dia de festa para o Nordeste. É que, nessa oportunidade, o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, assinará, em Recife, o chamado Projeto Sertanejo.

É projeto que tem alguma originalidade, uma vez que se destina justamente a atender as populações mais carentes, mais pobres, da região semi-árida do Nordeste.

Pediria licença para dizer ao Senado que, em 1959, o Governo da República projetou criar, na Região Nordeste, uma área de 45 mil hectares irrigados, num período de 5 anos.

Infelizmente, Sr. Presidente, ainda hoje essa área irrigada não ultrapassa muito os 10 mil hectares, embora já programado um amplo plano de irrigação pela CODEVASF.

Destina-se o Projeto Sertanejo — assim chamado — a atender, sobretudo, senão exclusivamente, à pequena e média propriedade das regiões semi-áridas do Nordeste, isto é, justamente aqueles agricultores, aqueles pequenos, aqueles modestíssimos industriais, que são os que mais sofrem durante o período da estiagem, vez que não têm qualquer opção para as suas vidas, a não ser emigrarem para outras terras, principalmente para o Sul do País, porque o latifundiário, o grande proprietário, o homem da empresa de certo vulto, esse encontra sempre o meio para atenuar a sua sorte ou má sorte, seja saindo, seja transferindo seu gado, seja reduzindo as suas culturas, mas sempre tem algum meio para atenuar sua situação. No entanto, o pequeno proprietário, o médio proprietário, esse realmente é levado — poderíamos dizer — ao desespero.

Foi com real alegria que li os primórdios desse projeto que será lançado, no Recife, pelo Senhor Presidente da República, o que sig-

(*) Discurso proferido em 19-8-76.

nifica, pela presença de Sua Excelência, justamente a importância que o Governo dá, que o Governo empresta ao Projeto Sertanejo, destinado a criar, nos 4 anos próximos, 60 núcleos através das regiões semi-áridas do Nordeste. Essas regiões deverão ter — pelo menos é o que se espera, e é o que almejo e o que acredito —, deverão ter a sua fisionomia de tal maneira modificada, de tal maneira estruturada, que possam, nos momentos de crise, de seca, no futuro, suportar menos dolorosamente, com menos dificuldades, esse terrível cataclisma, que somente aqueles que já o presenciaram, como é o meu caso, sabem quanto confrange um coração humano.

Sr. Presidente, eu queria, e nesse sentido pedi a palavra, apenas fazer esta breve comunicação, que assinalasse nesta Casa, com tantos representantes ativos, diligentes, cuidadosos do Nordeste, esse fato, que considero realmente importante e que deverá atender a alguns milhões de habitantes da região semi-árida do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, congratulo-me com o Governo, assinalando que, nos últimos meses, algumas áreas do Nordeste têm sido castigadas de maneira terrível, em particular o meu Estado, o da Bahia, que, segundo ainda há pouco referia o Superintendente da SUDENE, foi e é hoje o Estado mais atingido pelo cataclisma da seca.

Devo reconhecer aqui que o Governo Federal, através de seus órgãos específicos, através de seus órgãos, com seus instrumentos de crédito, como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, tem feito o possível, tem feito quanto lhe está ao alcance para que essas populações sofram um pouco menos. Mas, espero que, com esse projeto que agora terá início, no futuro novas secas não tenham a mesma dramaticidade que oferece a que atualmente assola o Nordeste e o meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

JOSÉ DE ALENCAR (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há mais de um século, precisamente em 31 de maio de 1869, assim se expressava José de Alencar, falando na Câmara dos Deputados:

“Não desejava ocupar a atenção desta angusta Câmara com a minha pessoa, especialmente em circunstâncias em que assuntos de tanta importância reclamam todo o zelo e meditação dos legisladores do País. Não somente estou desde muito acostumado à injustiça de meus adversários e até algumas vezes a de meus correligionários, como, e é esta a principal razão, entendo que nenhum indivíduo tem o direito de antepor sua individualidade às grandes questões de interesse nacional.”

Hoje, entretanto, pretendo falar justamente de José de Alencar e de uma injustiça com que, no meu entender, ainda uma vez será ferido o incontestado criador da literatura brasileira. Não terá ela porém, o meu voto, e espero que também não tenha o do Senado. Está em andamento nesta Casa, após aprovado pela Câmara dos Deputados, um projeto do honrado Deputado Alberto Lavinhas, declarando Machado de Assis Patrono das Letras do Brasil. Membro da Academia de Letras, da qual foi ele fundador e primeiro Presidente até a morte, autor de modesta biografia do grande romancista, teria eu todos os motivos para aplaudir e secundar a iniciativa do ilustre Deputado.

Infelizmente, por uma questão de consciência, não o posso fazer. Para mim, o verdadeiro, o autêntico, o real Patrono das nossas letras é José de Alencar.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^ª um aparte, eminente Senador Luiz Viana?

(*) Discurso proferido em 1º-9-78.

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra.

O Sr. *Mauro Benevides* — Senador Luiz Viana, como cearense não poderia deixar de manifestar o meu apoio a essa posição assumida por V. Ex^a, neste instante, no momento em que, publicamente, se coloca contrário a esta proposição de autoria do ilustre Deputado Alberto Lavinias, do Rio de Janeiro, que pretende atribuir a Machado de Assis a condição de Patrono da Literatura Brasileira. Sabe V. Ex^a, e a Casa também, que tenho por Machado de Assis a mais profunda admiração, tanto assim que, naquela memorável Sessão de 6 de maio, quando se comemorou o Sesquicentenário do Senado Federal, fiz questão de citar expressamente Machado de Assis no velho Senado, quando ele enfocava passagens históricas da velha Câmara do Senado. Sabe V. Ex^a, também, que o próprio Machado de Assis tinha por José de Alencar o maior apreço e a maior consideração, tanto assim que ao investir-se na cadeira da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis escolheu José de Alencar para Patrono de sua cadeira. Faz V. Ex^a, realmente, muito bem em resguardar essa posição de José de Alencar como Patrono da Literatura Brasileira, reconhecendo, também, que Machado de Assis é merecedor das honras e dos aplausos de todos os brasileiros.

O SR. LUIZ VIANA — Muito grato a V. Ex^a

Continuando, Sr. Presidente. É um título que ninguém lhe pode disputar. Não se trata de saber se ele é, ou não, o maior dos nossos romancistas, o mais fecundo dos nossos escritores. Muito menos de estabelecer um confronto entre os dois escritores que tanto enaltecem o Brasil. Até porque, se o fizéssemos, bem difícil seria saber-se qual o mais eminente, tal a atitude alcançada por ambos no cenário das nossas Letras. Não se trata, porém, de um confronto, mas de atribuir a um deles o lugar que lhe compete na vida, na história e na formação de nossas Letras.

O que afirmo, é ser José de Alencar o incontestado criador, fundador, iniciador de uma literatura nacional, verdadeiramente brasileira. Pelos motivos da sua imensa obra, pelo estilo que criou, pela língua que usou, foi ele, deliberadamente, o pioneiro, o bandeirante de uma literatura brasileira, autônoma, libertada dos laços que a prendiam a Portugal. Por ela se empenhou, por ela sofreu e por ela venceu, sendo, ainda hoje, o mais lido, o mais admirado, o mais compreendido pelo povo brasileiro. E o primeiro a reconhecê-lo e proclamá-lo seria Machado de Assis, que jamais se cansou de louvar e reconhecer em José de Alencar o Patrono de nossas Letras. Tanto que, ao se fundar a Academia Brasileira de Letras, o escolheu para Patrono da própria cadeira, dando oportunidade a que Afrânio Peixoto, por ocasião do

centenário do autor de *Iracema*, assim se externasse: “nenhum outro tanto como ele, conjuntamente, a maior figura da literatura nacional, como nós o vemos, como o viu sempre o povo brasileiro, como o depôs numa sentença Machado de Assis, inscrevendo-lhe o nome na primeira e maior das cadeiras da Academia Brasileira, a sua, padroeiro do nosso Patrono”.

De fato, se há um título que se não pode negar a José de Alencar, e não se pode atribuir a nenhum outro, é esse de Patrono das nossas Letras. Passados os ressentimentos, as hostilidades, os ciúmes, que tanto lhe rondaram a vida laboriosa e inflexível, seguiu-se o reconhecimento nacional à figura do fundador da literatura brasileira.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a está numa tarde feliz porque, justamente, com a autoridade que tem e ao mesmo tempo com a seriedade em que trata do assunto, máxime, assuntos destes de literatura, recoloca o problema no seu verdadeiro ponto. Daquilo que o próprio Machado de Assis reconheceu em José de Alencar o autor do projeto, por melhores que sejam as suas intenções, se esqueceu, ultrapassando, justamente, a própria opinião do homenageado. Como cearense e como brasileiro, só podemos nós agradecer a V. Ex^a essa contribuição que traz à Casa, certo que estamos, de que a Liderança do nosso Partido como a Liderança do Partido da Oposição e esta Casa, em si, farão justiça a este homem que, realmente, sem sombra de dúvida, criou a literatura brasileira.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex^a

Seja-me permitido invocar algumas opiniões ilustres, que deporão melhor do que eu. Começarei por lembrar Gustavo Barroso, que a ele assim se refere: “Pioneiro de um mundo literário novo entre nós. Marcou uma época e determinou uma corrente pela imaginação e pelo espírito de nacionalidade”. Esse espírito de nacionalidade que é realmente a marca maior e inconfundível de José de Alencar. Ouçamos agora Clóvis Bevilacqua: “O brasileirismo irradia de todos os seus livros, e o fez ver, não um Brasil triste pelo esgotamento a que o levassem a ambição e a concupiscência, mas um povo bom de virtudes másculas...” E Augusto de Lima: “Foi o criador do romance nacional... O nacionalismo preocupava José de Alencar, através de todos os gêneros e aspectos dos seus romances, ainda nos assuntos...” Mais pre-remptório é Sílvio Romero: “Alencar criou, com base mais lendária do que histórica, o mundo poético e heróico de nossas origens, para afirmar a nossa nacionalidade, para provar a existência de nossas raí-

zes legitimamente americanas. E mais: percebeu que não era possível haver independência cultural e literária, se continuássemos a escrever segundo os modelos portugueses, em desacordo com a nossa própria realidade lingüística”.

Não foi por acaso que Alencar desvendou os caminhos de uma literatura verdadeiramente brasileira. Longe disso, tudo quanto criou seria o fruto de meditada determinação. “Sua preocupação — observou Gladstone Chaves de Melo — era criar um estilo brasileiro, um modo de escrever que refletisse o espírito do nosso povo, as particularidades sintáticas e vocabulares do falar brasileiro.”

Na realidade, a ambição de lançar os fundamentos literários de algo que fosse nosso, brasileiro, é uma constante em toda a obra de Alencar. Em Jacinto Prado Coelho, ilustre erudito português, encontrei estas observações sobre o nosso romancista:

“Sua predileção por essa forma literária (o romance), resultou de paciente preparação, à qual também se deve, em parte, a formação de uma consciência literária caracteristicamente brasileira. Tanto do ponto de vista estrutural quanto do temático, foi a obra de José de Alencar que forneceu ao romance brasileiro, então recente criação do Romantismo, os elementos necessários ao seu desenvolvimento; e graças a ela, às soluções novas que apresentou, a que se explica o aparecimento, ainda no século XIX, de um escritor da categoria de Machado de Assis e de outros que, aprofundando perspectivas alencarianas, estabeleceram uma linha de tradição novelística, da qual resulta o romance brasileiro atual, particularmente o chamado romance do Nordeste.”

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer, Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Luiz Viana, mais uma vez interfiro no pronunciamento de V. Ex^a para louvar esta posição que V. Ex^a assume, sobretudo pela oportunidade. V. Ex^a sabe que seria profundamente estranhável e injusto que às vésperas do primeiro centenário de morte de José de Alencar, a ocorrer a 12 de setembro do próximo ano, nós permitíssemos que o Congresso Nacional perpetrasse esta injustiça àquele grande e exponencial vulto das letras brasileiras. V. Ex^a conhece aquela dúvida que assaltou, certa vez, o espírito de José de Alencar levando-o a Visconde da Taunay para extravasar a sua dúvida quanto à repercussão da sua obra

literária. José de Alencar dizia para Visconde de Taunay: "Você acha que chegarei a atingir à posteridade?" Nós hoje constatamos, Senador Luiz Viana, no pronunciamento de V. Ex^a, que, realmente, José de Alencar chegou à posteridade engrandecido, inclusive, pelo brilhante pronunciamento de V. Ex^a, na tarde de hoje, no Senado Federal. Tenho absoluta certeza de que a proposição a que V. Ex^a alude não haverá de encontrar acolhida por parte da Câmara Alta do País.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^a

Não há como negar que em Alencar, nos seus romances, no seu estilo, na sua língua, mergulham as raízes das letras verdadeiramente brasileiras. É ele o fundador, o desbravador, o criador. E para isso preparou-se ele acuradamente. Agripino Grieco, frequentemente severo, escreveu que Alencar "estudava e escrevia sempre tendo, em rapaz versado os escritores clássicos, talvez pelo prazer de vir a escrever de outra forma, de ser o iniciador do nosso dialeto literário, de criar, para uma idéia nossa, a nossa verdadeira expressão verbal". Ao que acrescentou: "Continua a ser uma espécie de conterrâneo nosso e, ante a variedade com que tratou a gente brasileira de Norte a Sul, uma espécie de conterrâneo de todos nós". É que os personagens de Alencar, vindos de todos os quadrantes do País, da sua história e das suas lendas, sensibilizaram de maneira singular a imaginação do povo brasileiro. Por isso mesmo não envelhecem. Permanecem vivos, atuais, integrados na alma dos brasileiros. É ele, possivelmente, ainda hoje o mais lido dos nossos escritores. Agripino Grieco chegou mesmo a fazer esse confronto entre ele e Machado de Assis: "Dos seus quase coetâneos ou sucessores imediatos, nenhum dispôs de tantas virtudes no sentido de agradar simultaneamente a intelectuais e a homens do povo. Machado, frio e incisivo em soberbos aforismas de antologia, não deixou tipo que não fosse um auto-retrato e todos os que sabem quem foi Ceci, mal chegam a saber quem foi Capitu".

Realmente, havendo sido o primeiro dos nossos grandes escritores a libertar-se dos modelos estrangeiros, para falar numa língua brasileira sobre tipos brasileiros, atingiu como nenhum outro a imaginação e a sensibilidade nacionais. Quis abrir novos caminhos, e verdadeiramente os abriu, possibilitando que por eles avançasse uma literatura cujas raízes se encontram em solo americano.

Concluo, Sr. Presidente, invocando ainda Machado de Assis:

Nesse propósito ninguém sequer o igualou. E aí a razão de ser ele o autêntico e indiscutido Patrono de nossas Letras, como bem o atesta, nesta página de justiça, o grande Machado de Assis: "Nenhum escritor — escreveu ele sobre José de Alencar — teve em mais

alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e sentir que dá a nota íntima da nacionalidade independente da face externa das cousa. . . .”

“O nosso Alencar — continua, ainda, Machado de Assis — juntava a esse dom da natureza dos assuntos tirados da vida ambiente da história local. Outros o fizeram também; mas a expressão do seu gênio era mais vigorosa e mais íntima”. Impossível dizer melhor do que nessa síntese perfeita que José de Alencar, sem sombra de dúvida, é, por justiça, o incontestável Patrono das letras do Brasil.

Bem sabemos todos nós quanto a injustiça, sob várias formas, amargou a vida de José de Alencar, inclusive barrando-lhe o passo à legítima pretensão de pertencer ao Senado do Império. Não desejo que mais uma se consuma com o meu voto, por maior que seja a minha admiração por Machado de Assis. O próprio Machado não desejaria, sentindo-se honrado em que seja reconhecido como Patrono de nossas Letras a quem ele, como fruto de uma constante e reiterada admiração, escolhera para patrono da sua cadeira na Academia Brasileira. Não tenhamos qualquer vacilação em proclamar que José de Alencar é, por muitos títulos, o verdadeiro Patrono nas Letras Brasileira. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

A ARQUIDIOCESE DA BAHIA (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Solicitei a palavra para pedir a V. Ex^a e à Mesa se congratulem, hoje, com o Sr. Cardeal Arcebispo Primaz da Bahia, Dom Avelar Brandão Villela, pelo transcurso do tricentenário da elevação do Bispado da Bahia à condição de Arquidiocese.

Completem-se, assim, três séculos que, pela iniciativa do Papa Inocêncio XI, a Bahia se tornou, por cerca de 125 anos, a única Arquidiocese do Brasil.

Não precisaria dizer que é para todos nós, baianos, nós, católicos, uma data festiva e pela qual estão repicando os sinos da Bahia.

Estão repicando como têm por vezes repicado em outras eras: quando resistimos aos holandeses, quando vencemos o Paraguai, quando se decretou a abolição, o que vale dizer que nos grandes momentos não somente de guerra, mas, também de paz e de alegria, é hábito repicarem os sinos da Bahia. É que a história da nossa Igreja, a bem dizer, se confunde com a história da nossa própria terra.

Ao longo desses trezentos anos tivemos 23 arcebispos antecessores desse eminente prelado que é hoje Dom Avelar Brandão Villela, figura realmente extraordinária de pastor que, em pouco tempo, conquistou, realmente, a admiração, o respeito e a estima da Bahia.

Conheci, ao longo da minha vida, dois outros arcebispos, também figuras marcantes da Igreja brasileira. Refiro-me, inicialmente, a Dom Augusto Álvaro da Silva que, por mais de 40 anos, exerceu, na Bahia, as altas funções de Arcebispo Primaz. Foi, realmente, Sr. Presidente, Dom Augusto Álvaro da Silva, pelas suas qualidades de energia, pela sua capacidade de organização, pelas suas virtudes de lutas — as lutas que só pode travar um homem de fé como era ele — uma extraordinária figura da Igreja brasileira. Sucedeu-o o não menos eminente Dom Eugênio Sales, hoje Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro. Vindo do Nordeste, Dom Eugênio Sales, na Bahia, poderei di-

(*) Discurso proferido em 16-11-76.

zer que dinamizou a Igreja, dando-lhe uma feição nova, uma feição de catequese, uma feição de dinamismo no trato, sobretudo dos problemas sociais, aos quais tanto se dedicou e tanto se dedica, fazendo de sua Arquidiocese um centro, não apenas brasileiro, mas posso dizer com segurança, um centro mundial de irradiação da fé católica.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra.

O Sr. Ruy Santos — Aliás, todos esses admiráveis prelados a que V. Ex^a se refere vieram do Nordeste. Dom Augusto, de Pernambuco, Dom Engênio, do Rio Grande do Norte e Dom Avelar Brandão, de Alagoas.

O SR. LUIZ VIANA — E a todos a Bahia, também nordestina, acolheu com aquele carinho, com aquele respeito, com que costuma receber os grandes vultos do País.

Justo, portanto, no meu entender, Sr. Presidente, que o Senado do Brasil que tão bem representa o seu povo e todos os seus Estados, se congratule com S. Rev.^{ma} Dom Avelar Brandão Villela, pelo transcurso dessa gloriosa data da Igreja Católica.

Muito agradecido. (*Muito bem! Palmas.*)

AS MEMÓRIAS DO SENADOR DANIEL KRIEGER (*)

O SR. LUIZ VIANA (Para uma comunicação). — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O aparecimento hoje, em publicação da Editora José Olympio, do livro de memórias do nosso caro e ilustre colega Senador Daniel Krieger, deve ser assinalado como um dos fatos mais importantes da história política brasileira. São quase quatro décadas que perpassam por essas páginas em que nos encanta a simplicidade da narrativa e a oportunidade das observações.

Sem Krieger, a História da República nesses quarenta anos estaria incompleta, do mesmo modo que a vida parlamentar seria menor e menos bela se não houvesse contado, nesses últimos vinte anos, com a presença da invulgar figura de Daniel Krieger.

Tudo é grande neste livro. Mas o que sai maior é a figura moral do seu autor.

Daniel Krieger o escreveu, inicialmente, levado pela “revolta despertada pelas injustiças que sofreu ou presenciou” — escreve ele. Mas isso não impediu que pudesse afirmar que não redigira uma frase sequer sob a compulsão desses sentimentos.

Como bem assinala Afonso Arinos, no extraordinário prefácio, Krieger representa “uma vida de sangue e flor, expressiva do que há de mais autêntico no seu meio, na sua terra, em seu tempo. Isto é, no ambiente rural, estudantil e político do Rio Grande do Sul; no complexo cenário político federal, com suas projeções civis e militares durante a legalidade constitucional de 1946 a 1964 e o regime autoritário implantado pela Revolução”. Mas acima de tudo uma vida votada aos mais nobres sentimentos do homem público a serviço da liberdade e da dignidade humana.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^ª me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

(*) Discurso proferido em 24-11-76.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex^a, que na vida política brasileira não tem sido apenas testemunha mas um partícipe, animado dos mais puros ideais, está perfeitamente à altura para falar sobre a vida e o livro de Daniel Krieger. E sobretudo porque V. Ex^a alia as suas qualidades de inteligência, de cultura, de militância política ao reconhecido valor de grande biógrafo. E V. Ex^a está a fazer, paralelamente, o estudo da obra e o estudo da vida de Daniel Krieger. Reconhecemos todos que tem sido ele um homem de lutas, e se não fosse não teria chegado aonde chegou. Enganam-se os que pensam que até aqui se chega sempre por estrada batida. Ao invés, até aqui só se vem em constante escalada, degrau por degrau, numa ascensão sucessiva; o que vale dizer, através de continuadas lutas e sofrimentos constantes. Não posso deixar de me associar a V. Ex^a, quando traça o perfil desse grande homem e desse grande amigo, desse grande batalhador, desse grande Líder. Trata-se — e todos os oradores timbraram no particular — de ressaltar uma vida, o que é muito diferente de se falar de uma existência. Tudo existe. Até as pedras. Mas só vivem os que lutam, os que crêem, os que põem diante dos olhos a chama de um ideal. E é isso exatamente o que caracteriza a personalidade do nosso prezado colega e ilustre amigo Senador Daniel Krieger. Vou ler a sua obra. Poderia dizer que, pelo meu conhecimento de sua pessoa, o que vou ler não constituirá novidade, a não ser num pormenor, aqui ou ali, no caracterizar situações e traçar perfis da sua terra e da sua gente; porque o que estará na sua obra, como um reflexo da sua própria personalidade, é o perseverante amor à Justiça, ao Direito, à Liberdade, o que o faz um líder, um lutador, um homem digno do respeito de toda a Nação.

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^a pela honra do aparte.

O SR. PRESIDENTE (*Magalhães Pinto. Fazendo soar a campainha.*) — Lembro ao nobre orador que no período de breves comunicações não pode haver aparte.

O SR. LUIZ VIANA — Prossigo na leitura, Sr. Presidente.

Confesso a emoção com que li muitas páginas deste livro tão cheio de ensinamentos, pois o que torna estas *Memórias* grandes, não é apenas o que elas narram e, sim, o que elas ensinam.

Com que emoção evoquei a figura do Presidente Castello Branco de quem foi o Senador Krieger um Líder incomparável. Incomparável graças à altitude em que ambos sempre colocaram as soluções para os problemas com que se defrontaram. Lembro-me da admiração e do reconhecimento do Presidente pelo seu eminente Líder. Castello, mais do que ninguém, tinha apreço pela inteligência e res-

pêito ao pensamento alheio. Um dos seus receios maiores era que a Revolução, como é fácil nos regimes pessoais, resvalasse para uma competição de mediocridades na qual a subserviência contasse mais do que o mérito, e a intriga se sobrepusesse à dignidade dos que discordam. E durante todo o Governo ele teve de lutar bravamente, para resistir à corrosão quase invencível dos úteis e agradáveis subservientes, que tornam difícil distinguir-se onde acaba a lisonja e onde começa a sinceridade. Quantos, entretanto, capazes de aceitar a franqueza como homenagem à lealdade?

O Presidente Castello Branco e o Líder Daniel Krieger puderam entender-se e caminhar juntos a serviço do Brasil porque ambos eram despidos de qualquer sentimento que não fosse o de servir ao Brasil.

Mas, já que falei da emoção com que vi lembrados alguns episódios, não deixarei de referir a carta que o ex-Senador Mem de Sá enviou ao Senador Daniel Krieger e Filinto Müller sobre a impossibilidade em que se encontrava o antigo Maragato, nascido e criado sob os embates das lutas em prol do parlamentarismo de Silveira Martins, de votar a Constituição de 1967. É um documento digno de um idealista. Muita coisa teria ainda para respigar, ressaltando figuras e fatos que marcaram a vida republicana. Não devo, porém, me alongar, já que pedi a palavra apenas para uma breve comunicação. Assim, apenas de passagem, recordarei os acontecimentos que inexoravelmente levaram ao Ato Institucional nº 5. E o farei para ressaltar a decisiva atitude que tiveram os Generais Orlando e Ernesto Geisel, aquele por solicitação deste, para que não fosse proscrito da vida pública o eminente Senador Daniel Krieger. É uma intervenção que faz honra aos que tão espontaneamente a tomaram sem outro interesse que não fosse o de preservar a Revolução de cometer uma injustiça com um dos seus mais dedicados servidores. Episódio ao qual acredito não estar ausente o nome de outro grande brasileiro, cujos serviços e méritos ainda não foram devidamente proclamados e reconhecidos, que é o Marechal Ademar de Queiroz, invulgar figura de patriota.

E como são simples e belas estas palavras que são quase um fecho de ouro:

“Sem posições de direção e sem ameaças, voltei a ser, unicamente, um dos três representantes do Rio Grande do Sul no Senado Federal.

Nesse posto, que ocupo há mais de 21 anos, tenho a certeza de que servi ao meu Estado e à minha Pátria com vigor, desprendimento e honestidade.

Da minha participação na vida pública, nestas memórias, presto contas à Nação. Todos os que exerceram posições de relevo no passado e exercem no presente e se arvoram em censores das atitudes dos outros, apresentem também as suas contas, para serem julgados. A força não confere a inviolabilidade, nem a subserviência à imunidade. Dia virá em que esta Nação, dentro da ordem e sob os impulsos da vocação democrática do povo, reintegrar-se-á, inexoravelmente, no Estado de Direito.

Será, então, escrita a verdadeira história e esta observa as regras da imparcialidade, proclama a verdade e prolata a sentença definitiva.

Embora transponha, no tempo, os limites que estabeleci para o depoimento que me senti no dever de prestar, não posso deixar de transcrever dois discursos proferidos durante o ano de 1970, porque eles demonstram que depois do abandono das posições de liderança, continuei observando a mesma conduta, seguindo os mesmos princípios, defendendo os mesmos ideais, sem me deixar cegar pela paixão que turva a lucidez do espírito e nem me dominar pelo temor que faz calar os reclamos da consciência."

Lamento, porém, Sr. Presidente, que ao longo destas páginas que recordam a grande vida de um grande homem me tenha parecido encontrar aquele estado de espírito que Joaquim Nabuco imputou ao Senador Nabuco, quando se aproximava da fase crepuscular. "Ele sente — escreve Joaquim Nabuco — que nada pode fazer, que a política se move em uma esfera onde ele não influi mais, entre dois pólos contrários: entre o Imperador, que dirige, à vontade, o reinado (por meio dos partidos desunidos e desorientados, de que alternadamente se serve), e a anarquia que o vai dissolvendo, e da qual o elemento conservador representa uma das faces: — a indolência, o egoísmo, a inércia, o fatalismo; e o liberal, a outra: — a impaciência, a curiosidade, o otimismo demolidor, conjunto inalisável de ingenuidade invejosa e de presunção ignorante. Invadia-o o pessimismo, a tristeza dos homens de pensamento no meio de homens de palavra e de ação, do filósofo político em uma sociedade que não tem tempo para o escutar".

Mas, em resumo, Sr. Presidente, o que desejo acentuar é haver o Senador Daniel Krieger, após tão longa e agitada vida pública, podido escrever, sem amargura e sem ódios, pois nele as malquerenças sempre foram passageiras, um livro de *Memórias*, que é o retrato em corpo inteiro do cidadão que, havendo permanecido fiel aos seus

princípios e ideais, continua cercado da estima, da admiração e do reconhecimento do País.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, que aos que têm o prazer e a honra do conviver com o Senador Daniel Krieger não escapa que hoje, no mais íntimo do seu ser, existem forças que o fazem inclinado a afastar-se gradativamente da vida pública, das suas injustiças e incompreensões. Ele é como ator que, ao contrário do que sentimos, tem a ilusão de haver concluído o seu papel e pretende retirar-se da cena vagarosamente, quase sem ser percebido, talvez para evitar os aplausos da platéia. Isso não acontecerá, entretanto, e eu peço aos nossos colegas, sem distinção de Partidos, que, de pé, aplaudamos o grande Senador Daniel Krieger. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em nome da Mesa, a Presidência associa-se às manifestações prestadas ao nobre Senador Daniel Krieger e se solidariza com os discursos pronunciados pelos ilustres Senadores Teotônio Vilela e Luiz Viana, bem como com os apartes dos diversos Senadores. (Pausa.)

A REGIÃO AMAZÔNICA E O BRASIL (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mais inclinado hoje ao silêncio, somente fato que se me afigura importante faz-me abandoná-lo. De algum tempo a esta parte, tenho freqüentemente me lembrado de episódio que me era narrado pelo eminente e saudoso Otávio Mangabeira. Dizia-me ele que, no curso do longo exílio padecido para evitar que a liberdade e a democracia desaparecessem do Brasil, visitara, na Bélgica, um convento, onde o apresentaram, para espanto dele, a um frade chinês, que, em outros tempos, havia sido Chanceler do seu país. Naturalmente surpreso, perguntou-lhe Mangabeira o que o levava a ingressar na ordem monástica. Respondeu-lhe o frade que, por muitos anos, dera o melhor da sua existência em favor da pátria, sem contudo evitar que esta, dia a dia, experimentasse novos dissabores. Assim, dada a inutilidade de quanto tentara realizar, entendera, por fim, somente lhe restara rezar, para que Deus ouvisse aquilo a que os homens haviam permanecido surdos e indiferentes. Era o que explicava houvesse vindo de tão longe para se recolher ao silêncio, à meditação e às orações entre as quatro paredes de uma cela. Lembrando-me de Mangabeira, do frade e das suas orações, tenho-me perguntado sobre a inanidade de quanto possamos dizer.

Contudo, tratando-se de problema que julgo relevante, seria imperdoável não externasse o que penso, livrando-me assim do pecado da omissão. Em verdade, tenho para mim que, por mais graves que sejam os erros porventura cometidos na ordem interna, acabarão corrigidos ao longo do tempo. Vêm novos governos, novos homens, novas idéias, queiramos ou não, e a Nação encontra um meio de os eliminar, fazendo prevalecer a sua vontade, as suas aspirações, os seus ideais. Bem diverso, entretanto, é o que ocorre nas relações externas, onde os erros, os simples equívocos, são definitivos e irreversíveis, pois, terminam por escapar à nossa vontade. As pessoas passam e os

(*) Discurso proferido em 27-4-77.

erros permanecem. Do mesmo modo que ainda hoje somos beneficiários do quanto construíram os grandes vultos da diplomacia de Portugal e do Brasil, amanhã os netos dos nossos netos estarão sofrendo os erros que hoje tivermos praticado.

Aí está, portanto, o que explica não entregar eu às emendas do tempo as dúvidas e receios que me invadem o espírito em relação ao que tenho sabido pelos jornais a propósito da Amazônia. Li, há dias, que três nações já haviam respondido favoravelmente às consultas do Brasil no sentido de se fazer, no Amazonas, tratado semelhante ao que vigora, desde 1968, para a área do Prata.

Ora, Sr. Presidente, duvido muito que a notícia seja correta. Pelo menos inteiramente correta. E vai daí a necessidade que sinto, para a minha tranquilidade, de alguma palavra dos responsáveis pela matéria. De fato, Srs. Senadores, não sei de duas áreas mais diferentes para o Brasil do que o Prata e o Amazonas. Do mesmo modo que inteiramente diversa é a posição geográfica do Brasil nessas duas áreas. São quatro séculos de profundas diferenças de toda sorte. Tantas vezes estivemos a bordo das águas do Prata, tantas vezes tivemos que bater em retirada. Ao contrário disso, Deus e a História se incumbiram de nos fazer a dívida inestimável do Amazonas, sobre ele se projetando incontestada a nossa soberania. Disso não somente nos orgulhamos, mas também jamais admitimos abrir mão de qualquer prerrogativa inerente ao nosso domínio. Pela nossa vontade é que se abriu ele à navegação universal, e ainda deve estar bem presente na memória de todos a reação nacional causada pelo episódio da Hiléia Amazônica, numa prova de que tanto somos mais ou menos insensíveis ao que diz respeito à nossa política interna quanto suscetíveis, vigilantes, prontos no reagir naquilo que se refere à política externa. O povo como que adivinha a gravidade de tudo quanto se relaciona à nossa vida internacional. Onde lhe terá vindo essa acuidade? Das emoções da Colônia? Das guerras do Império? Ou das questões de fronteiras da República? Pouco importa. O certo é que temos sido até hoje extremamente ciosos de tudo aquilo pertinente aos nossos interesses internacionais. No particular da Amazônia, temos responsabilidades especiais, como observou Bryce quando por aqui andou. A meu ver, não é assunto que se tratasse sem precedê-lo de amplo debate nacional. Nem de outro modo, acredito, há de pensar o ilustre Sr. Azeredo da Silveira. Não lhe atribuo, pois, o intento de deixar-me só e desamparado com as minhas dúvidas e os receios, que acredito plenamente justificáveis, uma vez que desconhecemos inteiramente objetivos, vantagens que nos adviriam de semelhante iniciativa.

Desejasse invocar um exemplo sobre os perigos que podem advir de uma atitude menos amadurecida, não precisaria mais do que invocar o acontecido com Quintino Bocayuva, Ministro do Exterior na fase inicial da República, homem culto, patriota sem mácula, idealista admirado, mas que seria, num impulso republicano, o signatário do Tratado de Montevideu destinado a entregar à Argentina todo o território das Missões, o que, praticamente, representava separar-nos territorialmente do Rio Grande do Sul, ao qual ficávamos vinculados por estreita faixa de cerca de trinta quilômetros. Não fosse a decisão do Congresso, que repeliu o Tratado, e imprevisíveis as consequências que nos teriam advindo, apesar da boa fé, do idealismo e da integridade de Quintino Bocayuva.

No caso da Amazônia, não seria possível aceitarmos uma política de fatos consumados. O Senado, tanto quanto a Nação, precisaria conhecer e debater entendimentos cujas consequências ultrapassarão as vidas de todos nós. Podemos aceitá-las, mas não nos deveriam ser apresentados como fatos já acordados com os nossos vizinhos. Ao fazer uma apreciação sobre a nossa Política Externa, assim se expressava o grande Pandiá Calógeras:

“Ao em vez do que acontecia no regime imperial, em que um grupo de especialistas mantinha no Conselho de Estado a tradição uma da Chancelaria, desde os mais remotos tempos da conquista lusa até os nossos dias, ia-se, e ainda vai-se perdendo o contato com esse passado tão fecundo em lições, tão cheio de seiva alentadora para quem o sabe consultar.”

E, feitas essas justas observações, cáustica ele o mau hábito republicano de se pretender fazer da aprovação dos Tratados questão de confiança dos Ministros.

“Chegou o excesso — escreve Calógeras — a ponto de fazer da aprovação dos Tratados questão de confiança pessoal do Ministro referendatário. Mostra de dedicação partidária e de preito individual, em questões que dizem com a essência da mesma Pátria, com sua vida, seu território, seus destinos e seus meios de os realizar!”

É justamente o que desejamos evitar. Se exato que a Política Externa deve permanecer acima dos Partidos, por significar interesses muito mais profundos, duradouros e gerais, que devem ficar isentos de contingências partidárias ocasionais, não é menos certo que, por isso mesmo, devem ser conduzidos de acordo com um consenso nacional. Admito existirem motivos ponderáveis, que justificassem a iniciativa do Itamaraty. Contudo, não é menos evidente subsistirem

razões também ponderáveis em sentido oposto, inclusive as limitações que poderiam decorrer para a ação regional da SUDAM. Daí a imperiosa necessidade, se existentes, de serem conhecidas e debatidas antecipadamente as tendências governamentais, sob pena de nos depararmos, amanhã, com fatos consumados, ou pelo menos diante de adiantadas negociações, das quais nos será difícil, mas não impossível, divergir, no momento em que nos convencêssemos não exprimirem os reais e permanentes interesses nacionais.

Não podemos, segundo se nos afigura, tocar no Amazonas, na condição jurídica das suas águas, e em tudo que lhe diz respeito, sem considerarmos que antes de nós existem séculos de História, de ação e de pensamento. Não podemos julgar a hora que passa sem lançar as vistas sobre séculos de lutas. Quando nos empenhamos em pleitos de fronteira com a França e a Inglaterra, na região das Guianas, fizemo-lo, não por causa de alguns milhares de quilômetros de território, mas principalmente para evitarmos novos parceiros no Amazonas. Foi prerrogativa de que Portugal e Brasil jamais descuraram ou subestimaram: manter o domínio exclusivo sobre as águas e a navegação. Que se pretende fazer hoje? Sinceramente não sei. Como também não o sabem — embora vivamos numa Federação — os Estados profundamente interessados no problema, como o são especialmente o Pará, o Amazonas, o Acre e Mato Grosso. Poder-se-á, porém, levar a cabo negociações de tal porte, envolvendo tantos interesses estaduais e nacionais, interesses que traçam o destino de séculos, sem que o Senado, tão responsável pela nossa Política Externa, tenha conhecimento do assunto? Qual a opinião dos representantes da Amazônia? Que diz o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia?

Há mais de cem anos, Joaquim Caetano da Silva, o estudioso a quem devemos boa parte da vitória de Rio Branco na questão da Guiana Francesa, formulava a D. Pedro II, que o atendeu em boa hora, um apelo para não aceitar as negociações propostas por Napoleão III, enquanto não concluídas as investigações que realizava. Salvamos assim o Oiapoque. Não será, portanto, demais solicitarmos que, se realmente existem, não sejam prosseguidas as negociações em curso antes que a Câmara Alta do Legislativo Nacional, *magna pars* em nossa Política Externa, conheça, examine, medite e opine sobre o que se pretenderia inovar na política brasileira da Amazônia. Até hoje somos os soberanos indiscutíveis e indiscutidos sobre aquele mundo; amanhã, conforme os problemas fossem conduzidos, seríamos apenas o sócio minoritário da grande empresa. Já a Bacia do Prata, a bem dizer, é para nós uma Bacia de dificuldades. Deveríamos criar mais outra, mediante uma espécie de manietação da SUDAM? Não nos bastará uma? Ou será que há motivos urgentes, conveniências extraordinárias, que nos levassem a trocar um regime de Trata-

dos bilaterais, sempre mais fáceis e flexíveis, pela experiência de um Tratado Multinacional do qual, pelas imensas diferenças existentes, o Prata jamais poderá servir de paradigma? Por que abandonarmos a situação que temos atualmente, nós que não pretendemos prejudicar quem quer que seja, que não almejamos senão a paz e o respeito de todos, por que abandonaríamos essa posição privilegiada, que nos faz senhores do nosso destino e dos nossos interesses no Amazonas, por alguma outra em que passemos a ser um voto entre seis ou sete?

O Sr. Evandro Carreira — Concede V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira — Nobre Senador Luiz Viana, V. Ex^a percute assunto deveras importante e profundamente ligado aos interesses do Senado. Quero prestar, nesta hora, solidariedade absoluta à oração que V. Ex^a está proferindo. Conte com minha integral solidariedade, nobre Senador.

O SR. LUIZ VIANA — Obrigado a V. Ex^a

Estas, Sr. Presidente, as dúvidas e inquietações que me suscitou a notícia que acima referi. Estou certo, porém, de que o Sr. Ministro Azeredo da Silveira, por quem tenho alto apreço, diria mesmo admiração e estima, se assim julgar oportuno, nos diga francamente o que deu origem à divulgação da informação, que, se exata, teria para mim gravidade excepcional. (*Muito bem! Palmas.*)

O PROBLEMA AMAZÔNICO (*)

O SR. LUIZ VIANA (*Pronuncia o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Causou desagradável surpresa a um ilustre jornalista, o Sr. Edison Lobão, a quem me ligam vínculos de amizade e admiração, não houvesse eu participado da sessão secreta realizada pela Comissão de Relações Exteriores desta Casa, e à qual compareceu o Sr. Ministro Azeredo da Silveira.

Inicialmente, devo dizer que não compareci por não pertencer à Comissão. Mas, além disso, como eu propusera um amplo debate nacional sobre o que se está imaginando fazer na Amazônia, seria contraditório participar de um debate sigiloso, que poderia apenas satisfazer à minha curiosidade, e nada mais. Não creio que o assunto possa ter algo de secreto. Até porque a nossa tradição diplomática é a mais limpa, leal e honesta, nada devendo ter, portanto, para encobrir. Já li que o próprio Senador Magalhães Pinto lamentou o sigilo da Comissão. Continuo, porém, convencido de que pela sua gravidade o problema da Amazônia não deve ser um assunto de bastidores, reclamando a audiência de todos os interessados nas conseqüências que advirão de um Tratado multilateral modelado no da Bacia do Prata. Se assim for, é mais um motivo para temermos as suas conseqüências, pois o do Prata nos tem dado imensas dores de cabeça. Li haver o Ministro declarado que, estando a esgotar-se o trabalho no Prata com a construção das grandes hidrelétricas, chegara a hora de o Brasil cuidar de promover um Tratado na Amazônia. Sinal de que pretendemos trocar uma dor de cabeça por outra.

Na realidade, ou a chamada integração não passa de uma simples palavra, e nesse caso não há por que promover o Tratado coletivo, ou ela representa nos obrigarmos a um sistema de consultas e decisões coletivas, que irão limitar, restringir a liberdade de ação de que desfrutamos atualmente.

(*) Discurso proferido em 24-5-77.

A Amazônia interessa profundamente ao futuro do Brasil, inclusive o futuro da sua segurança militar, e, como aconteceu no passado, cada passo deve ser maduramente pensado. Não devemos ter pressa. Contudo, a impressão que se tem é de estar o Itamaraty por demais apressado. Não devemos esquecer que a Amazônia deve e precisa ser necessariamente brasileira, como lembrava há algum tempo esse devotado e ilustre estudioso dos problemas da região, o ex-Governador Artur César Ferreira Reis. Do mesmo modo que nos cabe ter bem presente que “nada nas conquistas de Portugal é maior que a conquista da Amazônia”, segundo Joaquim Nabuco. A Amazônia, que representa metade do território nacional, e dentro da qual não há por que meternos um fator de complicações, dificuldades, disputas e confrontos, como será inevitavelmente um Tratado nos moldes dos existentes para a Bacia do Prata, é, quanto ao Brasil, o fruto de um secular e lúcido trabalho diplomático. Desde Alexandre Gusmão, nada foi improvisado. E é justamente para evitar os perigos do improvisado que sugeri fossem ouvidas as áreas militares responsáveis, os governos estaduais e as entidades culturais interessadas na região.

Mas, além de tudo isso, ocorre que a melhor tradição, a melhor experiência brasileira depõe em favor dos Tratados bilaterais. Na própria Guerra do Paraguai, que travamos dentro da Tríplice Aliança, tivemos de buscar a paz num Tratado em separado com o Paraguai, e, como lembra Oliveira Lima, tão versado em nossas cousas diplomáticas, a guerra com a Argentina “esteve por um fio” durante a missão do Ministro Tejedor. Também, por ocasião do problema do Acre, que envolvia não somente o Brasil, mas também a Bolívia e o Peru, o Barão do Rio Branco não admitiu negociações conjuntas, tendo feito primeiro o Acordo com a Bolívia, e bastante depois o Tratado com o Peru.

Por que haveremos de abandonar essas lições do passado, e termos a iniciativa de um Tratado multilateral, que não nos dará nada, e poderá nos criar as maiores dificuldades futuras? Essas as questões que, para o meu convencimento, e para a tranquilidade do Brasil, eu gostaria ver debatidas a céu aberto, com inteira franqueza, dentro daquelas normas que são o orgulho da nossa diplomacia — confiança e cordialidade. (*Muito bem! Palmas.*)